

TUAN, Yi-Fu. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

TUAN, Yi-Fu. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. *As características próprias da Geografia*. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio (Org.). *Perspectivas da Geografia*. São Paulo: Difel, 1995

WAGNER, Wolfgang. Sócio-gênese e características das representações sociais. In: MOREIRA, Antonia Silva P., OLIVEIRA, Denize Cristina. (Org). *Estudos interdisciplinares de representação social*. Goiânia: AB, 1998. p. 3-25.

WAGNER, Helmut. A abordagem fenomenológica da sociologia. In: SCHUTZ, Alfred. *Fenomenologia e Relações Sociais*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. p. 3-50

WOODWARD, Kathryn. Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2004.

- SÁ, Celso Pereira de. Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: SPINK, Mary Jane (Org.) *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 19-45.
- SANTOS, Milton. Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Edusp, 2002a.
- SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002b.
- SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2002c.
- SÁWAIA, Bader Burihan. Representação e ideologia – o encontro desfetichizador. In: SPINK, Mary Jane (Org.) *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 73-84.
- SCALDO, Gildo. UDE, Walter. Transdisciplinaridade e complexidade. In: *Revista Presença Pedagógica*. Belo Horizonte: Editora Dimensão, 2003. N. 52 – Vol. 9. Jul/ Ago.
- SCHUTZ, Alfred. Fenomenologia e Relações Sociais. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979
- SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de. CORRÊA, Roberto Lobato (et. all). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.
- SOUZA, Marcelo José Lopes de. O tráfico de drogas no Rio de Janeiro e seus efeitos negativos sobre o desenvolvimento sócio-espacial. In: *Cadernos Ippur*. Rio de Janeiro, UFRJ, ano VIII, n. 2/3, set/dez. p. 25-39, 1994.
- SPINK, Mary Jane. Representações sociais: questionando o estado da arte. In: *Psicologia & Sociedade*; 8 (2): 166-186; Jul/dez. 1996.
- SPINK, Mary Jane. Representações sociais: uma perspectiva interdisciplinar. VI Encontro de Psicologia Social. ABRAPSO/ Rio de Janeiro, 1991.
- TAVARES, Karlyson de Castro. Companhia Vale do Rio Doce: de mãe a madrasta – Representações Sociais da privatização da Companhia Vale do Rio Doce; uma construção dos trabalhadores – Mina de Timbopeba – Distrito de Antônio Pereira – Ouro Preto – MG. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.
- TEIXEIRA, Carla Costa. Em busca da experiência mundana e seus significados: Georg Simmel, Alfred Schutz e a Antropologia. In: TEIXEIRA, Carla Costa (Org.). *Em busca da experiência mundana e seus significados: Georg Simmel, Alfred Schutz e a Antropologia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000. p. 9-33
- TUAN, Yi-Fu. Geografia humanística. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio (Org.) *Perspectivas da Geografia*. São Paulo, Difel, 1995. p. 143-164.

MASSEY, Doreen. Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações. In: *GEOgraphia*. Niterói, UFF, ano VI, n. 12, 2004. p. 7-23.

MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, Antônio (Org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000. p. 176-185.

MENDONÇA, Francisco. KOZEL, Salette (Org.) Elementos da epistemologia da geografia contemporânea. Curitiba: Ed. da UFPR, 2002.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Conversas – 1948*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da Percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *O primado da percepção e suas conseqüências filosóficas*. Campinas: Papirus, 1990.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *O homem e a comunicação: a prosa do mundo*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1974.

MINAYO, Maria Cecília de S. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, Pedrinho A. (Org.). *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 89-111.

MORAES, Antônio Carlos Robert. (org.) *Ratzel*. São Paulo: Ática, 1990.

MORIN, Edgar. Epistemologia da complexidade. In: SCHNITMAN, Dora F. *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p. 276-284.

MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2003.

MOSCOVICI, Serge. On Social Representation. In: FORGAS, J. P. *Social cognition; perspectives on everyday understanding*. Londres: Academic Press, 1981.

MOSCOVICI, Serge. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1978.

OLIVEIRA, Márcio S. B. S. de. Representações sociais e sociedades: a contribuição de Serge Moscovici. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Jun 2004, vol. 19, n. 55, p. 180-186.

PELIZZOLI, M. L. *Correntes da ética ambiental*. Petrópolis: Vozes, 2002.

RELPH, Edward. As bases fenomenológicas da Geografia. *Revista Geografia*. Rio Claro, vol. 4, n. 7, p. 1-25, 1979.

ROCHA, Lurdes Bertol. *O centro da cidade de Itabuna: trajetória, signos e significados*. Ilhéus: Editus, 2003.

JODELET, Denise. A alteridade como produto e processo psicossocial. In: ARRUDA, Ângela. *Representando a alteridade*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 47-67.

JOHNSTON, R. J. Geografia e geógrafos. São Paulo: Difel, 1986.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Representações sociais: para uma fenomenologia dos saberes sociais. In: *Psicologia & Sociedade*; 10 (1): 54-68; Jan/jun. 1998a.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Re (des) cobrindo o outro. In: ARRUDA, Ângela. *Representando a alteridade*. Petrópolis: Vozes, 1998b. p. 69-82.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho A. (Org.). *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 63-85.

KLUTH, Verilda Speridião. A rede de significados: imanência e transcendência: a rede de significação. In: BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. *Fenomenologia: confrontos e avanços*. São Paulo: Cortez, 2000. p. 105-140.

LANE, Silvia Tatiana Maurer. Linguagem, pensamento e representações sociais. In: LANE, Silvia Tatiana Maurer (Org.) *Psicologia Social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 32-39.

LAPORTE, Anna Maria. Existencialismo: uma reflexão antropológica e política a partir de Heidegger e Sartre. Curitiba: Juruá, 2000.

LARA, Tiago Adão. Caminhos da razão no ocidente – A filosofia ocidental, do Renascimento aos nossos dias. Petrópolis: Vozes, 1986. (p. 55-74)

LARRETA, Enrique Rodriguez. Transparências obscuras: pensar a complexidade no século XXI. In: MENDES, Cândido (Org.). *Representação e complexidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. p. 35-46.

LEME, Maria Alice V. da Silva. O impacto da teoria das Representações Sociais. In: SPINK, Mary Jane (Org.) *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 46-57.

LENCIONI, Sandra. Região e Geografia. São Paulo: Edusp, 1999.

LUIJPEN, Willian. KOREN, Henry J. A first introduction to existencial phenomenology. Duquesne University Press, Pittsburgh, Pa. Ed. E. Nauwelarts, Louvain, 1969. p. 145-63.

MARANDOLA JR., Eduardo; GRATÃO, Lúcia H. B. Do sonho à memória: Lívia de Oliveira e a Geografia Humanista no Brasil. In: *Geografia*. Londrina, UEL, vol. 12, n. 2, p. 5-19, 2003.

DUVEEN, Gerard. A construção da alteridade. In: ARRUDA, Ângela. *Representando a alteridade*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 83-148.

EAGLETON, Terry. *Ideologia*. São Paulo: Boitempo, 1997.

FARR, Robert M. Representações sociais: a teoria e sua história. In: GUARESCHI, Pedrinho A. (Org.). *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 31-59.

FERRARA, Lucrecia D'Alessio. As cidades ilegíveis: percepção ambiental e cidadania. In: DEL RIO, Vicente. OLIVEIRA, Livia de. (Org.). *Percepção ambiental: a experiência brasileira*. São Paulo: Studio Nobel, 1999. p. 61-80.

FERREIRA, Luiz Felipe. Acepções recentes do conceito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo. In: *Território*. Rio de Janeiro, UFRJ, ano V, n. 9 (jul/dez), 2000. p. 65-83.

GODOI, Cláudia Andréa Mayorga Borges. Sobre uma possível convergência entre a teoria das representações sociais e as idéias de Rorty em “A filosofia e o espelho da natureza”. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000. (p. 19-71).

GOMES, Paulo César da Costa. *Geografia e modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

GUARESCHI, Pedrinho. Alteridade e relação: uma perspectiva crítica. In: ARRUDA, Ângela. *Representando a alteridade*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 149-161.

GUARESCHI, Pedrinho. A ideologia – um terreno minado. In: *Psicologia & Sociedade*; 8 (2): 82-94; Jul/dez. 1996.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

HEIDEGGER, Martin. *Todos nós... ninguém: um enfoque fenomenológico do social*. São Paulo: Moraes, 1981.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. *A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

HOLTZER, Werther. O lugar na Geografia Humanista. In: *Território*. Rio de Janeiro, UFRJ, ano IV, n. 7 (jul/dez), 1999. p. 67-78.

HOLTZER, Werther. A geografia humanista anglo-saxônica: de suas origens aos anos 90. In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, IBGE, vol. 55, n. 1/4, p. 109-145, 1993.

JAPIASSU, Hilton. *Introdução às ciências humanas*. São Paulo: Letras & Letras, 1994.

- BERGER, Peter. LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BICUDO, Maria Aparecida V. Fenomenologia: confrontos e avanços. São Paulo: Cortez, 2000.
- BUENO, Enilda Rodrigues de Almeida. Fenomenologia: a volta as coisas mesmas. In: PEIXOTO, Adão José (Org.) *Interações entre fenomenologia e educação*. Campinas: Alínea, 2003. p. 9-42
- BUTTNER, Anne. Aprendendo o dinamismo do mundo-vivido. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio (Org.) *Perspectivas da Geografia*. São Paulo, Difel, 1995. p. 165-193.
- CALDERANO, Maria da Assunção. Notas sobre a fenomenologia social de Schutz – Considerações acerca de alguns pressupostos filosóficos. <http://www.ufpe.br> (Acesso em 06/2002).
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. O lugar no/do mundo. São Paulo: Hucitec, 1996.
- CASTELLS, Manuel. Sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CHAUÍ, Marilena. Experiência do pensamento: ensaios sobre a obra de Merleau-Ponty. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- CLAVAL, Paul. O território na transição da pós-modernidade. In: *GEOgraphia*. Niterói, UFF, ano I, n. 2, 1999. p. 7-26.
- CORGOSINHO, Rosana Rios. O lugar no mundo contemporâneo. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de. CORRÊA, Roberto Lobato (et. all). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 15-47.
- CUCHE, Denys. A noção de cultura nas ciências sociais. Trad. Viviane Ribeiro. Florianópolis: Edusc, 2002.
- DEL RIO, Vicente. OLIVEIRA, Livia de. (Org). Percepção ambiental: a experiência brasileira. São Paulo: Studio Nobel, 1999.
- DUARTE, Matusalém de B. Entre o espaço global e o local: elementos para uma reflexão sócio-humanista da “explosão de espaços” no urbano. In: Caminhos da Geografia”. Universidade Federal de Uberlândia: volume 15, junho/ 2005, p. 41-47. http://www.ig.ufu.br/caminhos_de_geografia.html
- DURKHEIM, Émile. Sociologia e filosofia. Rio de Janeiro: Forense, 1970.
- DUVEEN, Gerard. O poder das idéias. In: MOSCOVICI, Serge. *Representações Sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 7-28.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRIC, Jean-Claude. A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, Antonia Silva P., OLIVEIRA, Denize Cristina. (Org). *Estudos interdisciplinares de representação social*. Goiânia: AB, 1998. p. 27-38.

AGUIAR, Rossana Cláudia Rocha de. Geografia psicossocial como instrumento metodológico de análise para a percepção ambiental. Anais do Simpósio Nacional sobre Geografia, Percepção e Cognição do Meio Ambiente. Universidade Estadual de Londrina/PR. Londrina, 2005. p. 7-19.

AMON, Denise. Representações sociais e semiótica: um diálogo possível. In: *Psicologia & Sociedade*; 13(1): 13-28; Jan/jun. 2001.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. A evolução do pensamento geográfico e a fenomenologia. *Revista Sociedade & Natureza, Uberlândia, 11 (21 e 22): 67-87, jan/dez, 1999.*

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. O contexto teórico do desenvolvimento dos estudos humanísticos e perceptivos na Geografia. In: *Percepção ambiental: contexto teórico e aplicações ao tema urbano*. Belo Horizonte, Instituto de Geociências/ UFMG, publicação especial nº 5, p. 9-20, 1987.

ARRUDA, Ângela. Representações sociais e movimentos sociais: grupos ecologistas e ecofeministas do Rio de Janeiro. In: MOREIRA, Antonia Silva P., OLIVEIRA, Denize Cristina. (Org). *Estudos interdisciplinares de representação social*. Goiânia: AB, 1998. p. 71-86.

ASSUMPTÃO, Maria Luiza T. Intersubjetividade. (Tese de Docência Livre) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1974.

AUGÉ, Marc. O sentido dos outros: atualidade da Antropologia. Petrópolis: Vozes, 1999.

BAILLY, Antoine. 1974 “ La perception des paysages urbains: Essai méthodologique.” *L’Espace géographique* 3: 211-7 In: ANDRÉ, Pierre; DELISLE, Claude E. et REVÉRET, J-P. *Environmental Assessment for Sustainable Development – Processes, Actors and Practice*. Montréal : Presses Internationales Polytechnique, 2004, 130

BAILLY, Antoine. *et al.* Encyclopédie de géographie. Paris: Economica, 20, 1992.

BAILLY, Antoine. Les représentations en géographie. In: BAILLY, A. *et al.* *Encyclopédie de géographie*. Paris: Economica, 20, 1992, 371-383

BAILLY, Antoine. La perception de l’espace urbaine. Paris: CRU, 1977

BATISTA, Gisele Victor. SCHEIBE, Luiz Fernando. Homens confinados, espaços marcados. In: *Geografia: Revistado Departamento de Geociências*. Londrina, UEL, vol. 12, n. 1, jan/jun, p. 403-411, 2003.

conhecimento da realidade. Tal contaminação arranca a possibilidade da construção científica cidadã ofuscando a compreensão da realidade e sua ação para o social.

O percurso da pesquisa proporcionou o entendimento das diversas possibilidades que se abrem ao se dialogar com outros saberes e com a Filosofia. A realidade se converte em questões e o encontro com elas se torna menos “doloroso” pela possibilidade da recusa em enquadrá-la a um “molde” ou “método”. Esta é também uma angústia que ressoa como um anseio de JAPIASSU (1994) nas mudanças paradigmáticas, ao abordar o homem e a sociedade. Para ele:

O *real* que a filosofia deve ler, com a ajuda das Ciências Humanas, não são os fatos ou as coisas, as idéias ou os conceitos, mas o processo de produção, o movimento das relações sociais, as representações que os sujeitos sociais constroem dessas relações, tanto de modo imaginário (como na ideologia) quando de modo simbólico (como na cultura) (JAPIASSU, 1994, p. 161-162).

Nas palavras do autor, homem e sociedade se fundem. O processo de entendimento da relação entre a subjetividade com o social abarca elementos dinâmicos da intersubjetividade que não são possíveis de serem delineados a partir de fronteiras. A realidade não *está*, e sim *está se fazendo*, de um pensamento que se externaliza ao/para o *outro*, construindo desde as bases da vida social, até conflitos mundiais que redefinem vidas em pouco tempo. O que se deve considerar é que independente da escala sócio-espaco-temporal, o homem com seu caráter sempre intencional e que demanda o movimento da vida, agirá no “mundo-vivido” ou no “território” e, para isso, estará ligado ao “lugar”.

O uso do “lugar-mundo-vivido” contribui enquanto entendimento da abordagem dos sujeitos e de seus constituintes ativos nos processos de participação social. Suas percepções são instrumentos de grande valia e trazem consigo o *outro* e o social, mostrando que o “lugar” não é o mesmo que “local”, pois sofre influências globais dos seus agentes. Já o uso do “lugar-território”, além de suscitar discussões recentes sobre a territorialidade, como construção e re-construção cotidiana dos territórios, exige contextualização e entendimento dos elementos de dominação visando prevenir o totalitarismo, caminhando para uma abordagem que preze pelo conceito de alteridade e de participação.

Diante disso, podemos concluir que a Fenomenologia e suas categorias de análise são extremamente ligadas à perspectiva do “lugar-mundo-vivido”, não sendo por isso excludentes no estudo do “lugar-território”. Nota-se, porém, que no estudo do “lugar-território” vários elementos constituintes das relações sociais demandam uma abordagem que trazem a Teoria das Representações Sociais como àquela de maior alcance, embora permita a complementação fenomenológica na leitura.

É preciso também esclarecer que o enfoque no “lugar-mundo-vivido” ou no “lugar-território” não indica a auto-exclusão de uma delas. De modo a abarcar a complexidade do mundo é preciso sim, considerar cada vez mais as contribuições teóricas como complementares e menos como contra-correntes de pensamento. Essa dimensão de comportamento científico, a qual estamos acostumados, é um dos indícios de sua incompletude e impotência diante de tantos conflitos e complexos que se posicionam diante dela e que não encontra respostas. Hilton Japiassu (1994) reclama a falta de ética na ciência ao deparar com práticas científicas que tomam a *realidade* enquanto um objeto de análise simplificado, ignorando toda a complexidade que grita em questões, ou quando ela se torna um objeto de interesses unilaterais:

Assim, quando for do interesse da *realidade*, manipula-se sem constrangimentos e sem escrúpulos as opiniões, as necessidades e os indivíduos, em nome de argumentos realistas: estabilidade social, expansão econômica, etc. E tudo é feito como se a vida e a morte dos indivíduos não constituíssem parte integrante da realidade (JAPIASSU, 1994, p. 160).

Com esta passagem, reforça-se a conclusão de que as estratégias ideológicas estão nas representações sociais e se encontram também na monopolização e manipulação do

num emoldurado de ações pré-determinadas. Por outro lado, os autores se preocupam em não se perderem a “achismos” ou relativismos diante de tantas “percepções” abordadas e adotam a confrontação contextual para conclusões como compreensões diante dos fatos.

Por considerarem o homem como ser ativo, a percepção mostra-se como a forma de encontro com o mundo e com o *outro*. Por toda a riqueza e dimensão que o termo possui é que podemos trabalhar com tais teorias ao abordarmos escalas de “lugar-mundo-vivido” e “lugar-território”. Aliado à percepção está também o conjunto de representações construídas e re-construídas na vivência cotidiana que em sua essência revela um outro conjunto de elementos influentes nestas reconstruções. A cada ir e vir da comunicação, novas representações são criadas, algumas morrem, outras nascem, e tudo isso vai reconfigurar a materialização das territorialidades e das afeições com seu espaço de vivência.

Com os exemplos trabalhados foi possível observar como as percepções são diferenciadas, mas ao mesmo tempo comportam em si elos de ligação intersubjetiva, através da formação das representações sociais. Estas, por outro lado, são mutantes e estão à mercê das estratégias ideológicas, da reconfiguração dos poderes e das re-significações construídas e atribuídas.

O “Lugar”, ao contrário do que muitos anunciam, continua e oferece sinais de que continuará sendo uma categoria de suma importância para entender os processos sociais emergentes cotidianamente. Stuart Hall (2000) desmascara o discurso do fim dos “lugares” e mostra além do interesse do global no local, os desafios que suas peculiaridades apresentam:

Ao lado da tendência da homogeneização global, há também uma fascinação com a *diferença* e com a mercantilização da etnia e da “alteridade”. Há, juntamente com o impacto do global, um novo interesse pelo “local”. A globalização (na forma da especialização flexível e da estratégia de criação de “nichos” de mercado), na verdade, explora a diferenciação local. Assim, ao invés de pensar no global como “substituindo” o local seria mais acurado pensar numa nova articulação entre “o global” e “o local” (HALL, 2000, p. 77).

Nestas relações que se estabelecem entre o local e o global, submetidas aos interesses mercantilistas ou a outros fatores, se manifestam através das vivências e das novas conjunturas identitárias. Estas mudanças reformulam o conceito de lugar reforçando a importância de enfocá-lo enquanto “mundo-vivido”, “território” ou até mesmo “lugar-mundo-vivido-território”.

ser-no-mundo-com-os-outros, inicia esta perspectiva intersubjetiva da realidade. A partir daí, Alfred Schutz, também de base fenomenológica, desenvolve sua teoria da intersubjetividade, caminhando a um entendimento do social numa escala mais simplificada. Finalmente, Serge Moscovici e a teoria das representações sociais congregam a intersubjetividade proporcionando um caminhar aos processos sociais em maior escala, uma leitura do “lugar” em suas diversas nuances e significados na complexidade que o mundo atual toma.

As relações tecidas nesta pesquisa forneceram subsídios para algumas afirmações que respondem aos objetivos do estudo. Uma destas afirmações refere-se às possibilidades de inserção da Fenomenologia e da Teoria das Representações Sociais nos estudos do “Lugar” enquanto “mundo-vivido” e enquanto “território”. Vimos que a concepção de mundo, abarcada pelas teorias, têm em comum o entendimento da realidade enquanto conjunto de fenômenos e cuja interação com o conhecimento do senso comum se torna imprescindível.

Na trajetória entre Merleau-Ponty e sua teoria sobre a percepção e Serge Moscovici e a teoria das representações sociais, vimos que o conceito de sensação se liga para o primeiro a um contexto maior de relação com o *outro*, e nesta troca traz consigo representações de mundo que precisam ser decifradas e consideradas. O primeiro se atém à constatação das percepções enquanto um emaranhado de relações entre os sentidos e entre os sentidos com o *lebenswelt*, já o segundo traz este material aos contextos históricos e amplia o diálogo interdisciplinar com a semiótica, com as teorias da comunicação, com a história, com a geografia e todo o conhecimento necessário para se entender em qual universo emergem tais percepções e suas representações.

Neste caminhar, Alfred Schutz contribui inserindo uma teoria fenomenológica intersubjetiva, tentando ir de encontro a um entendimento dos processos em comum a todas as sociedades, enquanto constituintes de seu manifestar cotidiano. A ligação entre eles é dada pela intencionalidade, trazendo sempre o homem como um ser que vive em projetos e que inter-relaciona passado, presente e futuro nas suas ações.

Os três teóricos, além desta fundamentação de mundo e de homem, trazem no cerne de suas reflexões um método de abordagem da realidade que impossibilita a busca de respostas objetivas e da construção de modelos analíticos. Tanto a Fenomenologia quanto a Teoria das Representações Sociais, partem do conhecimento do senso comum, no seu cotidiano e ao serem contextualizados permitem diversas leituras e respostas. O anseio deles está na compreensão dos fenômenos, que são expressões vivas da realidade e não

Considerações finais

A questão da intersubjetividade e sua compreensão, para leitura do espaço-lugar, surgiu como interesse durante minha própria história acadêmica. Vários questionamentos foram se costurando durante a elaboração do projeto de pesquisa, cujo nascimento adveio das conclusões da monografia “Espaço geográfico: reflexões a partir da fenomenologia existencialista”, defendida em 2002 enquanto requisito parcial para a obtenção do título de licenciado em Geografia pelo Instituto de Geociência/ UFMG.

Tais questões trouxeram consigo uma maior, referente a quais teóricos deveriam servir de base a esta reflexão. O objetivo era tentar fazer um caminho que pudesse alargar ao máximo o entendimento da relação entre a subjetividade e a formação dos processos sociais. Dentre estas questões não figurava o interesse em se fazer um compêndio de definições para intersubjetividade, sendo a tentação da definição objetiva uma questão a se atentar durante este processo, de modo a evitar reducionismos. A intersubjetividade permeou a pesquisa enquanto ação que se dá na relação entre subjetividades, onde alguns processos promovem o fazer e o refazer social, tais como a comunicação, as representações simbólicas, a percepção e o *ser-no-mundo-com-os-outros*.

Diante disto, os parâmetros de leitura foram definidos tomando como enfoques a Fenomenologia e a Teoria das Representações Sociais, cuja relação da subjetividade com o fazer social podia ser elaborada, uma vez que possuía importantes pontos de ligação e convergência.

Além do interesse em desenvolver essa audaciosa trajetória, a única “certeza” que possuía era o interesse em continuar me debruçando sobre o pensamento de Merleau-Ponty, cujos processos perceptivos me interessavam em demasia, para entender uma nova forma de relação do homem com o mundo, apontando para um encontro com o *outro*.

Estas reflexões, porém, se mostraram insuficientes para entender processos mais amplos, cuja escala de abrangência social se alargava, principalmente no que concerne ao pensamento geográfico. Assim, a fim de abrir o diálogo com outros autores, considerei interessante abordar teóricos que tivessem ligações entre si e que possibilitassem um caminho a ser trilhado, ou seja, ampliando o entendimento da passagem dos processos subjetivos ao social.

Evitando incompatibilidades teóricas, fui ao encontro da integração entre três teorias que se acercam e cujo corpo teórico se complementam numa perspectiva gradual. A fenomenologia em Merleau-Ponty de base subjetivista, que busca uma aproximação com o

tentativa em redefinir território, enquanto “lugar-território”, se deu pela visualização dos processos de des-re-territorialização que se processam, cada vez mais, a partir das relações cotidianas. A demanda da diversidade dos atores, presentes no universo sócio-espacial, em manifestarem suas vivências, percepções através de um fazer participativo, acompanha este movimento do território que vem, cada vez mais, se alicerçando sobre estas bases.

A partir então destas reflexões é preciso enfatizar que a realidade vivida não vem se portando conforme os discursos neoliberais de homogeneização do espaço e que, portanto, o “lugar” continuará sendo uma categoria espacial que demandará um universo imenso de respostas às suas questões. No “lugar” encontraremos o desejo da estabilidade, a manifestação das identidades, as tangências da territorialidade, o possibilitar das percepções, a vivência das emoções. O “lugar” seja como “lugar-mundo-vivido” ou “lugar-território”, cada vez mais trará a complexidade de todo um universo global presente em cada um dos sujeitos constituintes da vivência, através da formação da intersubjetividade.

A demanda da complexidade atual caminha na direção da superação enquanto conhecimento inter-relacionado que se amplia ao se encontrar com outras formas de leitura e compreensão da realidade. Para a ciência não há necessidade de se fechar em uma perspectiva teórica ou num recorte espacial, limitando sua leitura àquele padrão abordado, cortando as arestas dos conflitos, das exceções, dos diferentes, das estratégias ideológicas, entre outros fatores. É preciso fazer mais o caminho inverso, fazendo perguntas ao mundo, receber questões que este também nos coloca, de modo a construirmos o arcabouço teórico-metodológico aberto às possibilidades que forem aparecendo.

Para concluir, uma última questão se refere à relação entre o “lugar-mundo-vivido” e “lugar-território”. Como abordá-los em inter-relação para o entendimento ampliado do espaço geográfico?

Estamos imersos num sistema global capitalista que anuncia o aniquilamento do espaço e do tempo, superestimando as relações virtuais e ignorando o “*caos*” social que ora se instala. A falsa homogeneização do espaço, como discurso do fim das fronteiras econômicas e políticas, faz emergir processos de explosão de espaços que incrementam a proliferação de “lugares-território” enquanto “substitutos” da estabilidade macro territorial ameaçada (DUARTE, 2005). Desta forma, as relações concernentes ao mundo-vivido carregam em si, cada vez mais, elementos da territorialidade móvel e flutuante ao mesmo tempo em que as identidades e afeições se fundem neste processo.

A “explosão de espaços”, principalmente nas grandes cidades, tornam os “lugares-mundo-vivido” cada vez mais instáveis e, as relações sócio-espaciais que aí se instalam, as territorialidades vão se reconfigurando. A busca da estabilidade ameaçada pode se travestir em violência, uma vez que instabilidade significa perda de poder, abafando as relações de alteridade que participam na construção das identidades. Este quadro de complexidade suscita diversos questionamentos e aflora contradições do mundo pós-moderno.

O esfacelamento da alteridade, dos territórios e das identidades convive ao mesmo tempo com a busca da formação dos coletivos, da múltipla territorialidade e do fortalecimento dos movimentos identitários. A instabilidade espacial complementa estas contradições através dos discursos ora globais, ora locais, nos levando à conclusão da necessidade cada vez maior do encontro de tais questões no universo das ciências humanas.

Diante deste universo tão complexo e dinâmico, podemos afirmar que os paradigmas se encontram “pressionados na parede” e que a saída é o encontro e o diálogo entre as áreas do saber. Se as questões são muitas, as leituras de mundo também o são. A

ao tratamento das percepções, do entendimento das estratégias ideológicas e do contexto deste fazer intersubjetivo se revela a Teoria das Representações Sociais, por possuir um arcabouço teórico mais rico.

O encontro entre Merleau-Ponty e Alfred Schutz, com abordagens fenomenológicas diferentes, iniciaram o entendimento do processo da passagem das percepções à formação de tipificações, códigos que podem ser considerados como uma tentativa inicial de se contemplar estas “leituras em comum” da realidade, aprofundadas por Serge Moscovici e por ele definidas como representações sociais. Esta junção entre os autores deve ser destacada como exemplo de uma possibilidade nova de se fazer ciência, buscando as convergências e contribuições entre autores clássicos e os novos paradigmas, evitando a falácia da “militância epistemológica” que tanto limita a abordagem do complexo atual.

Outra questão importante referiu-se a tentativa em se “criar” uma nova abordagem do lugar, entendendo-o como “lugar-mundo-vivido” e/ou “lugar-território”. Essas concepções figuraram como iniciativas de leituras de espaço, já anunciadas na evolução do pensamento geográfico como antagônicas: “território” e “mundo-vivido”, como possibilidade de integração dos conhecimentos em direção ao entendimento mais amplo da realidade sócio-espacial.

Não há fronteira delimitada entre o “lugar-mundo-vivido” e “lugar-território”. Os termos compostos reivindicados nesta pesquisa visam justamente reforçar o poder do “lugar” enquanto espaço do cotidiano e da multidimensão que este vem recebendo na contemporaneidade, bem como o papel do espaço na compreensão das relações sociais, que emergem com os conflitos e as estratégias ideológicas.

Diante da complexidade do mundo e das relações sócio-espaciais, não há como tomarmos os paradigmas como verdades absolutas em busca de respostas. Essa atitude só limita a compreensão da realidade e reforça uma postura científica de se contrapor paradigmas enquanto antagonismos teóricos simplesmente, sem qualquer diálogo. O caminho de ampliação teórico-metodológica norteia-se a um compartilhar de conhecimentos que não visa à criação de um novo paradigma. Este movimento procura uma consciência de ciência com objetivos de compreender mais e melhor a realidade, e não como jogo de poder das idéias. Faz-se necessário esclarecer que não se aspira minarem as discussões e diálogos epistemológicos que se figuram como propostas, mas é justamente empreender o caminho inverso. É preciso ampliar os diálogos, alcançar as convergências e divergências, pois somente na perspectiva dialógica se alargam as possibilidades e aparecem os limites.

Podemos perceber neste estudo de caso que as relações no “lugar-território”, mesmo que de formas flexíveis, alteram o “lugar-mundo-vivido”, sem necessariamente coincidirem na sobreposição de ambos. Os “territórios neutros” que se instalam entre a disputa dos “flexíveis”, no Rio de Janeiro, alteram seus tempos, sentimentos e percepções como forma de manutenção de uma identidade e de uma vivência cotidiana possível.

O outro estudo aborda os territórios intra-muros de um presídio de Florianópolis/SC. BATISTA & SCHEIBE (2003) destacam a micro escala territorial que se configura no interior da penitenciária, reafirmando a tese de que os territórios são multi escalares. O interessante deste exemplo refere-se ao que os autores consideram como instituidores e mantenedores do poder. Segundo eles:

Quem comanda os territórios dentro da penitenciária são os malandros, indivíduos que conhecem todos os códigos da cadeia e que possuem autonomia para criar novas regras. Cabe a essa categoria vigiar e manter as normas entre os detentos, já que possuem força física e carisma para conservar os internos unidos num mesmo ideal (BATISTA & SCHEIBE, 2003, p. 409).

Nestes territórios micro escalares que se instauram no interior dos intra-muros, nos leva a compreensão de que podem se configurar um “lugar-território” enquanto ligação intrínseca ao “lugar-mundo-vivido”. As regras que regem esta territorialidade flexível e mutante estão contidas nas relações de dominação dos códigos e símbolos criados e recriados no dia-a-dia, no cotidiano do mundo-vivido. O poder se desloca para aqueles que conseguem articular as vivências no *com-os-outros* construindo neste ir e vir um conjunto de códigos dos fixos que garantem os fluxos e sua hegemonia.

Os exemplos descritos, associados às convergências apontadas no item 4.1, apresentam-se como ampliações do universo de estudo do “lugar” e do “espaço geográfico” em si. Alguns pontos merecem ser realçados, pois permitem sistematizar o encontro com os objetivos propostos na pesquisa:

Primeiramente, refere-se ao encontro da Fenomenologia e a Teoria das Representações Sociais. Foi possível perceber que ambas possuem pontos de convergência e, principalmente de ligação, que favorecem abordar um fenômeno sócio-espacial a partir de uma nova concepção metodológica à luz destes paradigmas inter-relacionados.

Os exemplos nos permitem afirmar que em algumas questões mais ligadas à subjetividade, às relações afetivas e de encontro intersubjetivo na “vivência”, a fenomenologia apresenta um aporte teórico de maior eficiência. Já nas questões relativas

necessidade em se ramificar as questões para ancoragem e leitura das representações sociais e dos fenômenos que ali se desencadeiam, considerando também a des-re-territorialização.

Outro estudo de SOUZA (1994) abarca os “territórios-rede” e os “territórios-descontínuos” do tráfico de drogas na metrópole do Rio de Janeiro. Para este autor, o Rio de Janeiro é um caso específico de formação de territórios configurados por pontos interligados (“bocas de fumo” ou de distribuição das drogas), mas que não se estruturam unicamente nesta articulação. As áreas entre estes pontos são caracterizadas pela influência dos poderes emanados destes pontos específicos. A flexibilidade destes territórios se encontra justamente nos conflitos de poder constantes na interseção das múltiplas redes antagônicas que se superpõem.

Marcelo Lopes de Souza (1994) traz a questão dos “territórios redes” das drogas como importante ilustração da maleabilidade destes e dos poderes nas novas estruturas, mesmo que ilegais, de circulação. Os “territórios-rede” continuam evocando o controle específico, ao mesmo tempo em que se vinculam a outras redes de maior escala. Neste estudo de caso percebe-se a perda do poder estatal e do planejamento participativo para os traficantes, que se posicionam de modo autoritário, cultuando e decretando a heteronomia coletiva.

Neste caso, podemos perceber que o deslocamento do poder estatal não trouxe consigo mudanças nas relações sociais nestes “territórios”. Configuram-se estruturas de dominação, hierarquia e exploração do trabalho da mesma forma que nos “territórios legais”, porém com a alteração do ator hegemônico, no caso os traficantes (SOUZA, 1994, p. 29-30).

O debruçar diante destes estudos dos “territórios flexíveis”, que se instalam enquanto “lugares-território”, tem permitido visualizar as modificações dos “lugares-mundo-vivido” nas metrópoles, neste caso no Rio de Janeiro. Estar ou não numa área de influência dos “territórios ilegais” ou dos “territórios” *realmente* “legais”³⁵ vem sendo apontado por SOUZA (1994) como fator de mudanças nas relações interpessoais. Um clima de “medo” e de abandono são assestados como causas da redefinição da representação do *carioca*, de um sujeito extrovertido para “acuado” e “sempre alerta” (SOUZA, 1994, p. 32-33).

³⁵ Tratam-se dos espaços onde o poder público se encontra presente, garantindo um mínimo de segurança ou infra-estrutura ou daqueles onde a existência do capital privado garante sua própria manutenção: condomínios fechados, moradias de alto luxo, etc.

atreladas a um conjunto de relações de interesses que podem expressar a manutenção ou construção de uma territorialidade.

A grande importância, porém, do uso de narrativas, que podemos reafirmar, refere-se ao seu caráter intersubjetivo. Numa abordagem sócio-espacial, as narrativas merecem ser contempladas, uma vez que, como elas pretendem ser integradas ao mundo do *outro* através da comunicação e da intencionalidade, acabam ampliando o conhecimento do universo simbólico circulante pela abertura maior dada entre as partes.

A partir do contato com as narrativas, JOVCHELOVITH (2000) as investiga em busca dos elementos constituintes nos discursos. Destes discursos ela extraiu representações mais amplas que simplesmente acerca do próprio *impeachment*, como a representação do que significa “povo brasileiro” para os parlamentares, mostrando a riqueza das narrativas e sua eficácia na leitura de fenômenos sócio-espaciais (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 169-171).

Para se relacionar as teorias abordadas com as categorias “lugar-mundo-vivido” e “lugar-território”, tomamos a constituição de territórios móveis ou flutuantes nos centros urbanos, contemplados nos estudos de Marcelo José Lopes de Souza (1995; 1994) e de Gisele Victor Batista e Luiz Fernando Scheibe (2003), na qual a questão da territorialidade flexível é abordada.

Considerando primeiramente os trabalhos de SOUZA (1995; 1994), de acordo com este geógrafo, a territorialidade, em alguns pontos da cidade, possui uma sazonalidade ao longo do dia que define as vivências que se manifestam num mesmo “lugar” (SOUZA, 1995, p. 87-88). Não são os elementos concretos que definem os territórios, mas as relações sócio-espaciais. Nota-se que os “lugares-mundo-vivido” se formam nas relações cotidianas de uso e ligação ao espaço, se configurando concomitantemente como “lugares-território”. Estes são definidos também por questões de uso e ligação, porém, numa perspectiva muitas vezes de própria manutenção da existência e da identidade.

Um exemplo utilizado por SOUZA (1995) ilustra bem esta reflexão, refere-se ao território das prostitutas demarcado num determinado horário, nas madrugadas. Ao longo do dia as relações sócio-espaciais estão ligadas ao contexto de uso econômico, através do consumo e da passagem rápida por aquelas ruas. Nesses turnos a territorialidade se vincula ao comércio de produtos e como “lugar” de passagem. Ao anoitecer reconfiguram-se as relações e a intencionalidade, diante do uso e da relação com o “lugar”, novos atores dominam e um novo fazer intersubjetivo se instala. Numa leitura do “lugar” onde se configura a sazonalidade das relações, merece atenção à diversidade entendendo a

urbano”. O padrão e o desejo em pertencerem à “classe média” se encontram impressos nos registros fotográficos do espaço individual (muros), do interior mobiliado (o *ter*) e o anseio de propriedade. Tais conclusões reforçam a tese de que as estratégias ideológicas se encontram nas representações, configuram as intencionalidades diferenciadas da percepção e demandam a ampliação do fazer intersubjetivo e da alteridade como formas de superação de tais situações.

Sandra Jovchelovitch (2000) também abordou o espaço público em um de seus trabalhos utilizando narrativas, mas alicerçada na Teoria das Representações Sociais. Ela discute primeiramente a relação entre narrativa e representação social e em seguida analisa algumas narrativas de parlamentares acerca do *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor de Mello. JOVCHELOVITCH (2000) justifica a importância das narrativas para o estudo das representações sociais:

No processo de colocar a si mesmo e sua vida social em uma estória, sujeitos sociais apresentam imagens que adquirem vida, engajam-se em diálogos múltiplos e redefinem o mundo social. Da mesma maneira, estas estórias criam atores que definem o tecido social e provocam a sua transformação. Tal é o poder da narrativa: o poder dos que sabem a estória, a escutam e a contam (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 144).

A narrativa é apontada como um rico material cujo constituinte é o mundo-vivido e cuja construção só se dá de forma intersubjetiva. JOVCHELOVITCH (2000) destaca as narrativas como instrumentos de manifestação de grupos, de interesses nelas contendo representações sociais que podem ser ancoradas a partir de sua contextualização. A partir das narrativas, ela crê que podemos “contaminar” outras culturas transmitindo variadas representações de um mesmo fenômeno (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 145).

No estudo das representações sociais, ao tomarmos a narrativa como um importante instrumento metodológico, acessamos sua cronologia, as situando diante do contexto construído pelo pesquisador. Estes relatos comportam em si cargas afetivas, uma ideologia, uma configuração espacial e diversas representações que se associam à realidade sócio-espacial.

Diante destas possibilidades, o estudo do “lugar-mundo-vivido” e “lugar-território” se torna enriquecido, pois as narrativas vinculam percepções em todas as suas concepções já descritas nesta pesquisa. Além disso, as vinculá-las aos signos e significados num contexto histórico, carregam os sentimentos na dramaticidade que lhe é peculiar e estão

Ao longo da história de Itabuna/BA, a reordenação do espaço foi ocorrendo e a diferenciação econômica se materializando a partir das territorialidades presentes. A multiterritorialidade foi variando mais ainda as percepções à medida que os atores sociais foram também se diversificando. Como a dimensão econômica se infiltrou na cidade como forma de exploração de uma classe em específico, pode-se perceber uma relação afetiva distinta entre as diferentes classes em relação ao “lugar”.

Com um direcionamento maior ao centro histórico da cidade, ROCHA (2003) delimitou seu enfoque à percepção dos moradores e as representações construídas, trabalhando não só com os questionários, mas com obras de artes, crônicas, poesias e até mesmo mapas mentais feitos por moradores. Em seu trabalho não foi adotada a Teoria das Representações Sociais aliada às incursões feitas com a semiótica. Esta poderia oferecer instrumentos às leituras sobre as representações construídas, seus núcleos significativos e as relações com o contexto sócio-histórico da cidade.

Com um enfoque fenomenológico e analisando especificamente o “lugar-mundo-vivido”, a pesquisa direcionou-se para identificar as relações afetivas estabelecidas naquele espaço. A diversidade de percepções levantadas, neste caso, foi agrupada em conjuntos significativos e apresentada como um texto conclusivo dos pontos mais significativos. O tratamento das percepções em se dirigir ao núcleo e aos elementos periféricos das representações sociais pode enriquecer a compreensão mais ampla dos fenômenos na cidade.

Abordando também os significados e a relação dos sujeitos no seu espaço de vivência, Lucrecia D’Alessio Ferrara (1999) desenvolveu um estudo sobre a relação dos moradores de alguns bairros da região Leste da cidade de São Paulo/SP a partir de suas percepções e representações espaciais.

Neste estudo ela percebeu que a grande maioria dos moradores não “percebia” aquele espaço enquanto espaço coletivo, nem como relacionada a um contexto de ação para um futuro. FERRARA (1999) toma o conceito de “percepção” e o classifica enquanto: percepção visual e percepção informacional. No primeiro estariam as atitudes de ação “ingênua”, sem consideração das conseqüências, já o segundo refere-se às ações refletidas, com base em uma intervenção que se cria via intersubjetividade (FERRARA, 1999, p. 65-66).

Diante das conclusões da autora, podemos perceber a intrínseca relação entre “representação”, “ideologia” e “percepção”. Nas fotos apresentadas pelos moradores, como panoramas de seu dia-a-dia há um reforço da representação social do que é ser “sujeito

manifestações de aversão, nostálgicos ou de afeição. A inversão afetiva na relação com o “lugar” e todos os seus constituintes não pode ser considerada uma negação de sua existência, como se passasse a figurar ali um “não-lugar”. O processo de inversão afetiva é contemplado de forma mais existencial a partir dos conceitos de “topofilia”, com sentimentos positivos sobre o “lugar” e “topofobia”, com sentimentos negativos sobre o mesmo.

Além destas considerações, percebeu-se também o cuidado em trazer uma discussão teórica e política sobre o processo de privatização, bem como da história da companhia, favorecendo um encontro com os consultados a um aporte teórico essencial. Assim, a partir da análise dos dados, Karlyson Tavares agrupou as categorias de análise e uma delas trouxe consigo o interesse em abordar a percepção dos motivos da privatização da Companhia Vale do Rio Doce. Diante desta proposta ele uniu a fenomenologia à Teoria das Representações sociais. A “percepção”, conforme conceituada por Merleau-Ponty, utilizada como elemento fundamental no estudo das representações sociais, envolve toda a carga de vivência de cada um na relação com o fenômeno abordado que só pode ser elencado através do ir até ele. No caso da pesquisa de TAVARES (2004), cada resposta foi considerada e seus elementos (núcleos centrais) destacados como importantes. É claro que não dá pra considerar todos, mas os elementos significativos que se tangenciam predominam enquanto elementos intersubjetivos em sua pesquisa e as lacunas confrontadas e postas em diálogo com a abordagem teórica contextual.

Outro trabalho, tomado aqui como exemplo, é o de Lourdes Bertol Rocha (2003) que, a partir da fenomenologia, estuda o estudo do centro da cidade de Itabuna – BA e seus significados. ROCHA (2003) através da fenomenologia existencialista, principalmente em Merleau-Ponty e também de elementos da semiótica objetiva compreender a relação entre os signos e os significados para a população local, relacionando passado e presente à luz do cultivo de cacau.

Em seu embasamento metodológico, ROCHA (2003) busca elementos da fenomenologia e da semiótica para se aproximar de uma abordagem dos signos e significados de diversos patrimônios históricos do centro da cidade e também da relação entre a sociedade itabunense. Neste caminho ela procurou subsídios sobre como tratar os diferentes significados das percepções de seus consultados, dos autores literários que escreveram sobre a cidade e também de pintores. Toda esta bagagem subjetiva e intersubjetiva passou, então, pela análise dos signos, aspirando por seus significados de forma contextualizada, considerando as relações afetivas construídas no “lugar”.

como fundantes do seu processo de pesquisa. Somente a partir deste procedimento ela se sentiu preparada para uma leitura das representações sociais. O “lugar-território” se investiu de uma territorialidade que deve ser entendida como as camadas maleáveis de poder que vão investindo o lugar de suas presenças, mas que não se fixam. Os movimentos sociais e suas relações dinâmicas sejam através de suas ações ou de seus confrontos, a partir de surgimentos de ONG’s, do contato com o Estado, reconfiguram a territorialidade dentro dos “lugares-território”. Quando passamos a enxergar o espaço como campo de poderes, já algum tempo não mais vinculados estritamente ao Estado, somos levados a explorar a configuração do território no seu fazer cotidiano, em sua territorialidade, na formação dos “lugares-território”.

Para aliar, a leitura da realidade com o entendimento das representações sociais faz-se necessário o processo de contextualização prévia. Ele agregará uma melhor capacidade de aproveitamento na relação com os grupos ou sujeitos abordados, abrindo possibilidades de interferências teóricas ao longo da “análise”. Essas, por sua vez, incrementam o aproximar das estratégias ideológicas, re-questionando as relações de poder ali esboçadas que potencializam o encontro com os núcleos significativos e seus elementos periféricos, altamente voláteis, em várias situações.

Assim como Ângela Arruda, Karlyson Tavares (2004) investigou as representações sociais de trabalhadores da Companhia Vale do Rio Doce, particularmente aquelas referentes ao processo de privatização e suas conseqüências. Em seu estudo houve uma contextualização do espaço abordado, localizado na Mina de Timpopéba no distrito de Antônio Pereira, em Ouro Preto – MG e também das demais cidades em que a companhia atua.

O enfoque dispensado aos questionamentos foi dirigido ao cotidiano do trabalho em si, conferindo aos consultados, alusões aos seus espaços de vivência, à medida que iam de encontro às conseqüências das mudanças ocorridas com a privatização no seu dia-a-dia. O contexto espacial da pesquisa limitou-se ao espaço de trabalho, acercando-se do conceito de “lugar-território”. A relação entre os trabalhadores, ora tomando a companhia como “mãe”, ora como “madrasta”, traz em si uma carga identitária de forte ligação com o lugar. Com esta postura retomamos os conceitos de Yi-Fu Tuan de “topofilia” e “topofobia” e o confrontamos com o conceito de “não-lugar”, trabalhado por CORGOSINHO (2004). Percebe-se que a mudança na relação afetiva dos trabalhadores com a empresa e com o “lugar” não tornam nulas suas relações. Nos discursos, os empregados se posicionaram afetivamente em relação às mudanças ocorridas após a privatização da Vale, seja com

apreensão do espaço, buscando nas diversas áreas do saber subsídios necessários a este processo. O segundo princípio é o de perceber o *outro*, estar atento às percepções e aos conhecimentos dos sujeitos envolvidos naquela determinada realidade (AGUIAR, 2004, p. 7). Essas idéias aproximam a Teoria das Representações Sociais e a Fenomenologia enquanto teorias afins, uma vez que o mundo passa a ser abarcado tal como se mostra na sua facticidade.

Outro princípio por ela referendado foi o da atuação da universidade enquanto agente do conhecimento. Para AGUIAR, não basta considerar a ciência como aquela que tem em pauta o *outro*, uma vez que este sempre foi “considerado”. A diferença é que este *outro* deve ser visto numa perspectiva diferente, que começa a ser contemplado nas pesquisas de Percepção Ambiental. O *outro* aqui “*tem voz, tem história e esta voz e esta história são ouvidas muito antes de se propor projetos que vêm de cima, não condizentes com a realidade deste Outro*” (AGUIAR, 2004, p. 12).

Por fim, os princípios do planejamento, gestão e supervisão culminam na máxima aproximação entre teoria e prática, entre ciência e mundo-vivido. É na supervisão e gestão deste conhecimento associado à realidade que o entendimento dos processos espaciais, no contexto local-global se fazem úteis e figuram como desafiantes àqueles envolvidos.

A percepção ambiental, cunhada por AGUIAR (2004), exemplifica a importância em se relacionar os conhecimentos sobre o “lugar-mundo-vivido” e “lugar-território”, que demandam inter-relações entre si. As ações no campo ambiental apontam para uma negligência real da consideração das vivências de diversos atores envolvidos nos processos como os: atingidos por barragens, pelas culturas de eucalipto, pelo avanço da fronteira agrícola latifundiária entre outras contradições e desafios do sistema produtivo capitalista. A unilateralidade na resolução ou “abafamento” de tais questões, geridas pelo próprio Estado, tem levantado a seus pesquisadores, questões que se referem à necessidade de considerar as percepções e as vivências dos excluídos e ao questionamento dos múltiplos territórios que se sobrepõem a estes “lugares”. Com tais exemplos podemos perceber que uma abordagem enfocando apenas o lugar enquanto mundo-vivido ou somente enquanto território se constitui em mais uma leitura insuficiente da realidade.

Ângela Arruda (1998), ao trabalhar com a Teoria das Representações sociais e os movimentos sociais, corrobora a importância da interdisciplinaridade. Em seu trabalho ela enfatiza a importância da contextualização do espaço antes da coleta de dados para análise das representações. Neste caso, sua démarche sócio-espacial aproximou-se mais do conceito de “lugar-território”, pois necessitou mapear os campos de forças ali presentes

4.2 – “Lugar-mundo-vivido” e “Lugar-território”: inter-relações teóricas numa perspectiva metodológica relacional

A leitura inter-relacionada entre a Fenomenologia e a Teoria das Representações Sociais subsidia pontos de convergência que devem ser vislumbrados como ampliações de metodologias para leituras do espaço-lugar. Neste momento, traremos às discussões sobre a categoria “Lugar” enquanto “lugar-mundo-vivido” e “lugar-território”, as associando às reflexões feitas com exemplos empíricos, inserindo as contribuições do item 4.1 como forma de enriquecer tais leituras. Entretanto, salienta-se que, em nenhum momento, a discussão pretende julgar se a abordagem se encaixa na concepção de “lugar-mundo-vivido” ou “lugar-território”, o que empobreceria tal análise. A própria reflexão sobre tais categorias comprovou uma relação intrínseca entre elas, determinada pela ligação à categoria-chave “Lugar”. Suas variadas nuances devem ser vistas como complementares em quaisquer leituras ou discussões e não como conceitos antagônicos nos quais um busque superar o outro.

Tendo em conta o panorama atual brasileiro de pesquisas em Geografia, encontramos grupos de pesquisadores ligados à corrente Humanista que ainda tomam o “lugar” como uma categoria basicamente ligada ao conceito de mundo-vivido. Por outro lado, existem aqueles que desconsideram tal leitura, definida como “alienante” e o colocam unicamente atrelado ao conceito de território. De modo a evitar tais extremismos buscou-se o diálogo enriquecedor entre os grupos.

No “Simpósio Nacional sobre Geografia, Percepção e Cognição do Meio-ambiente”, 2005, em Londrina/PR, foi possível vislumbrar orientações para a inter/transdisciplinaridade. No emaranhado de sessões temáticas: Geografia e Literatura; Arte, Linguagem e Cidade; Lugar e cultura; Olhares e experiências urbanas; Lugar e identidade, cultura e mundo-vivido; As representações da natureza, dentre outras, identificamos desde uma geografia poética, aos moldes da Geografia Humanista clássica, a uma nova iniciativa teórica, sugerindo inclusive uma chamada Geografia Psicossocial, defendida pela pesquisadora Rossana Aguiar (2005).

A Geografia Psicossocial, na obra de Rossana Aguiar (2004), apresenta como princípios básicos alguns pilares para se imprimirem relações entre a Geografia e a Teoria das Representações Sociais. O primeiro princípio é o da ética e moral, no qual é necessário considerar as perspectivas do senso comum enquanto conhecimento para uma melhor

A Teoria das Representações Sociais, apesar de ser gestada e desenvolvida por Moscovici, foi re-elaborada no universo acadêmico em consonância às diversidades das investigações na área. Wolfgang Wagner (1998) mostra que o próprio conceito de representação social e a consideração de sua estrutura passam a ser organizadas de modo diverso, embora não excludentes entre si. Para ele, esse aspecto permite diagnosticar cinco grupos de pesquisadores quanto aos enfoques deste conceito, que são abordados destacando:

- (a) sua estrutura “teórica” de proposições organizadas hierarquicamente, que formam um núcleo central e um conjunto de elementos periféricos;
- (b) sua forma metafórica, como um esquema figurativo, que resulta (c) da objetivação;
- (d) sua função de ancorar novas experiências; e finalmente
- (e) serem coletivamente compartilhados (WAGNER, 1998, p. 16-17).

Como podemos perceber, todos esses atributos funcionais e estruturais se inter-relacionam sem se excluírem. São desenvolvimentos teóricos que vão surgindo a partir da prática do estudo das representações sociais e que incrementam a aproximação com o real a partir da interdisciplinaridade como, por exemplo, a Geografia em suas relações com o “lugar”. Essa aproximação compõe o próximo item, ao exemplificarmos à luz da Teoria das Representações Sociais e da Fenomenologia e sua relação com as categorias “lugar-mundo-vivido” e “lugar-território”.

Com base nestas reflexões inter-relacionando a Fenomenologia e a Teoria das Representações Sociais, vários pontos de convergência foram identificados referentes à consideração de mundo e intersubjetividade entre os teóricos abordados. As divergências, no geral, podem ser consideradas mais como lacunas teóricas do que deficiências. É preciso situá-los face ao contexto histórico e científico por eles vivenciados quando da elaboração de suas teorias e ter a sensibilidade para perceber que há uma ligação entre Merleau-Ponty, Alfred Schutz e Serge Moscovici. Esse nexos se estabelece no objetivo maior de se entender a construção social da realidade partindo do sujeito *em-si* e na sua relação *com-os-outros-no-mundo* a presunção de um contexto social maior.

Para resumir, a grande convergência dos três teóricos está justamente na consideração de homem e de sociedade como um grande conjunto intersubjetivo o tempo todo, deixando os fenômenos que aí se circunscrevem como os grandes desafios para o avançar teórico sobre os temas a se debruçar e pensar.

em uma contra-corrente da Psicologia Social denominada *anti-representacionismo*³⁴. A riqueza da Teoria das Representações Sociais se concentra além da análise de tais discursos e se conduz à capacidade de relacionar os elos sociais que fazem dos sujeitos seres não isolados, mas em relação intersubjetiva constante.

A opção de se enveredar pelos caminhos da Teoria das Representações Sociais, recorrendo a subsídios metodológicos, não pretere a fenomenologia. As leituras em Schutz e Merleau-Ponty contribuem muito para a compreensão do encontro da subjetividade com a intersubjetividade. A idéia de Moscovici vem complementar este ciclo de entendimento das relações sociais, pois abrange um universo mais complexo, atualizando os demais teóricos e avançando no contato entre senso comum e ciência.

Ângela Arruda (1998), por exemplo, ao utilizar a Teoria das Representações Sociais, descreve a necessidade em estarmos atentos aos constituintes do núcleo central das representações. Este traz em si um contexto ideológico de domínio-submissão ou de um totalitarismo compondo uma nova ancoragem necessária para intervir nesta estrutura. Em seu trabalho, sobre os Movimentos Sociais no Rio de Janeiro, ela não percebia se os discursos construídos pelos grupos de ecologistas possibilitariam ou não, uma mudança efetiva nas representações sociais da comunidade envolvida, sobre a questão da relação do homem com meio-ambiente local. Apesar desta incerteza, ela não descartou a possibilidade da efetivação destas mudanças, bem como sua própria sucumbência em relação às novas representações que daí possam emergir.

Esse contato com as representações sociais, a partir de uma leitura contextualizada e com base na Teoria das Representações Sociais, sublinha seus componentes ao serem expostas pelos discursos e ancoradas por seus estudiosos. Este processo pode ser denominado “ancoragem da ancoragem”, pois além de trazer intencionalmente as representações dos *outros*, por meio da comunicação, estas entram no sistema perceptivo do pesquisador confrontando, em alguns casos, com sua própria representação sobre aquele tema, desembocando nas conclusões acerca desta inter-relação. O diferencial está, precisamente, na amplitude da contextualização do tema tratado e da abordagem e operacionalização utilizadas.

³⁴ As críticas levantadas à Teoria das Representações Sociais podem ser cunhadas das idéias de Richard Rorty, Mary Jane Spink, T. Ibanez Garcia e G. Jahoda (SPINK, 1996). Em sua obra, SPINK as aponta, conforme mencionadas no Cap. 2, mas cita em nota a abertura dada pelo filósofo Richard Rorty no avanço do diálogo. Algumas possíveis convergências entre a Teoria das Representações Sociais e as idéias de Rorty em “A filosofia e o espelho da natureza” podem ser conferidas na dissertação de mestrado de Cláudia Andréa Mayorga Borges de Godoi (2000).

certo modo poderíamos relacionar a presença das representações sociais como constituinte da percepção ao esquema de Bailly (Figura 1, p. 24), assim, o ampliamos como mais um elemento do filtro sensor do *ser-no-mundo*. Estamos imersos em um mundo de representações imediatas de caráter volátil, mas que às vezes se pretendem estáticas. Sua mutabilidade se constituiria em um produto de uma reconfiguração através das ressignificações intersubjetivas e em contato com a argumentação cotidiana ou acadêmica. A propósito do papel das representações sociais comenta Moscovici:

A análise das representações sociais não pode fazer mais que tentar, por um lado, identificar o que, em determinado nível “axiomático” em textos e opiniões, chega a operar como “primeiros princípios”, “idéias propulsoras” ou “imagens” e, por outro lado, esforçar-se para mostrar a “consistência” empírica e metodológica desses “conceitos”, ou “noções primárias”, na sua aplicação regular ao nível de argumentação cotidiana ou acadêmica (MOSCOVICI, 2003, p. 242).

Apoiando nesta proposição, nos deslocamos para nossa última indagação: quais são os limites e possibilidades das teorias entre si? Pela citação de Moscovici, as Representações Sociais, por estarem presentes nas nossas ações e figurarem como elementos temáticos, devem ser abordados através do senso comum, no encontro com os discursos dos sujeitos envolvidos. Todo o tratamento da percepção destas representações cruzará o conhecimento dos constituintes deste processo de formação como a ancoragem e objetivação, bem como da própria representação, elaborada por um núcleo central e um sistema periférico.

Serge Moscovici, assim como Alfred Schutz e Merleau-Ponty, tomam a realidade do senso comum como panorama que possibilita um maior alcance da realidade, sendo os três, críticos ao modelo de ciência clássica. O passo além, dado por Moscovici, está justamente ligado ao seu objetivo de contatar com esse universo. Sua intenção é a de trabalhar com os discursos de modo a entender a presença das representações, enquanto elos sociais, prosseguindo a uma leitura relacionada, embasada num projeto de alteridade e de prevenção ao totalitarismo. Além disso, há um objetivo maior em se tratar estas informações de modo a torná-las conhecimentos em busca de emancipação.

Essa tentativa de Moscovici, como já foi apontada no capítulo 2, acabou sendo criticada por aqueles que tratam o discurso como algo inédito em cada sujeito, figurando-se

chamado à necessidade de ampliação do campo de pesquisa pela diversificação do mundo que o curso da história foi preenchendo. As representações coletivas buscavam inserir “modelos” de explicação que alcançassem um nível de complexidade mínimo impedindo que a contextualização histórica fosse abordada. As representações sociais e sua leitura de mundo caminharam procurando “temas”, ou seja, vendo o mundo como um conjunto factual tal qual a fenomenologia já o fazia.

Neste ponto encontramos uma convergência possível entre os conceitos de *themata* em Moscovici, de *fenômeno* em Merleau-Ponty e de *relevância* em Schutz. Cada uma destas concepções traz a complexidade da relação do homem com a sociedade. A *themata* se insere enquanto componente da estabilização da relação simbólica com o mundo, sendo a forma como o homem se encontra direcionado a este, em forma de temas. Tais temas articulam os tempos, as vivências provocando o processo de re-significação, tornando possível, via contextualização, o alcance gradual das estratégias ideológicas e da memória coletiva construída. Este conceito se aproxima, em parte, do que Merleau-Ponty define como *fenômeno*. Em sua defesa de uma nova forma de olhar a realidade, inclusive já mencionada no Cap. 1, Merleau-Ponty toma o mundo enquanto conjunto de *fenômenos* inter-relacionados que são justamente a combinação dos significados em ação com o *ser-aí-no-mundo-com-os-outros*. Esse envolvimento com o mundo, só acontece para o autor, através do entendimento do mundo enquanto projeto intencional, ou seja, enquanto fenômeno.

A questão das *relevâncias* em Schutz completa este “relacionar” em Moscovici e Merleau-Ponty, pois insere o subjetivo da personalidade ao intersubjetivo que se caracteriza pela abertura às intencionalidades das ações no uso das tipificações em comum, de modo a ampliar o conhecimento em comum pelas vivências cotidianas.

Por estar ligado ao cotidiano, um ponto em comum entre a Fenomenologia e a Teoria das Representações Sociais a ser pronunciado aparece neste fragmento de Serge Moscovici:

São, até certo ponto, as representações sociais que combinam nossa capacidade de perceber, inferir, compreender, que vêm à nossa mente para dar um sentido às coisas, ou para explicar a situação de alguém. Elas são tão “naturais” e exigem tão pouco esforço que é quase impossível suprimi-las (MOSCOVICI, 2003, p. 201).

Assim como a “percepção” é um fazer imediato para Merleau-Ponty, as representações sociais são destacadas por Moscovici como constituintes deste processo. De

possibilidade mais real de englobar os elementos constituintes de um pensar livre ou “alienado”.

Neste momento chegamos a uma questão essencial, ou seja, como o social é abordado nos três teóricos, ou até mesmo, se é argumento de questão. Merleau-Ponty ao trabalhar o campo fenomenal como constituinte do mundo-vivido chama atenção à necessidade de entendermos a sociedade nem sempre como um conjunto de espíritos racionais, mas em sua conjuntura econômica e social que têm papéis de interferência neste processo. Ele não desloca suas idéias para o tratamento das questões sociais e de seu grau de intensidade, mas menciona as dificuldades encontradas em vários países “menos favorecidos”. Portanto, ele reforça que, mesmo aí, o alcance de uma leitura do social deve passar pelo sistema *eu-outro-mundo*, uma vez que a fenomenologia busca a *aparência* nas consciências, descartando o mundo como previamente dado (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 85-99).

Na sociologia fenomenológica, o conhecimento que alcançamos do mundo se origina praticamente da experiência social. O poder da linguagem, possibilitado pelas tipificações e o da comunicação pelas relevâncias, funcionam como pontes entre os sujeitos inter-relacionados que se abrem ao fazer social. Para essa corrente de pensamento, o mundo factual é que define todas as experiências a partir de uma intersubjetividade intencional, sendo o homem motivado por projetos de interesse. As ações no campo social, para Schutz, são motivadas pelo “a fim de” e nunca “por que”, rejeitando assim como Merleau-Ponty o conceito de existência de experiências alheias à consciência (SCHUTZ, 1979, p. 125).

Ao mesmo tempo, em que Schutz declara a facticidade como única possibilidade, como em Merleau-Ponty, ele não toma o mundo-vivido como um presente imediato:

Sempre me encontro dentro de um mundo historicamente dado que, tanto como mundo da natureza quanto como mundo sócio-cultural, existiu antes do meu nascimento e vai continuar a existir depois da minha morte. Isso significa que esse mundo não é só meu, mas é também o ambiente de meus semelhantes; além disso, esses semelhantes são elementos da minha própria situação, como sou da deles (SCHUTZ, 1979, p. 159-160).

Schutz vem reforçar o papel da constituição histórica na construção da comunicação intersubjetiva que leva ao fazer social e se aproxima da Teoria das Representações Sociais, uma vez que esta aborda os “temas” contextualizando-os. A mudança das representações coletivas para representações sociais foi justamente um

Sem o reconhecimento do outro, a produção de sentido e seus correlatos – a forma simbólica, a linguagem, e as identidades – seriam inexistentes. É, portanto, a positividade da alteridade que necessita ser discutida, pois é nesta positividade que residem os elementos fundantes de toda a vida psíquica e social (JOVCHELOVITCH, 1998b, p. 69).

Este ir ao encontro do *outro*, a partir de embates acerca dos elementos ideológicos, deve caminhar paralelo à leitura do fenômeno das representações em seu contexto sócio-histórico. A alteridade, proposta nesta teoria, não se circunscreve unicamente em focar o *outro* como objeto de análise. Pretende-se uma reflexão que constantemente considere o *outro*, em toda a dimensão deste termo, e em vigilância permanente dos discursos que trazem as diferenças como relações de domínio-submissão. Estudar o *outro* e os fenômenos representacionais demanda um arcabouço teórico complementar que abarca uma transdisciplinaridade, não contemplada nas teorias de Merleau-Ponty e Alfred Schutz.

Outra interrogação importante se opera: como o homem se relaciona com o *outro*, e qual a importância de cada um deles neste processo? Em Merleau-Ponty, o *outro* equivale a um conjunto inter-relacionado de juízos, valores, princípios, moral e ética construído ao longo de sua relação perceptiva com o mundo e com os demais. Sendo assim, todos os sujeitos são um conjunto de sentidos comunicáveis carregado deste conjunto inter-relacionado acima, que se aprimora nesta troca e possibilita uma infinidade de relações entendidas somente na sua manifestação cotidiana. O *outro* é imprescindível para que ocorra a existência do primeiro e mesmo sua manifestação. Através da linguagem, como catalisador da dinâmica intersubjetiva, o homem se prolonga até o *outro* e lança seu projeto intencional ao mundo.

Nesta concepção, a relação com o *outro* é sempre dada de forma “ideal” e sem agregar o contexto histórico em sua totalidade. A preocupação se situa muito mais no entender os processos “estruturais”, do que nos elementos “conjunturais”, embora tidos sempre como constituintes do mundo-vivido.

Na fenomenologia de Schutz, o *outro* é destacado como aquele que só se tem acesso real estando *com-ele*, sendo este sempre presente na existência humana, tal como descrito por Merleau-Ponty. Mesmo de forma inédita, para acessá-lo é preciso ter em comum códigos, papéis e nomeações. Tendo em conta as reflexões aludidas no Capítulo 1 podemos notar que a reflexão acerca do *outro* é contestada por Schutz. O autor alega que este se tornaria um objeto e não o abarcaríamos em sua dimensão total. Já para Moscovici, a reflexão da experiência do/com o *outro* é que é empreendida como aquela que exalta a

plasticidade das representações sociais. Não obstante, tal plasticidade carrega em si alguns processos que de alguma forma são também “objetivos” e comportam o encontro da subjetividade com a intersubjetividade.

Ainda sobre como se dá a relação do homem com e no seu mundo, podemos abstrair uma aproximação do conceito de “percepção” em Merleau-Ponty ao de “representação” em Serge Moscovici, ao indagarmos sobre questões que não são do nosso dia-a-dia, mas que temos conhecimento sobre elas. A construção da representação de um fenômeno que não vivemos, mas que obtivemos informações por meios de comunicação se constrói a partir de percepções diversas sobre o tema. Assim, por exemplo, as informações ao serem transmitidas levam consigo uma bagagem subjetiva e que na minha percepção torna-se uma nova concepção sobre aquele tema. Moscovici alerta para o caráter ideológico que precisa ser compreendido na questão e para a grande plasticidade, próprios aos outros demais conhecedores da questão; plasticidade esta que há também na concepção de “percepção”.

Quais, então, são os constituintes deste processo de encontro entre a subjetividade com a intersubjetividade na relação entre os três teóricos? Em Merleau-Ponty esse encontro se dá pela abertura à comunicação proporcionada pela percepção intersubjetiva. Schutz e Moscovici também trabalham a questão da linguagem e da comunicação como constituintes deste processo, sendo ele talvez o ponto mais convergente entre os três.

A linguagem, em Schutz, se atrela ao processo de tipificação. Já a comunicação, um processo mais avançado, possibilita inúmeras ligações, a partir dos códigos em comum compartilhados. Já em Moscovici, a comunicação passa primeiramente pela ancoragem e objetivação, que se assemelham muito às idéias de tipificação, uma vez que ambas enfatizam a criação de códigos em comum. O diferencial na Teoria das Representações Sociais se apóia na colocação dos elementos da comunicação como referenciais para o entendimento de um constituinte maior que é a representação social daquele fenômeno discursado. Assim, nesta teoria, observa-se ainda a discussão sobre alteridade, ideologia, conflitos, relações de poder não incrementadas nos outros dois teóricos. Essa preocupação de Moscovici e seus estudiosos, referente a uma abordagem mais próxima da realidade, tornam o processo de entendimento da intersubjetividade menos automático e mais questionável.

A alteridade vem reforçar o caráter intersubjetivo das Representações Sociais, pois ela traz consigo a potência do alcance do outro e de suas construções em comum. Conforme aponta Sandra Jovchelovitch:

Com esta passagem, Maria Cecília Minayo, além de fazer a aproximação com Merleau-Ponty, mostrando a preocupação de Schutz com a busca da compreensão do mundo na cotidianidade, no seu *lebenswelt*, também se avizinha da Teoria das Representações Sociais. Tanto Schutz quanto Moscovici vêm no senso comum um estoque de conhecimentos fundamentais para o entendimento das questões sociais. Em Moscovici, porém, estes conhecimentos circulam através da comunicação e se objetivam através das chamadas “representações sociais”.

As Representações Sociais, por terem nascido pela “superação” das Representações Coletivas de Durkheim, carregam em si o peso de soarem como um conceito e não como um fenômeno, e ainda pior, como um conceito estático. Todavia, o diferencial de Moscovici, em relação a Schutz, ocorre porque o primeiro coloca a representação enquanto fenômeno ao mesmo tempo rígido (núcleo central) e ao mesmo tempo plástico (elementos periféricos) (ABRIC, 1998, p.27-38). Esses dois elementos imputam às representações sociais o caráter de reconstituição, de modificação, possibilitando seu conhecimento processual. Já Schutz trabalha com as diversas tipificações como elementos que propiciam a comunicação, mas toma as experiências intersubjetivas como únicas. O *outro* é sempre considerado, mas as experiências parecem ser focalizadas de modo fragmentado, dificultando o desenvolvimento do processo do entendimento da constituição social da realidade.

Relacionando as idéias de Alfred Schutz às de Serge Moscovici, percebemos uma limitação do primeiro em relação ao segundo, no que se refere à preocupação com questões que extrapolam o “em comum” entre os sujeitos e que nem sempre estão à mão, prontas na relação cotidiana. Assim, estratégias ideológicas, relações de conflito, não-consensos, entre outras características da vida social, constituem questões que aparecem na Teoria das Representações Sociais e que a atualizam face aos demais teóricos estudados aqui. Moscovici marca os limites da sociologia fenomenológica e se posiciona:

Quando li Schutz, não me tornei um fanático de tais noções como “aceito sem discussão”, ou tipicidade, etc. Elas pressupõem um ordenamento e uma preditibilidade das coisas humanas, uma solidez do mundo da vida, nas quais eu não acredito. Nossas relações intersubjetivas e decisões pessoais são bastante imprevisíveis e improvisadas (MOSCOVICI, 2003, p. 330).

Ao levantar tais ressalvas para Schutz, Moscovici se acerca das críticas feitas às representações coletivas de Durkheim. Mais uma vez a ênfase recai sobre a questão da

percepção com o mundo-vivido é mais aprofundada (conforme apresentado no capítulo 1 desta pesquisa), desconsiderando quaisquer críticas que o rotulassem como um teórico empirista. O conceito de “Percepção”, no último Merleau-Ponty, carrega em si toda a consideração do mundo-vivido e do *outro* como constituintes e como prismas na relação dos sentidos no *ser-aí-no-mundo-com-os-outros*.

Quanto à ligação do homem com e neste mundo, detecta-se um maior avanço nos demais teóricos, em comparação a Merleau-Ponty. Este traz o mundo como uma potência dinâmica de fenômenos à espera de uma “pergunta”, a partir do prisma das percepções. O mundo-vivido seria este mundo de fenômenos em constante mutação, a partir das percepções subjetivas e das percepções intersubjetivas. Estas últimas poderiam ser conceituadas como a “assimilação” da ação dos outros por um sujeito, que devolvem ao mundo uma resposta pós-perceptiva e que, com isso, passa a participar dos constituintes elementares do filtro sensor deste e dos demais envolvidos, tal qual mostra o esquema de Bailly (Figura 1, p. 24). Esta intersubjetividade é acentuada neste teórico como podemos averiguar nesta passagem:

Quando falo a outrem e o ouço, o que escuto vem se inserir nos intervalos do que digo, minha palavra é recortada lateralmente pela de outrem, me escuto nele e ele fala em mim (MERLEAU-PONTY, 1974, p. 149).

Merleau-Ponty aposta nas relações intersubjetivas reportando-se a um panorama que figura muitas vezes abstrato e “ideal”, deixando lacunas referentes aos questionamentos direcionados aos conflitos e as realidades que se ampliam neste contexto complexo atual.

Alfred Schutz abarca o mundo-vivido como um mundo de intencionalidade e de relevâncias, cuja base das ações alicerça-se no estoque de conhecimentos em comum dos sujeitos implicados. Sua preocupação se dirige a entender as relações *ali* no mundo-vivido, o aproximando da fenomenologia de Merleau-Ponty. Maria Cecília Minayo a ressalta:

Schutz tem como preocupação teórica o mundo do dia-a-dia. Isto é, ele busca compreender os pressupostos das estruturas significativas da cotidianidade. Para ele, a compreensão do mundo se dá a partir de um estoque de experiências pessoais e de outros, isto é, de companheiros predecessores, contemporâneos, consorciados e sucessores (MINAYO, 1995, p. 96).

deste processo de encontro entre a subjetividade e a intersubjetividade? Como o homem se relaciona com o *outro*, e qual a importância deste último nesta relação? De que modo o social é abordado? Quais limites e possibilidades das teorias entre si e inter-relacionadas?

A primeira questão, referente à concepção de homem, chama atenção para o modo pelo qual os teóricos trabalharam o ser humano enquanto um elemento social, agente na sociedade. Entre eles, Merleau-Ponty foi o mais preocupado em definir a relação direta do homem com o seu mundo-vivido, trazendo elementos de sua constituição para a análise. Ao trabalhar a percepção como o meio de encontro com o mundo e com o *outro*, ele conduz todo um estudo sobre como esse fenômeno “leva” o homem ao mundo e ao *outro*.

Merleau-Ponty reavaliou o conceito de “sensação” e inseriu nos constituintes fisiológicos, elementos históricos, intersubjetivos, afetivos e culturais. A “percepção” passa a ser um conjunto intencional, pois se dirige ao mundo em forma de perguntas, e só é captado a partir do processamento subjetivo do sujeito. Esse processamento, por sua vez, não figura de forma abstrata e isolada, ele significa um diálogo entre os sentidos e com toda a história perceptiva construída pelo sujeito em sua trajetória com o *outro*, que se apresenta a ele no seu fazer cotidiano.

Em Alfred Schutz, a caracterização da subjetividade já é explorada de forma a se relacionar com o processo de constituição social. Não é sua proposta ir a fundo nas questões das relações subjetivas, mas desde já, às questões intersubjetivas. Ao abordar a relação dos sujeitos com os *outros*, ele principia seu raciocínio levantando dois processos que favorecem este encontro: a tipificação e as relevâncias, ambos inerentes ao processo de constituição intersubjetiva.

Diante do avanço das teorias sociais, a proposta de Merleau-Ponty, cada vez mais, corre o risco de ser interpretada como uma proposta “fantasiosa” e “fora da realidade”, podendo ser classificada como uma visão estática do mundo. O próprio Serge Moscovici, ao inculcar a influência do autor em sua obra comenta que as primeiras idéias de representação que teve partiram da leitura e do convívio em seus cursos na Sorbonne. Moscovici nesta entrevista declara que tomou o conceito de “Percepção” de Merleau-Ponty no seu início de desenvolvimento teórico, quando o ainda estava gestando. Moscovici relaciona seu conceito inicial sobre as “representações” à concepção de troca e reprodução através da comunicação, entendendo a percepção como um conjunto sensorial reprodutivo da realidade (MOSCOVICI, 2003, p. 316-317).

Na mesma entrevista, MOSCOVICI (2003) não menciona as obras mais recentes de Merleau-Ponty, como a “Fenomenologia da Percepção”, cuja ênfase na relação da

4 – RELAÇÕES ENTRE A FENOMENOLOGIA E A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS PARA LEITURAS DO “LUGAR”

O presente estudo destacou diversos autores ligados à Fenomenologia, às Representações Sociais e à categoria “Lugar” na Geografia. Após este percurso que analisou a fenomenologia de Merleau-Ponty, de Schutz, a Teoria das Representações Sociais de Moscovici e pelas observações acerca do “lugar” na Geografia, nos debruçamos neste capítulo a elaborar reflexões acerca da relação entre estes, tendo a intersubjetividade como elo de ligação.

Primeiramente faz-se necessário um aprofundamento na justificativa de escolha dos autores-base neste presente estudo, apontando entre suas obras, as convergências e as divergências encontradas ao longo do caminho percorrido. Além disso, iremos ao encontro das incongruências entre tais obras, apontando os limites e as possibilidades de um estudo metodológico relacional.

Num segundo momento, as leituras sobre o “lugar-mundo-vivido” e “lugar-território” são inseridas e relacionadas às possibilidades oriundas da relação entre os teóricos verificados, de modo a ampliar tais conceitos e entendê-los num contexto empírico, contemplados através de exemplos cotidianos.

4.1 – Convergências e divergências entre a Fenomenologia e a Teoria das Representações Sociais

Este momento da pesquisa refere-se à tentativa de estabelecer uma relação entre a Fenomenologia e a Teoria das Representações Sociais, podendo ser denominado como o ponto de encontro de todas as reflexões tecidas até o momento. Primeiramente buscando as convergências e as divergências entre as idéias dos teóricos base para, num segundo momento, fazer aproximações em um contexto metodológico para as mesmas, nos estudos relacionados à categoria “Lugar”.

Para se construir a relação entre as teorias, algumas questões foram selecionadas de modo a possibilitar um diálogo analógico, identificando pontos em comum ou não, diante do que já foram expostos nos capítulos anteriores. Estes questionamentos podem ser divididos da seguinte forma: qual a concepção de homem se depreende dos teóricos consultados? Como o homem se relaciona com e neste mundo? Quais são os constituintes

fronteiras territoriais direcionadoras de intencionalidades nas relações entre as percepções e na formação das representações sociais. O conceito de “fronteiras” deve ser observado neste caso, não como limites visíveis ou concretos, mas como limites socialmente estabelecidos pela legitimação do poder ali estabelecido.

Marcelo Lopes de Souza (1995) promove uma discussão sobre “Território”, utilizando-se de Hannah Arendt para esclarecer a diferenciação entre poder, conflito e violência. Para ele, o poder tem sido entendido como semelhante ao conceito de violência, embora seja contrário. A violência e os conflitos afloram justamente quando há perda de poderes e quando o coletivo não garante mais a legitimidade e manutenção daquelas relações (SOUZA, 1995, p. 78-81). Nesta via, territórios podem ou não ser re-mapeados, assim como todo o cotidiano das relações sociais vão se consolidando refazendo sentidos sócio-espaciais que se remodelam no “lugar-território”.

Diante destas reflexões sobre o “lugar-território”, como uma categoria espacial híbrida, podemos nos aproximar mais da orientação que a realidade vem tomando com a “pós-modernidade”. Procuramos também privilegiar a velocidade da compressão do espaço pelo tempo e as fragmentações que se apresentam como temas de extrema atualidade e influência na dinâmica da intersubjetividade e da configuração sócio-espacial.

reordenamento dos “lugares-território”, que ora comportam as mudanças, ora são por elas afetados. Assim, pouca ênfase é ofertada às questões culturais e interativas entre os sujeitos e suas identidades constituídas na experiência intersubjetiva no cotidiano. Essas soam muitas vezes como impossibilidades diante de um contexto maior que se sobrepõe a quaisquer outros vínculos nascidos no/do lugar. O “lugar” tende a ser reportado como reflexo do global e classificado por sua capacidade maior ou menor em absorver ou não o aparato *técnico-informacional* ao qual fica (ou não) submetido.

Uma outra perspectiva acerca da concepção de “lugar-território” refere-se à tentativa em integrar aspectos da subjetividade e da objetividade para construir o seu entendimento. Entrikin³³, citado em FERREIRA (2000), afirma que não há nenhuma essência pronta a ser descoberta sobre o lugar e que:

(...) compreender o lugar será, portanto, compreender tanto a realidade subjetiva quanto a objetiva, será colocar-se em algum lugar no meio do caminho entre a visão descentrada do cientista, que vê o lugar como um conjunto de relações genéricas, e aquela centrada do sujeito que o vê em relação às preocupações do indivíduo (FERREIRA, 2000, p. 76).

Integrar perspectivas é uma possibilidade que tende a se aproximar mais de toda a complexidade, na qual estamos imersos e donde pululam questões. Para Entrikin, a necessidade de se calcar na experiência do lugar como encontro da realidade, se torna enriquecedora quando a avaliação e a busca da compreensão, de forma objetiva, se concretiza a partir do uso das narrativas e discursos públicos, sendo assim consideradas suas noções de intersubjetividade. Tentando explicitar tal perspectiva, para tratar um fenômeno espacial num determinado “lugar”, necessita-se reunir narrativas e discursos acerca do fenômeno em mira de modo a ampliar a compreensão multifacetada daquela realidade. Uma forma de abordar representações sociais daquele grupo seria por analogia, através de uma relação mais ampla entre os discursos e opiniões públicas.

A integração de horizontes objetivos para leitura do “lugar” ou “lugar-território” não pode se tornar um meio de generalização ou reprodução de uma esfera “global” para o “local”. Somente na experiência diária podemos inferir ou visualizar os momentos de extrema relação entre mundo concebido, percebido e vivido, ou seja, entre as “escalas” de extrema subjetividade às de extrema objetividade (FERREIRA, 2000, p. 78). Portanto, o lugar figuraria como o encontro sócio-espacial das vivências, sendo os limites e as

³³ ENTRIKIN, J. Nicholas. The betweenness of place: towards a Geography of modernity. London: Macmillan, 1991.

possível de manifestação social espacializada, possuindo em si as características de identidade, poder e, principalmente, do global no local. Tanto as dificuldades ampliadas pelo poder exacerbado da informação, quanto às facilidades, se manifestam no “lugar” e aportam consigo todo o movimento de des-re-territorialização mencionado e trabalhado por Haesbaert em sua obra.

A diversidade de contextos sociais é, porém, erigido por Milton Santos e Doreen Massey como verdadeiros “empecilhos” à homogeneização dos lugares enquanto manifestação única do global, como se este se espelhasse da mesma forma em todas as direções, simplificando o “lugar” como um espaço de menor escala. Santos assinala que:

Com a modernização contemporânea, todos os lugares se mundializam. Mas há lugares globais simples e lugares globais complexos. Nos primeiros apenas alguns vetores de modernidade atual se instalam. Nos lugares complexos, que geralmente coincidem com as metrópoles, há profusão de vetores: desde os que diretamente representam as lógicas hegemônicas, até os que a elas se opõem (SANTOS, 2002b, p. 322).

Toda esta diferenciação espacial deve também ser apreciada, para não correremos o risco de superestimarmos demais diversas áreas do globo, que na verdade não se encontram com tais vetores da modernidade em seu meio-técnico espacializado, e sim à margem do processo de evolução capitalista uma vez que ali se culminou o processo de ampliação de seu fechamento pela impossibilidade de melhor inserção. Doreen Massey cita o exemplo de algumas ilhas do Pacífico que, por conseqüência da compressão tempo-espaço, acabaram se isolando do continente. Essa mudança vem ocorrendo pelo aumento do fluxo de Boeing's na ponte aérea de potências asiáticas-oeste dos EUA, em detrimento da navegação tradicional. Esse transporte, quando era predominante, contemplando àquelas a medida em que faziam paradas em seus “lugares-território”. Tais paradas garantiam àquelas ilhas uma “movimentação” e uma “ligação” maior com os demais espaços continentais, que passaram a sofrer com o processo do isolacionismo (MASSEY, 2000, 179-180). O global está presente de alguma forma nestas ilhas, nem que seja pela negação de sua inserção no modelo de redes técnicas-informacionais, fazendo com que o cotidiano em si seja vislumbrado e contemplado por outra ótica.

Nesta dimensão, os “lugares” são também tomados pelo conceito de “território” ao serem definidos como espaços de resistência, que propiciam o desenvolvimento de outros processos que alteram a configuração das identidades e dos poderes ali constituídos (FERREIRA, 2000, p. 73). O que fica claro é a tendência político-econômica atribuída ao

As proposições destacadas por Deleuze e Guattari demonstram a fluidez na constituição dos territórios e como a intersubjetividade se configura de forma diversa, de acordo com o contexto no qual os sujeitos são envolvidos. Além das camadas de identidades que se contatam, há uma relação do *socius* com os sujeitos que os levam a direcionarem suas ações e pensamentos constituindo diversos “territórios-lugares”, que se materializam face a intersubjetividade presente, trazendo em si, elementos de uma des-re-territorialização.

Em outro contexto, o “lugar-território” se vincula às questões referentes às mudanças na relação tempo-espaço, conhecidas enquanto fenômenos da compressão do espaço pelo tempo. Tais questões encontram-se submersas num debate amplo sobre as sujeições do lugar ao global e/ou do global ao local. O contexto de leitura de mundo aqui parte dos processos de constituição do espaço enquanto meio técnico-científico-informacional, conforme Milton Santos (SANTOS, 2002b, p. 233). Configura-se um processo histórico que se materializa no espaço e nas relações intersubjetivas, por Santos apresentado da seguinte forma:

Neste período, os objetos técnicos tendem a ser ao mesmo tempo técnicos e informacionais, já que, graças à extrema intencionalidade de sua produção e de sua localização, eles já surgem como informação; e, na verdade, a energia principal de seu funcionamento é também a informação. Já hoje, quando nos referimos às manifestações geográficas decorrentes dos novos progressos, não é mais de meio técnico que se trata. Estamos diante da produção de algo novo, a que estamos chamando de *meio técnico-científico-informacional* (SANTOS, 2002b, p. 238).

O autor foca a dinâmica da circulação das informações como uma estruturante fundamental na re-definição dos “lugares” e dos “territórios”. Ele também deixa clara a ligação do meio “técnico”, ou seja, o próprio espaço material construído com as intencionalidades “informacionais”, cujo interesse está diretamente relacionado ao controle, bem como a aceleração de seu acesso. A superioridade da informação, enquanto constituinte das práticas sociais atuais, salienta a compressão do espaço pelo tempo e de uma necessidade de se repensar o lugar tal como já foi definido, enquanto lugar próprio da cotidianidade específica e como espaço singular.

Em nenhum momento encontramos em Santos a tentativa de decretar o fim do lugar, nem em Doreen Massey (2000), que também trabalha com esta questão; nota-se a sua revalorização enquanto categoria de leitura do espaço e suas relações com o global. O “lugar” se amplia enquanto categoria de leitura espacial. Ele é concebido como categoria

Rogério Haesbaert (2004), ao discutir e debater a propósito da variedade de definições atribuídas ao conceito de “território” e dos mitos que o rondam na atualidade, devido às mudanças globais nas relações tempo-espaço, apresenta uma cronologia das concepções mais tradicionais até as tendências “pós-modernas”. Neste percurso, percebe-se que a essência do “território” está na questão das relações de poder, porém, esta simplificação não é tão fácil. Os poderes além de pertencerem a diversas tipologias, se movimentam na intersubjetividade de distintas formas, tornando essa categoria espacial um feixe de luz diante de um prisma.

Entre as concepções, de fundamentação materialista ou idealista, cujas extremidades entre a total vinculação objetiva ou subjetiva do poder se fazem presentes, evidenciamos a concepção que, inicialmente mais se aproxima do “lugar-território”, dos filósofos franceses Gilles Deleuze e Félix Guattari (HAESBART, 2004, p. 99). Para estes teóricos, os “territórios” se configuram a partir da fluidez na relação entre o que denominam *agenciamentos maquínicos de corpos* e de *agenciamentos coletivos de enunciação*³² (HAESBAERT, 2004, p. 124-125).

Para acessarmos o que está concebido enquanto intersubjetividade no pensamento de Deleuze e Guattari, tais agenciamentos merecem ser esclarecidos. Por *agenciamento maquínico de corpos* entende-se a constituição subjetiva da sociedade, pelo conjunto de “corpos” no espaço social através da presença dos sujeitos em relação. Já os *agenciamentos coletivos de enunciação* referem-se ao regime de signos compartilhados e aos elementos aos quais os agenciamentos maquínicos estão submetidos. Isso não quer dizer que o segundo mantenha o controle sobre o primeiro ou que o determine, mas como afirma HAESBAERT, trata-se de “*uma relação entre os dois agenciamentos, os dois percorrem um ao outro, intervém um no outro, trata-se de um movimento recíproco e não hierárquico*” (HAESBAERT, 2004, p. 125). Territorialmente, podemos considerar tais *agenciamentos maquínico de corpos* como a estrutura concreta do espaço, enquanto elementos que a compõem, propiciando o fazer representativo, ou seja, funcionando como seus “fixos”. Já os *agenciamentos coletivos de enunciação* estariam vinculados à estrutura social, cuja função está ligada ao processo de significação daqueles agenciamentos maquínicos pelo o que nomeamos “contextos” político, econômico, ou relacionados aos micro-poderes que atuam neste fazer intersubjetivo.

³² DELEUZE, G e GUATTARI, F. Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. Vol 1 e 2. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

representações de vários grupos, configurados nesta perspectiva, de alguma forma são manipuladas por algum tipo de relação de poder, facilitador à criação de um universo territorializado para aquelas “identidades semelhantes”.

Todo este hibridismo, impregnado na sociedade e nas suas dimensões culturais e intersubjetivas, que “força” a realidade a se tornar um “todo semelhante”, superestimou o alcance da unificação de uma consciência e identificação únicas, que não foram alcançadas. As relações interpessoais possuem um limite de imposição que esbarra nas arestas da percepção e das relações simbólicas. Stuart Hall (2000), em sua reflexão sobre o papel da identidade na pós-modernidade, apresenta este panorama apontando, ao mesmo tempo, o não alcance global da proposta homogeneizadora bem como a necessidade estrutural intersubjetiva na constituição de identidades, mesmo que às custas de estratégias fugazes. Para ele:

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicaram, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (HALL, 2000, p. 13).

Os sujeitos e sua coletividade se encontram diante de um universo *híbrido* que desliza na aceleração do tempo. As identidades, neste movimento, se posicionam ora em articulação constante, pluralizando as possibilidades de sua manifestação, ora se fechando a partir do reforço às tradições rígidas e “puras” (HALL, 2000, p. 87, 92). As duas estratégias, constituintes desta estrutura global, embora aparentemente antagônicas trazem em seu cerne justamente a tentativa em articular aquilo que caracteriza o fazer social e garante a manifestação do sujeito enquanto *ser-aí-no-mundo-com-os-outros*, ou seja, a constituição das “identidades”.

A partir destas concepções de identidade, no contexto atual, percebemos que o “lugar-território” “*reforça sua dimensão enquanto representação, valor simbólico*” (HAESBAERT, 2004, p. 71). Tal aspecto comprova que o mito da desterritorialização, além de precipitado é incompleto na tentativa de explicar novas dinâmicas de reconfiguração espacial. Ao invés de pensarmos no fim das “identidades” ou na sua homogeneização, devemos nos orientar para realizar leituras nas quais a multidimensão e a sobreposição de camadas significativas constituam-se no contexto almejado, trazendo à tona seus conflitos, ideologias e metamorfoses.

movimentos muitas vezes de “fechamento”. As respostas de vários grupos podem se apresentar de forma militante expondo as dificuldades e o medo diante das pressões sofridas pela complexidade pós-moderna, que tenta reconfigurar os sentidos de “identidade” e das representações simbólicas do grupo, como afirma Paul Claval:

Os discursos identitários contemporâneos proclamam assim a necessidade, para o grupo, de dispor de um controle absoluto do território que ele torna seu. Não lhe é suficiente dispor de um lar simbólico, de um pólo de adesão. É necessário isolar os outros (CLAVAL, 1999, p. 22).

Para ilustrar esta passagem podemos tomar como exemplo o muro construído entre as duas Alemanhas, bem como o muro de Israel, que figuram como tentativas de grupos em manterem uma “identidade”, como algo livre da contaminação ou perpetuá-las. Tal perspectiva demonstra o incômodo diante da tendência de reordenamento e sobreposição de poderes que multidimensionam o conceito de “identidade”, criando e recriando uma infinidade de híbridos e “compostos identitários”, possibilitando emancipações e radicalizações. Outros exemplos mais próximos são as cidades brasileiras que funcionam como “condomínios fechados”, evitando a presença de grupos de menor poder aquisitivo, mantendo um ritmo de vida voltado à clausura do conforto.

As vertigens da pós-modernidade com sua velocidade e instabilidade, colocam os sujeitos constituídos enquanto “territorialidades”, como dependentes e necessitados deste fechamento. Neste movimento podem acabar se diluindo num propósito ou causa que não os contém enquanto experiência vivida. Paul Claval chama a atenção para esta tendência atual:

Quanto mais o universo do qual as pessoas vivem é limitado, mais a identidade é vivida sob a forma da necessidade: o indivíduo não vê como poderia se subtrair àquilo que o grupo do qual ele faz parte, e aqueles que se lhe opõem de forma permanente, lhe impõe como disciplinas, valores, modos de ser e imagens. A identidade está tão impregnada que ele não tem nenhuma necessidade de defini-la. Contenta-se em se opor aos outros, em dizer nós para todos aqueles que sente próximos, e em classificar o resto do mundo em algumas grandes categorias genéricas (CLAVAL, 1999, 18).

A colocação de Paul Claval parece enterrar a construção intersubjetiva da realidade, a partir de uma alienação de grupo que se encontra diante da velocidade das mudanças. Na verdade ele pondera sobre o papel que a ideologia enquanto discurso, prática e poder, como ação multifacetada, se mostra presente na identificação de um grupo com o outro. As

Num contexto relacional e situacional podemos definir a “identidade” como uma orientação para as escolhas dos sujeitos diante de seu grupo e do conhecimento ao qual têm acesso. As representações neste contexto ganham importância, entendidas como suporte da construção e re-construção das identidades. Ao mesmo tempo adquirem mobilidade a “identidade” e multiplicidade, não figurando enquanto concepções “pura” e “etérea”. Nas trocas sociais elas se redefinem, formando camadas sobre camadas se preenchendo com outros tons aos quais se identificam, transformando-se em uma nova forma de ser. Segundo Denys Cuche, nesta concepção, a identidade:

(...) se constrói e se reconstrói constantemente no interior das trocas sociais. Esta concepção dinâmica se opõe àquela que vê a identidade como um atributo original e permanente que não poderia evoluir. Trata-se então de uma mudança radical de problemática que coloca o estudo da relação no centro da análise e não mais a pesquisa de uma suposta essência que definiria a identidade (CUCHE, 2002, p. 183).

Em seu estudo “A noção de cultura nas ciências sociais”, Denys Cuche enriquece a leitura acerca da identidade, uma vez que a encontramos sempre presa a um contexto pré-definido, como se sua imutabilidade garantisse a superioridade e o poder dentro de um grupo. No contexto atual, em que a existência dos “territórios” e dos “lugares” continua posta em questionamento, para entendermos a reconfiguração destes espaços e afirmarmos sua permanência analisaremos a “identidade” enquanto componente fundamental na dinâmica das representações sociais e de seu fazer espacial.

Além de considerarmos a “identidade” como constituinte de um grupo e que se modifica pelo contato com outras culturas e outros “lugares”, dentro da grande rede espacial que se dinamiza é preciso levar em conta que o “olhar” dos outros grupos e das outras “identidades”, também reconfiguradas ao longo do tempo, imprimirão na diversidade espacial novas relações entre si. A identidade enquanto componente de um grupo, mesmo em constante reconfiguração subjetiva e intersubjetiva, encerra toda a carga “conceitual” e “pré-conceitual” dos sujeitos que se deparam com outras identidades. Mas é somente no choque entre identidades que os conflitos se afloram e os lugares ganham novos contextos dentro da complexidade global.

Entendemos a “identidade” como esta característica híbrida, cujas relações de poder se manifestam no fazer intersubjetivo e se coloca enquanto peça fundamental da diversidade social. Podemos relacionar o “lugar-território” enquanto espaço da manifestação das identidades e das relações com outros “lugares-território”, sendo estes

uma unidade para cada uma das experiências subjetivas. Ao mesmo tempo, essa dinâmica permite a definição de “lugar” com características intersubjetivas, uma vez que cria vínculos através das interações e das formações de identidades, que fazem parte de seus constituintes.

Para entender esta ligação entre “lugar” e “identidade” é preciso situar a segunda diante das suas várias características, tomando-a como ponto de partida. Esta, enquanto conceito objetivo, depreende-se em duas principais correntes: uma que concebe o termo ligado às questões genéticas e outro de cunho culturalista (CHUCHE, 2002, p. 177-181). A “identidade”, enquanto concepção genética, confere às “raízes” o caráter que define as relações entre os semelhantes. Aqui então, ela seria entendida como algo estável e definitivo uma vez que se encontra impregnada num contexto biológico. Os sujeitos identificados comungariam entre si dos processos sociais desde que semelhantes geneticamente.

A segunda corrente de cunho culturalista, embora pareça uma abordagem que leve em conta a subjetividade, o contexto de assimilação e disseminação da cultura é remetida à interiorização obrigatória de costumes e conhecimentos de forma a se inserir no grupo enquanto fazer intersubjetivo. A intersubjetividade da relação passa apenas pela direção unilateral, tornando a “identificação” com o grupo, uma espécie de fim em si mesmo (CUCHE, 2002, p. 178-181).

As duas correntes objetivas fogem completamente às concepções de “território” enquanto “lugar” concebidas na abordagem de Doreen Massey. Para ela, o espaço nunca pode ser entendido como um fim em si mesmo ou algo já dado, pois ele:

(...) é o produto de relações-entre, relações que são práticas materiais necessariamente embutidas que precisam ser efetivadas, ele está sempre num processo de devir, está sempre sendo feito – nunca está finalizado, nunca se encontra fechado (MASSEY, 2004, p.8).

As correntes objetivas desconsideram as interações e a multiplicidade como formadores de “identidades” bem como da configuração sócio-espacial. Sendo assim, é preciso aprofundar em como as correntes relacionais e situacionais abordam a “identidade”, de modo a chegarmos ao conceito multidimensional que contempla, de forma mais “complexa/completa”, sua riqueza para a compreensão do “território” e do “lugar” enquanto categorias unidas pela “identidade”.

“cercados”, como podemos verificar em Raffestin³¹, citado em HAESBART (2004, p. 84-85).

Outros discursos, como o de Manuel Castells (1999), declaram que na pós-modernidade ocorreria o processo de “desconstrução” dos territórios devido à aceleração dos processos globalizantes e do enfraquecimento do “Estado-nação” enquanto gestor. Poderia-se também verificar a materialização das idéias de reordenamento dos “territórios” para uma nova configuração, denominada “territórios-rede”. Nesta concepção, o conceito de “território-área” passa a ser substituído pela idéia de pontos interconectados. Por último, e cuja complexidade se aproxima do conceito de “lugar-território” aqui desenvolvido, há um conjunto de referências ao “território” o inserindo num contexto múltiplo, com novos processos e agentes como constituintes de sua construção, desconstrução e nova construção, chamado de des-re-territorialização, que assume o papel da multiterritorialidade como fundamento da nova dinâmica dos lugares (HAESBAERT, 2004, 74-77; SANTOS, 2002b; MASSEY, 2000; FERREIRA, 2000; CLAVAL, 1999; CARLOS, 1996; SOUZA, 1995).

Partindo de algumas definições de “lugar” pode-se perceber sua ligação intrínseca com o “território”, uma vez que nelas estão presentes referências às afirmações das “identidades” enquanto essência de sua formação. Assim, para Ana Fani Alessandri Carlos o lugar “*é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade habitante-identidade-lugar*” (CARLOS, 1996, p. 20). Já para Doreen Massey, a importância das identidades se traduz não como um fator locacional, mas como uma ponte de relações entre os “lugares”:

Lugares não possuem uma única identidade, eles estão cheios de conflitos internos. A especificidade de um lugar deriva do fato de que cada lugar é o foco de uma mistura distinta de relações sociais externas e locais. Essa mistura num lugar produz efeitos que não ocorreriam de outra forma. Todas essas relações se interagem com a ajuda da história acumulada do lugar, produto de camadas sobre camadas de diferentes conjuntos de elos e vínculos locais e com o mundo exterior (MASSEY, 2000, p. 183-184).

Massey, ao enfatizar o caráter histórico na configuração dos lugares, traz consigo uma dinâmica mais aparente em relação ao lugar do que em Tuan. Ao delinear o lugar enquanto “produto de camadas sobre camadas” acaba por nos dar a impressão de estarmos diante de um conjunto de “filmes” que se desenrolam sincronicamente, mas que possuem

³¹RAFFESTIN, C. Por uma Geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

Outra crítica levantada e que será trabalhada no próximo tópico refere-se a pouca elaboração atribuída à questão “local-global”. Esta fragilidade se revela cada vez mais como desafio ao entendimento da nova configuração das relações sociais.

3.2.2 – A intersubjetividade do “lugar-território”

Antes de iniciarmos uma reflexão acerca da intersubjetividade, presente na produção do espaço enquanto “lugar-território”, faz-se necessário apresentarmos as justificativas da criação de uma categoria espacial única, reunindo em si outras duas tão importantes e complexas: o “lugar” e o “território”. A análise aqui não se debruça sobre as categorias em seus múltiplos aspectos e acepções, principalmente no que se refere ao “território”, cujo histórico na epistemologia geográfica não se constitui em objetivo a ser aqui inserido. Este estudo visa encontrar o movimento que visualiza o “lugar” enquanto espaço de identidades com relações de poder, de desconstrução e re-construção contínuas que vão se materializando a partir de um olhar multifacetado.

O uso do termo composto “lugar-território” não é uma categoria encontrada na literatura geográfica. Ele figura aqui como uma proposta frente a alguns discursos que delimitam o espaço por este viés e não assumem esta proximidade como parecem desejar. A categoria “território” sempre esteve ligada às questões políticas e seu conceito atrelado, muitas vezes, equivocadamente somente a essas relações de poder. Algumas iniciativas recentes buscaram outras formas de delimitação espacial, que não pela política, mas continuam utilizando o “território” sem alavancarem as diferentes nuances que a complexidade e pós-modernidade vêm imprimindo às relações sócio-espaciais.

O neologismo “lugar-território” não carrega em si o objetivo de simplificar as categorias espaciais abrangidas, nem muito menos procura uma redefinição de “território”, o que demandaria outro trabalho à parte de uma profundidade e direções diferenciadas. O que se pretende é mostrar uma possível “sujeição” do “território” à categoria “lugar”, de modo a entendermos suas diferentes leituras, que partem de dinâmicas territoriais em múltiplas estâncias: econômicas, políticas e culturais.

O “território”, enquanto categoria de análise espacial, figurou e ainda figura em muitos discursos, como um espaço delimitado por fronteiras rígidas, onde o poder político e/ou econômico limitariam o acesso e reforçariam o controle sobre os sujeitos ali

outro” e não esqueçamos que a intersubjetividade ali estará sempre (BUTTNER, 1995, p. 181-182).

Como se percebe, as idéias de Yi-Fu Tuan, Edward Relph e Anne Buttimer, apesar de apresentarem diferenças entre si, carregam o foco central das leituras de mundo na perspectiva do espaço enquanto “espaço-vivido”. Este *“torna-se uma categoria que acentua a constituição dos lugares, dedicando uma atenção especial às redes de valores e de significações materiais e afetivas”* (GOMES, 1996, p. 317).

Nesta proposta de humanização da Geografia, Paulo César da Costa Gomes faz um apanhado das características relacionadas às leituras do espaço a partir do chamado “mundo-vivido”. Ele ressalta pontos importantes referentes ao conceito de “espaço-vivido” e “lugar”, apresentando proposições de trabalhos àqueles que pretendam se debruçar sobre as questões espaciais com este olhar, cuja matriz fenomenológica-existencialista se reafirma como grande subsidiária.

Em primeiro lugar é preciso ir em direção à complexidade dos códigos de signos e das representações que simbolizam o espaço, evitando modelos gerais e generalizações para que, em seguida, possa se entender as expressões diversas que emanam daquelas relações ali presentes. A própria linguagem como expressão máxima da intersubjetividade é um elemento a se decifrar através das representações, tomadas pelo já dito *alter-ego*. A inexatidão e a incerteza são realidades cada vez mais presentes e que não podem ser encaradas como um fim frustrado de uma leitura de mundo (GOMES, 1996, p. 325). O “lugar-mundo-vivido” traz toda a bagagem experimental de relação subjetiva com uma infinidade de representações, signos e sujeitos, que só poderá ser focalizada se o olhar diante da realidade se der numa proposta de leitura compreensiva da realidade e nunca analítica. É preciso um espírito livre de preconceitos e que este não seja entendido como “neutralidade cartesiana”, sempre em busca de respostas a perguntas prontas.

Apesar da grande contribuição da leitura do “lugar” enquanto “mundo-vivido”, várias críticas lhe foram dirigidas a partir da década de 1980, principalmente por geógrafos de influência materialista, como David Harvey, Milton Santos, Doreen Massey, bem como por outras vertentes como Entrikin e Graham (FERREIRA, 2000, p. 70-83). Suas críticas se posicionaram diante da negligência desta abordagem às questões ligadas aos conflitos de interesses, materializadas na formação dos “territórios”, entendidos como constituintes do “lugar” enquanto escala de composição de micro poderes.

Cada pessoa está rodeada por “camadas” concêntricas de espaço vivido, da sala para o lar, para a vizinhança, cidade, região e para a nação. Além disso, pode haver “lugares privilegiados”, qualitativamente diferentes de todos os outros, tais como o “lugar do nascimento do homem, ou as cenas do seu primeiro amor, ou certos lugares da primeira cidade estrangeira que visitou quando jovem” (BUTTNER, 1995, p. 178).

A importância em se considerar os processos espaciais a partir da ligação dos sujeitos e das relações sociais que se operam é reforçada por Buttner, que enfatiza cada constituinte desta prática. Não que se deva permanecer no “ao redor”, mas sim, considerá-lo como um elemento dinâmico na formação de um contexto ou conjuntura e não simplesmente como um reflexo de algo reproduzido no espaço.

As idéias de Buttner soam como uma alusão à subjetividade pura, como àquela que domina as relações, classifica e nomeia os lugares. A impressão é a de que os lugares se constituem a partir das relações de cada *ego* e que a intersubjetividade parece se sucumbir neste processo. Contudo, em uma de suas críticas ao uso da fenomenologia como tentativa de valorizar essa superioridade da subjetividade, a autora aponta a necessidade em se observar o *alter-ego* como “alvo” das pesquisas e da construção de uma cultura na qual a sociedade deveria estar imersa. A tentativa dos indivíduos ao se fecharem em círculos concêntricos significativos representa para ela um caminho à alienação e à ocultação da ampliação da vivência e do conhecimento do “mundo-vivido” em toda sua complexidade e riqueza. A passagem de uma experiência de mundo “objetiva” para “subjetiva” não trará em sua soma o alcance da “intersubjetividade”. O deslocamento de leitura do mundo só substituirá a generalização pela individualização, ficando o diálogo e o compartilhar das experiências como pontos de equilíbrio a serem alcançadas (BUTTNER, 1995, p. 172; p. 175).

A grande contribuição da autora na valorização e no entendimento da intersubjetividade refere-se aos elementos priorizados, no nosso cotidiano, como constituintes deste processo. Para ela, nascemos num universo intersubjetivo que nos engajam ao mundo, de modo a tecermos nossas relações sempre de forma pragmática, seja pela linguagem, seja pelos estilos de comportamento ou por quaisquer outras manifestações sociais. A intersubjetividade é algo inquestionável na leitura da realidade feita por Buttner, pois suas idéias se orientam para os que trabalham com o “lugar-mundo-vivido”, enquanto um “apelo”, para que não ignorem tal condição como base e topo das relações sociais. Para ela, se tentarmos ler o mundo, que utilizemos a imaginação, a transcendência ou quaisquer instrumentos, mas que possamos nos “colocar no lugar do

estratégias de deformação dos sentidos e não sua liquidação. A capacidade de sentir, de perceber, de dar significado e de relacionar, mesmo que em aversão, não pode ser arrancada, uma vez estando na existência.

Partindo da crítica à negação do “lugar” por quaisquer relações que se estabelecem na contemporaneidade, e defendendo a idéia da relação entre os sujeitos e os significados espaciais, Anne Buttimer, ao mesmo tempo em que parte das idéias de Relph tece suas críticas sobre quaisquer tentativas em negar a existência ou importância do “lugar”. Luis Felipe Ferreira em seu trabalho sobre o lugar no mundo contemporâneo destaca a posição de Anne Buttimer em relação às mudanças sócio-espaciais:

(...) lugares que parecem grandes manchas de concreto deslugarizadas podem possuir significados para grupos sociais específicos. Lanchonetes situadas em ruas afastadas ou em beiras de estradas podem ser lugares plenos de significados para grupos de adolescentes ou motoristas de caminhão (FERREIRA, 2000, p. 69).

Anne Buttimer segue a linha de Edward Relph adotando a fenomenologia como abordagem de leitura espacial e a conduz a partir do conceito de “mundo-vivido”. A multiplicidade de relações estabelecidas nas infundáveis subjetividades e, no que é mais importante para a produção do espaço, na intersubjetividade, garantem a necessidade de se atentar para o “lugar” como centro concêntrico significativo. Neste, os atores envolvidos manifestam suas práticas, criam e re-criam suas representações, advindo daí toda uma construção do imaginário social intersubjetivo. Inexistem definições espaciais com características vinculadas a uma conjuntura macro estrutural (macro-economia, macro-política, macro-poder), para designar o que é ou não “lugar”. Na concepção de lugar como mundo-vivido trabalhada por Buttimer, definem-se as relações de constituição dos lugares muito mais ligadas à orientação dos seus significados face aos sujeitos e por esta ponte, dos lugares com as regiões significativas as quais estão vinculadas (HOLZER, 1999, p. 70). A construção simbólica da união dos lugares une-se à corrente de significados que se arrastam nas relações entre eles, cuja ligação se sustenta pela intersubjetividade dos grupos que assim as consideram. De modo a embasar toda essa construção de ligação entre as subjetividades via intersubjetividade com os lugares, Buttimer define o espaço do cotidiano como aquele que possibilita a relação direta e harmônica entre corpo e mundo (GOMES, 1996, p. 329). A relação do corpo com o mundo envolve toda a camada afetiva e significativa que é constituinte da relação *em-si*:

apresentados pelos autores como espaços de negação do lugar, e apresentados por CORGOSINHO (2004), se assemelham: são os centros comerciais, as vias de transporte, os *shoppings centers*, os aeroportos, os quartos de hotel, etc (CORGOSINHO, 2004, p.64,69). Estes espaços são definidos como aqueles onde não há um caráter identitário, relacional e histórico, devido à impossibilidade da compreensão de seus signos. Os itinerários e a fabricação destes “lugares” acabariam por torná-los “não-lugares”, “lugares vazios” ou “lugares nenhum”. Segundo Marc Augé, já que existem os espaços que se definem pelas características identitárias, relacionais e históricas, os “não-lugares” seriam estes demais espaços onde estas não estariam presentes (CORGOSINHO, 2004, p. 68).

A justificativa apresentada pelos autores em negar o “lugar”, pautadas nas características da Globalização, inclusive já apresentada por Milton Santos (2002c) neste trabalho, não pode ser desconsiderada. Estamos vivendo a explosão do capitalismo em escala global, que tem redefinido as relações em todas as escalas temporais e espaciais, cujo objetivo é tentar o acesso dominante sobre todas elas. As colocações, porém, feitas para a negação dos “lugares” precisam ser questionadas, uma vez que desconsideram processos da construção sócio-espacial relacionados ao fazer intersubjetivo.

O primeiro questionamento refere-se à concepção de percepção que ressoa nos conceitos de “não-lugar”, “lugar-nenhum” ou “lugar-vazio”. Aparecem nestas abordagens uma tentativa em “rotular” determinados espaços sociais, enquanto fabricados pelo sistema capitalista globalizado, que devem ser considerados como *negações* do lugar. Ao afirmarem que nestes determinados espaços não se configuram funções identitária, relacional ou histórica, tais conceitos determinam que a relação perceptiva do *ser-aí-no-mundo* se dá de forma passiva diante de um mundo pronto e acabado. Mesmo havendo a chamada “homogeneização espacial”, será que os sujeitos que ali se “encontram” não percebem aqueles espaços, no sentido amplo de percepção tal como descrito por Merleau-Ponty, inexistindo sentimentos e relações? Defini-los enquanto antíteses “lugar” x “não-lugar” não se configuraria num modelo demasiadamente subjetivista do ponto de vista de quem os define?

Outro questionamento pode ser direcionado à afirmação de que os “não-lugares” seriam aqueles onde a compreensão dos seus signos foi impedida pelas rupturas, fabricação e “excessos” da supermodernidade ou pós-modernidade. Mesmo com a “padronização” imposta pela globalização, há características da existência, no *ser-no-mundo* que independem de uma superestrutura, pois, embora influenciadas não possuem o “poder” de dissolver as sensações. As vertigens da pós-modernidade funcionam como

entre sujeito-espaço. O termo “Topofobia” em oposição ao de “Topofilia”, seria justamente, em Tuan, a descrição deste momento de conflito e de experiência negativa em relação a um “lugar”. Em nenhum momento observam-se menções de desconstrução do lugar pelo aparecimento da relação negativa com ele, uma vez que os sentimentos negativos só se dão também quando há ligação entre sujeito com o “seu” espaço (TUAN, 1980).

Apesar da “des-lugarização” não estar associada às ligações negativas ou positivas com o espaço-vivido, diante da intensificação das modificações espaciais na contemporaneidade, Relph o tem em conta como algo inerente à homogeneização do espaço pelas relações impostas pela globalização²⁷ econômica e política que se materializam. O termo *placelessness* é utilizado por Relph a respeito da perda do poder do lugar na configuração do espaço, cada vez menos singular; seria justamente a tradução do “lugar” ao “não-lugar” (FERREIRA, 2000, p. 69). Faz-se necessário, porém, considerar o “sentido social” que reveste tais classificações, isto é, “*o conjunto das relações simbolizadas, instituídas e vividas entre uns e outros no seio de uma coletividade que esse conjunto permite identificar como tal*” (AUGÉ, 1999, p. 9).

A tentativa da negação do “lugar”, seja a partir da aceleração do tempo ou pelas características próprias da Globalização, aparece em alguns teóricos, mesmo que com nomenclaturas diferenciadas. Rosana Rios Corgosinho (2004) faz um apanhado destes teóricos e apresenta os conceitos e justificativas para o uso destas categorias, possibilitando uma convergência à causa principal desta “negação”, ou seja, a provável “homogeneização” espacial. As categorias reunidas pela autora foram: o “lugar vazio” em Anthony Giddens²⁸, os “não-lugares” em Marc Augé²⁹ e o “lugar nenhum” em Georges Benko³⁰.

Relacionando as três tentativas em se negar o “lugar” na pós-modernidade, percebe-se que elas trazem a questão da velocidade das mudanças atuais e a tentativa da homogeneização espacial pelo capitalismo globalizado como as principais causadoras desta redefinição na relação do homem com seu espaço relacional. Os exemplos

²⁷ Os efeitos da globalização sobre a identidade são marcantes, como: ela tanto pode levar a uma resistência, fortalecendo e reafirmando identidades locais e nacionais, ou levar ao surgimento de novas identidades. (WOODWARD, 2004, p. 21).

²⁸ GIDDENS, Anthony. As conseqüências da modernidade. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.

²⁹ AUGÉ, Marc. Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994.

³⁰ BENKO, Georges. Geografia de lugar nenhum ou hiperglobalização: breve exame do mundo pós-moderno. In: SANTOS, Milton et al (Org). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 247-250.

de seus atores. Esta dinâmica do mundo-vivido que constitui recortes espaciais subjetivos e intersubjetivos aparece em Relph como leitura que demanda atribuição e validade científicas.

Toda a base de nosso ser-no-mundo vinculada essencialmente ao “lugar” aparece nas palavras de Relph com toda a complexidade que o mundo enquanto “mundo-vivido” nos coloca. A própria adoção e defesa da leitura fenomenológica da realidade, empreendida pelo teórico, aponta a carga subjetiva a ser considerada num olhar ao mundo por este viés, no qual o respeito às diferenças e às variações de sentimentos e sensações se tornam o fundamento para a ampliação do conhecimento da realidade. Segundo Relph, citado em GOMES 1996²⁶, é imprescindível para entendermos o “mundo-vivido”, enquanto categoria para a leitura espacial, observarmos que:

O homem e o mundo constituem uma unidade através de suas mútuas implicações, então é a intencionalidade que fornece sentido ao mundo e somente através do exame destas intenções poderemos tentar compreender esta unidade (GOMES, 1996, p. 327).

Estas propostas de bases fenomenológicas se desenvolvem num contexto de contestação de um racionalismo exacerbado nas ciências. Em um primeiro momento aspira-se para o resgate das relações que envolvem o homem no seu cotidiano, destacando-se suas características enquanto *ser-no-mundo*, envolto por sentimentos, sensações, ora negligenciadas pelos métodos reificados na ciência Geográfica. O enfoque dispensado à intencionalidade, como ponto-chave neste caminho, refere-se à característica do ser humano como ser ativo, cuja ação segue em direção a um relacionamento repleto de interesses e ansioso por um retorno intersubjetivo de sua ação. Os conflitos que daí podem advir se tornam os grandes desafios à sociedade que se estrutura em bases contraditórias e altamente complexas, reclamando para sua identificação e entendimento uma abertura epistemológica em outras direções.

Ao mencionar sentimentos e sensações, encontramos entre Tuan e Relph uma adoção semelhante sobre esta questão. Os lugares, numa primeira leitura, parecem ser concebidos como espaços de convivência harmoniosa, onde um certo controle e “estabilidade” trariam em si, a garantia de relações afetivas positivas. Porém, ambos autores enunciam que os sentimentos de repulsa aos lugares não podem ser concebidos como processos de “des-lugarização”, como se o “lugar” perdesse sua função de ligação

²⁶ RELPH, Edward. “An inquiry into the relations between Phenomenology and Geography”, *The Canadian Geographer*, 1970, vol. XIV, nº 3, p. 197.

Os lugares humanos variam grandemente em tamanho. Uma poltrona perto da lareira é um lugar, mas também o é um estado-nação. Pequenos lugares podem ser conhecidos através da experiência direta, incluindo o sentido íntimo de cheirar e tocar. Uma grande região, tal como a do estado-nação, está além da experiência direta da maioria das pessoas, mas pode ser transformada em lugar – uma localização de lealdade apaixonada – através do meio simbólico da arte, da educação e da política (TUAN, 1995, p. 149).

O mundo-vivido enquanto experiência do mundo nem sempre aparece em Tuan, na experiência direta com o fenômeno materializado, enquanto “inédito”, enquanto facticidade. As representações figuram também como possibilidades de envolverem os sujeitos num contexto que é sempre espacializado, não sendo por isso ausente de experiência vivida. A facticidade *em-si* está presente nas representações que se manifestam com a subjetividade e a intersubjetividade espacial nas suas diversas escalas de apropriação pelos sentidos, em seu sentido amplo tal como apresentado por Merleau-Ponty e destacado no capítulo 1, do presente estudo.

Contemporâneo de Yi-Fu Tuan, Edward Relph trabalha o conceito de “lugar” partindo de enfoques semelhantes ao primeiro, e avança na sua relação com a questão fenomenológica do “mundo-vivido”, enriquecendo e ampliando o conceito, nesta perspectiva de leitura. Seu ponto de partida, calcado no geógrafo Eric Dardel, se dirige à concepção de “lugar” enquanto base e condição da própria existência (RELPH, 1979, p. 16). Com tal prerrogativa, o “lugar” é tido como um espaço concebido como necessário ao acontecimento das relações sociais. E mesmo que buscássemos novos espaços estaríamos sempre demandando um lugar como panorama do nosso fazer existencial. Assim, Edward Relph afirma para o conceito de lugar:

Os lugares que conhecemos e gostamos são todos lugares únicos e suas particularidades são determinadas por suas paisagens e espaços individuais e por nosso cuidado e responsabilidade, ou ainda, pelo nosso desgosto, por eles. Se conhecemos lugares com afeição profunda e genealógica, ou como pontos de parada numa passagem através do mundo, eles são colocados à parte porque significam algo para nós e são os centros a partir dos quais olhamos, metaforicamente pelo menos, através dos espaços e para as paisagens (RELPH, 1979, p. 17-18).

Relph aponta a diversidade de relações que são possíveis no espaço, constituindo os “lugares” das experiências construídas. Nestas relações em que o *outro* normalmente está presente elas tornam-se dialeticamente singulares e intersubjetivas, pois mesmo com o *outro* participando de sua construção, serão sempre afetivamente diferentes para cada um

Retomando a questão do conceito de lugar, enquanto “lugar mundo-vivido”, podemos aduzir alguns teóricos, nesta perspectiva, e pensarmos na intersubjetividade. Yi-Fu Tuan desenvolve um dos primeiros conceitos de “lugar-mundo-vivido” que merecem menção. Para ele o lugar corresponde a *“um mundo de significado organizado. É essencialmente um conceito estático. Se víssemos o mundo como processo, em constante mudança, não seríamos capazes de desenvolver nenhum sentido de lugar”* (TUAN, 1983, 198). Esse conceito de lugar perdurou na Geografia durante alguns anos, sendo questionada pelo seu viés aparentemente a-histórico, o que acabou demandando novas acepções. Essas tanto para aqueles que o viam na perspectiva de mundo-vivido, bem como para os que, consideravam a realidade nas suas transformações sócio-econômicas, resignificando o lugar enquanto posição diante do global (FERREIRA, 2000, p. 70-81).

Em seu conceito, Tuan não afirma e/ou defende o caráter estático do espaço, seu objetivo é o de frisar qual a característica que materializa as experiências em sua dinâmica, possibilitando que essa seja comum entre os sujeitos. Neste contexto, ela poderá criar um espaço com “identidade” para aquele grupo. Para isso ele afirma que o lugar é um conceito estático, ou seja, é o ponto “fixo” do encontro em comum de experiências diferentes.

A fim de ampliar o conceito de “lugar”, Tuan estende sua obra à questão da “experiência” como alicerce para sua constituição. A experiência, para ele, implica na capacidade de aprender a partir da própria vivência, de modo a atuar e criar. E neste atuar estariam envolvidos o pensamento e sentimento como elementos de sua modificação e inserção no mundo (TUAN, 1983, p. 10-18). Assim, em Tuan é perceptível a importância no autoconhecimento enquanto fundamento para o encontro com o *outro*, pois é com a experiência corporal e do pensamento que o sujeito se relaciona. Neste momento, os vínculos afetivos são criados neste suposto “momento estático” da constituição do lugar. Isto em Tuan reflete sua preocupação em demarcar os momentos das experiências como constituintes deste recorte espacial e de certa forma não fugir às “bases científicas” rígidas e analíticas. O que notamos, porém, é que suas idéias podem ser muito mais entendidas vinculadas a uma concepção dinâmica da realidade do que a este suposto aspecto estático descrito.

Além da questão da experiência, Tuan chama atenção para a escala dos lugares, tentando desmistificar o senso-comum, que transforma em sinônimo os termos “local” e “lugar”. Para Tuan:

um poder limitado, se revela como a fonte mais próxima destes entornos da intersubjetividade, afastando os “fantasmas” das simplificações e resoluções.

O perigo da simplificação da realidade através de conceitos “objetivos” é efetuado por Anne Buttimer (1995). Ela alerta sobre a importância de se estar em experiência com o *outro*, sabendo traduzi-la ao máximo a partir da variação da linguagem. A tentativa reducionista em engessar os fenômenos em palavras *rígidas* limita a compreensão de uma amplitude maior do mundo presente na experiência. O “mundo-vivido” é uma abordagem do espaço numa outra perspectiva e, portanto, demanda linguagens diferentes, como menciona Relph, o “mundo-vivido” é:

Aquele mundo de ambigüidades, comprometimentos e significados no qual estamos inextricavelmente envolvidos em nossas vidas diárias, mas o qual tomamos por muito certo. É um mundo em acentuado contraste com o universo da ciência, com seus padrões e relações cuidadosamente observados e ordenados, e no qual uma rua é um pouco mais do que um espaço vazio entre duas linhas num mapa (RELPH, 1979, p. 3).

Nesta perspectiva do seu pensamento, a intersubjetividade é alçada como instrumento na constituição, transformação e manipulação social sem ser meramente pré-determinada. A conotação dedicada então ao conceito de lugar enquanto mundo-vivido destaca a dinâmica deste espaço em suas várias escalas, sendo o instrumento de mensuração o conteúdo da experiência de transformação e ação com o *outro*. Os focos de interesse das partes, os constituintes da intencionalidade estarão sempre presentes, como condição *sine qua non* para que haja a construção intersubjetiva do lugar. A perspectiva vivida do espaço trabalha com as diferenças, e caminha na busca dos elementos que propiciam o fazer, até mesmo, daqueles conflitos que ali se tecem e constituem o espaço-lugar na sua nova configuração.

Num primeiro momento, as características do “mundo-vivido”, em Relph, parecem sugerir uma ordenação espacial micro escalar, ao ressaltar as experiências como fundantes, o tempo da vida diária como o cronômetro mais próximo e a rua enquanto “delimitação” significativa. A regra de constituição do “mundo-vivido” não se encontra aprisionada a estes elementos tais como são descritos por Relph. É preciso destacar que, embora a dimensão escalar da experiência não se preste a uma mensuração analítica, o “lugar” enquanto “mundo-vivido” traz em si o fazer intersubjetivo em sua grande maioria alicerçado nas micro escalas experienciais, embora não reduza o seu conceito somente a estas.

giram em torno da realidade cotidiana, trazendo de forma convergente, a intersubjetividade.

O entendimento da intersubjetividade produzida no “lugar-mundo-vivido” passa primeiramente pelo movimento inerente a estes espaços, o que difere do conceito de “lugar-território”. O “lugar-mundo-vivido” possui o movimento do cotidiano e da história, mas é visto, conforme aponta Yi-Fu Tuan em várias passagens, como “pausa”, enfatizando toda a criação da familiaridade pelo encontro das experiências em comum (TUAN, 1983).

As experiências em comum se sobressaem nesta concepção de “lugar”, justamente por serem o balizamento da constituição das identidades, como constituintes dos conhecimentos em comum que se fundam nas significações. Edward Relph, citado em FERREIRA (2000), vincula as formações dos lugares às identidades:

A identidade de um lugar seria, deste modo, a expressão da adaptação, da assimilação, da acomodação e da socialização do conhecimento. O lugar seria um centro de significações insubstituível para a fundação de nossa identidade como indivíduos e como membros de uma comunidade, associando-se, desta forma, ao conceito de lar (*home place*) (FERREIRA, 2000, p. 68).

No conceito de identidade em Relph temos a impressão de que as identidades se inauguram ao mesmo tempo em que se fundem pelo compartilhar de significações, porém, não é essa sua intenção. As identidades se formam na intersubjetividade, no compartilhar e na assimilação dos conhecimentos socializados, mas a identidade não se fixa nesta aparente imobilidade. A intersubjetividade aqui é expressão de intencionalidade e não de passividade. A intencionalidade é em si uma manifestação subjetiva, que aporta consigo toda a construção de mundo com o *outro*, na vivência em comum, manifestando-se enquanto ação.

O lugar, enquanto “mundo-vivido”, carrega em si a característica de ser centro de significações que nem sempre são objetivos e que trazem em si a ambigüidade e o encobrimento das subjetividades que assim se relacionam. Edward Relph destaca a necessidade de sempre olhar o lugar como espaço a ser “descoberto” e cujos significados não são transparentes como se possa parecer às idéias referentes a este conceito. A relação intersubjetiva carrega em si uma carga obscura que, juntamente com as convenções sociais, impossibilitam que alcancemos a realidade em todas as suas dimensões (RELPH, 1979, p. 4). A necessidade de valorização da experiência é sempre salientada, pois apesar de possuir

Para ele, a Globalização, além de ser “*o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista*” (SANTOS, 2002c, p.23), deve ser considerada como um processo ideológico instaurado, cujas mudanças se expressam individual, coletiva e socialmente. Esta etapa do capitalismo traz em seu cerne a imposição da fugacidade das técnicas que funcionam como um sistema avaliativo dos “lugares” entre o desejável e o ultrapassado. O desejo da convergência dos momentos, da aceleração da história, ao ampliar o acesso ao global tem causado vertigens nos sujeitos em relação à sua posição no espaço e na sociedade. O homem tem estado entre a necessidade de uma “identificação” sócio-espacial e o discurso da cognoscibilidade planetária, tal como descrita por este autor (SANTOS, 2002c, p. 24-33).

Todo este contexto, denominado por Milton Santos como um “*período que é uma crise*” (SANTOS, 2002c, p. 33), se instaura enquanto um conjunto de crises sucessivas e que, segundo ele, continuarão a se estabelecer, pois possuem características estruturais, embora tratadas enquanto conjunturais. Enfim, a globalização continuará desafiando os cientistas sociais e aos críticos ao seu poder avassalador e mutante dos constituintes sócio-espaciais.

A partir deste contexto, a discussão que se segue, pretende avançar no entendimento desta nova relação local-global que, inclusive é mencionada por alguns autores já com o nome de “glocalização” (HAESBART, 2004, p. 347). Por outro lado, porém, não podemos desconsiderar o “lugar” enquanto “mundo-vivido”, pois estaríamos generalizando o espaço geográfico numa matriz de “eterno presente” e de total inserção dos “lugares” à configuração global que se impõe, o que não acontece. O “lugar” ganha novas leituras que serão abordadas como “lugar-território” neste trabalho, mas sem se sobreporem, enriquecendo a discussão acerca das questões da atualidade.

3.2.1 – A intersubjetividade do “lugar-mundo-vivido”

A primeira observação a ser feita, diante da “criação” do termo “lugar-mundo-vivido” deve-se a multiplicidade de definições espaciais, cujo foco de leitura vincula-se à experiência vivida no cotidiano tais como: “espaço-humanizado”, “espaços-vividos”, “espaços experienciais”, “topofilia”, entre outros (AMORIM FILHO, 1999, p. 77; RELPH, 1979, p. 12). Embora cada conceito comporte em si sua contribuição específica, todos

das perspectivas interdisciplinares e transdisciplinares nas ciências, que em muito contribuiu ao se aproximar mais dos fenômenos da atualidade, acabou por frear produções acadêmicas em torno destas questões teóricas tal como eram feitas nas décadas anteriores. Esta condição colaborou para que fosse realizado um resgate às concepções de “lugar” e “espaço vivido” (mundo-vivido) através de consultas a autores clássicos anteriormente citados, introduzindo concomitantemente perspectivas atuais e outros enfoques.

Nesta proposição inter/transdisciplinar foram sinalizadas as contribuições e as possibilidades das várias áreas do conhecimento que apontam as perspectivas à ampliação desse diálogo para o encontro com fenômeno. Diante dessa sinalização que busquei com as reflexões precedentes as convergências e divergências emergentes das releituras das teorias da Representação Social e da Fenomenologia para uma ampliação da leitura do espaço enquanto “lugar-mundo-vivido” e “lugar-território”.

3.2 – Leituras do espaço-lugar

O breve histórico da Geografia Humanista apresentado mostra-nos uma forte tendência destes pensadores em relacionar o conceito de “lugar” à matriz fenomenológico-existencialista. As leituras do “lugar” continuam sendo trabalhadas na disciplina e se vinculam ainda aos conceitos de “mundo-vivido” e “*lebenswelt*” de Edmund Husserl. No entanto, observa-se uma ampliação do uso do conceito de “lugar” e novas acepções, face às mudanças nas relações “tempo-espaço”.

Com o objetivo de não se limitar o conceito de “lugar” a uma simples tendência epistemológica, abordamos sua complexidade que adquire nova configuração espacial a partir de dois grandes eixos aqui definidos, tentando abarcar elementos da intersubjetividade considerados: o “lugar-mundo-vivido”, que parte de sua acepção clássica, de forte tendência fenomenológica e o “lugar-território”, que vincula a questão do lugar aos micro-poderes²⁵. Estas categorias devem ser entendidas em relação à formação das identidades locais, em um amplo sentido, não apenas econômico e político.

Num primeiro momento a abordagem delegada ao “lugar”, enquanto “mundo-vivido”, busca as “raízes” do conceito na Geografia Humanista. De um lado, esta escolha aparentemente limitada, parece desconsiderar as mudanças ocorridas com o processo de globalização, tal como apresentadas por Milton Santos 2002c.

²⁵ A utilização do termo “micro” traz aqui a conotação de diversidade e não de inferioridade.

Quadro 2 – Principais temáticas sob a abordagem da Geografia Humanista no Brasil

Abordagem	Temática	Autor
Teoria e epistemologia da Geografia Humanista	<ul style="list-style-type: none"> • Histórico da Geografia Humanista; O lugar e a paisagem. • Paisagem e lugar em Geografia • As representações no geográfico • Fundamentos fenomenológicos da Geografia • Percepção, cognição e representação em Geografia. 	<ul style="list-style-type: none"> • Werther Holzer (arquiteto) • Lineu Bley (geógrafo) • Salete Kozel (geógrafa) • Oswaldo B. Amorim Filho (geógrafo) • Lívia de Oliveira (geógrafa)
Percepção ambiental e projeto	<ul style="list-style-type: none"> • Cidades da mente, Cidade real, percepção e revitalização na área portuária do RJ. • Brasília em três escalas de percepção. • As cidades ilegíveis – Percepção ambiental e cidadania 	<ul style="list-style-type: none"> • Vicente Del Rio (arquiteto) • Maria Elaine Kohsdorf (arquiteta) • Lucrecia Ferrara (professora de Letras)
Percepção ambiental e interpretação da realidade	<ul style="list-style-type: none"> • Geografia socioambiental • Paisagem Valorizada: A Serra do Mar como espaço e como lugar. • Topofilia, topofobia e topocídio em MG 	<ul style="list-style-type: none"> • Francisco Mendonça (geógrafo) • Lucy Machado (geógrafa) • Oswaldo B. Amorim Filho (geógrafo)
Percepção e educação ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Percepção e representação do espaço geográfico. 	<ul style="list-style-type: none"> • Lívia de Oliveira (geógrafa)
Geografia Cultural	<ul style="list-style-type: none"> • A geografia cultural e a paisagem • Espaço, lugar sagrado, percepção e simbolismo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Roberto Lobato Corrêa (geógrafo) • Zeny Rosendahl (geógrafa)
Geopoética e Literatura	<ul style="list-style-type: none"> • Bachelard e a geopoética; Geopoética do Rio Araguaia. • A paisagem de minas em Grande Sertão Veredas; Paisagens e ciganos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Lúcia Helena Gratão (geógrafa) • Solange T. Lima (geógrafa)

FONTE: AMORIM FILHO, 1999, p. 82; DEL RIO & OLIVEIRA, 1999; MARANDOLA JR. & GRATÃO, 2003; MENDONÇA & KOZEL, 2002;

Com a tendência em se partir das necessidades da realidade para sua leitura, a partir da década de 1990, ao invés de tomar uma determinada linha de pensamento e utilizá-la como “enfoque”, a Geografia Humanista caminhou, assim como as demais correntes de pensamento, para uma dispersão de teóricos que se auto-intitulavam humanistas. O auge

constituídas de pensamentos e sentimentos e o corpo e as posições em relação aos outros se dão enquanto relação com o espaço enquanto “lugar” (TUAN, 1980, p. 10-17, 42).

Tuan ingressa na corrente de crítica à geografia comportamental e recorre aos sentidos inter-relacionados, assim como Merleau-Ponty, para conceber seu conceito de espaço e lugar. Ele cria alguns conceitos para trabalhar a questão do sentido de ligação e afetividade com o espaço, sendo “topofilia” o mais alto grau de ligação e pertencimento²² a um espaço e “topofobia” a aversão ao mesmo (HOLTZER, 1993, p. 113-114). Assim, ele parte dos sentimentos para a construção de seu conceito de espaço e lugar, sendo estes inseparáveis, juntamente com o tempo.

No Brasil, as pesquisas na linha da Geografia Humanista se destacaram a partir das décadas de 1970 e 1980 com as traduções das obras de Yi-Fu Tuan por Lívia de Oliveira, das publicações dos periódicos de Rio Claro e da publicação do livro “Perspectivas da Geografia” [1982] (1995), organizado pelo geógrafo Antonio Christofolletti. Como a base fenomenológico-existencialista se destacou nesta interface transdisciplinar, tal geografia passou a ser conhecida como “Geografia da Percepção” e por alguns como “Geografia da Percepção Ambiental”. Daí em diante, os trabalhos teóricos e em campo, fundamentados metodologicamente por esta corrente, se tornaram comuns em diversos departamentos, inclusive no Departamento de Geografia da UFMG, onde várias dissertações de mestrado foram elaboradas²³. Tais trabalhos possibilitaram uma aproximação e diálogo maiores entre a chamada Geografia Física e Geografia Humana e também entre os sujeitos e os fenômenos abordados.

A difusão da Geografia Humanista no Brasil pode ser considerada como uma ampliação da perspectiva inter/transdisciplinar nas pesquisas geográficas. Estudiosos de outras áreas se aproximam desta disciplina e contribuem para sua consolidação e ramificação²⁴, como podemos averiguar no Quadro 2.

²² O pertencimento a uma comunidade decorre dos: valores que o indivíduo julga importantes; da percepção das alternativas possíveis; das conseqüências pessoais, familiares e do grupo de alternativas; e de normas sociais condutoras de seu comportamento (BAILLY, 1977, p. 88).

²³ Entre vários trabalhos em Percepção e Percepção Ambiental, defendidos no Instituto de Geociências a partir da década de 1990, se destacam alguns: PEREIRA, Doralice Barros. Açominas: uma paisagem industrial na percepção dos moradores de Ouro Branco, 1992; ANDRADE, Soraia Maria. Projeto Jaíba – A experiência de pequenos agricultores com cultura irrigada no sertão mineiro, 1993; VILELA, Simone M. A. Nova Ponte: uma paisagem a ser vivida, 1993; CENCIC, Alenka. Estudo de paisagem cultural – O campus da Universidade Federal de Minas Gerais, 1995; TEIXEIRA, Maria Cristina V. Evolução e percepção do ambiente em um bairro pericentral de Belo Horizonte – A Floresta, 1996; SILVA, Aurora Maria de Castro D. Rio Manso: a vivência do impacto de um grande projeto, 1997;

²⁴ Ramificação no sentido de ampliação do leque de possibilidades e temáticas e não como fragmentação de um campo teórico-metodológico.

conotação geométrica e planejada e em seu conceito se instaura a dinâmica múltipla de realizações.

Assim como Relph, Anne Buttimer também se envereda pelos caminhos fenomenológicos, entretanto mais incitada à corrente existencialista. Ela parte da crítica aos modelos cognitivistas de homem e chama atenção a necessidade do alcance dos significados nas experiências. Para ela, a geografia do futuro deve se instaurar sobre as bases do cotidiano, dos problemas sociais e da vocação erudita e ética (HOLTZER, 1993, p. 125). Com estas características, em suas obras, Buttimer aduz o conceito de mundo-vivido (*lebenswelt*)²¹, cunhado da fenomenologia-existencialista, e o classifica como uma categoria espacial da Geografia, ora utilizando-o com esta nomenclatura, ora renomeando-o como espaço-vivido. Neste movimento ela abre as portas à interdisciplinaridade na Geografia e “abusa” do intercâmbio com filósofos como Heidegger, Merleau-Ponty e Husserl.

Anne Buttimer pode ser considerada uma transgressora em relação aos métodos de pesquisa em Geografia. Sua capacidade de adaptação dos métodos filosóficos aos estudos geográficos, além de originais, constituíram-se também em desafios. Sua escala espacial de análise parte desde o “*habitar*” em Heidegger até mesmo ao espaço social, em busca de seus problemas, apontando o diálogo entre Geografia e Filosofia como instrumental fundamental neste processo. Buttimer, porém, aponta as tentativas exacerbadas em se usar a linguagem metafórica, na criação de “conceitos geográficos”, como perigosas estratégias comumente utilizadas, resultando no “*abismo conceitual e semântico que separa nossa compreensão do comportamento aberto de suas origens latentes*” (BUTTIMER, 1995, p. 166). O caminho mais significativo apontado por ela, seria o “*da reflexão a respeito da experiência consciente e uma tentativa para explicar isso em termos de significado e significância*” (BUTTIMER, 1995, p. 170), afastando com isso o fantasma das críticas científicas à Geografia Humanista enquanto viúva da “rigidez e coerência científicas”.

O terceiro geógrafo aqui analisado refere-se a Yi Fu-Tuan, geógrafo sino-americano que traz à Geografia duas importantes obras: “Topofilia” (1980) e “Espaço e Lugar” (1983), ambos traduzidos para o português pela geógrafa Livia de Oliveira na década de 1980. Nesta última obra, Tuan destaca a questão da experiência espacial a partir dos sentidos e da relação do corpo com o mundo. Tais experiências são para ele

²¹ *Lebenswelt* é uma composição de dois termos alemães: *leben* que significa vida e *welt* que significa mundo ou universo. Utilizada por Edmund Husserl, na elaboração da sua fenomenologia, ele buscava usá-lo para designar o mundo da vida, do cotidiano em que vivemos, agimos, ou seja, o universo da nossa ação em projetos. (KLUTH, 2000, p. 110-111).

poder ali impregnadas. Já a Geografia Humanista busca a valorização da dinâmica das relações espaciais no entendimento da sua cotidianeidade, no seu movimento a partir do mundo-vivido tal qual se apresenta ao sujeito. Ambas leituras do espaço trouxeram, em comum, a necessidade de se entender o fazer espacial enquanto processo e de inserção direta do sujeito histórico neste.

Inúmeros teóricos neste cenário desenvolveram suas obras²⁰, como Yi Fu-Tuan, Anne Buttimer, Edward Relph, David Lowenthal, Marwyn Samuels, James Duncan, David Seamon, entre outros. Estes são referenciados devido ao aprofundamento em suas obras da categoria “Lugar” e “Mundo Vivido”, bases deste trabalho. Além disso, na cronologia do desenvolvimento da Geografia Humanista, eles se encontram à frente das discussões de tais conceitos, possibilitando reflexões numa metodologia relacional, ou seja, em contato com outras áreas do conhecimento.

Edward Relph apresenta à Geografia o método fenomenológico de leitura da realidade, valorizando temas como o cotidiano, a experiência e a intencionalidade na descrição do mundo. Com sua visão holística, ao se debruçar sobre a fenomenologia depreende três formas de abordagem derivadas desta área do conhecimento: a filosófica; acadêmica e dos modos de vida.

A primeira refere-se ao seu uso enquanto abordagem filosófica conduzindo a atenção à possibilidade de admiração do mundo em que vivemos através da recaptura dos sentidos. A segunda diz respeito ao seu uso em disciplinas acadêmicas, nas quais esta amplia a aceitação da abrangência dos fatos da experiência em direção contrária às tentativas de explicações simplistas e reduzidas. Já a terceira forma converte à adoção da mesma nos modos de vida, promovendo mudanças das atitudes (AMORIM FILHO, 1999, p. 73-74).

Estes três enfoques mencionados por Relph trazem à Geografia uma nova dimensão da realidade e demonstra que, independente do enfoque fenomenológico, todos eles trazem em si uma maior aproximação com a realidade, pois partem da experiência vivida, não se prendendo a buscar explicações para diversas escalas espaciais. O espaço aqui perde a

²⁰ R. J. Johnston em sua obra “Geografia e Geógrafos” apresenta a extensa lista de publicações destes teóricos da Geografia Humanista. Dentre estas se destacam: BUTTIMER, A. *Values in geography*. Commission on College Geography, Resource Paper 24, Association of American Geographers, Washington, 1974; RELPH, E. *Place and placelessness*. Londres, Pion, 1978; LOWENTHAL, D. *Past time, present place: landscape and memory*. *The Geographical Review* 65, 1-36, 1975; SAMUELS, M. S. *Existentialism and human geography*. In: D. Ley e M. S. Samuels (eds.), *Humanistic geography: problems and prospect* (Chicago, Maaroufa Press, 1978, pp. 22-40);

que não nasce como contestadora de correntes de pensamento, acaba se definindo enquanto um paradigma crítico ao lado da Geografia Radical (AMORIM FILHO, 1987, p. 13).

Quadro 1 - Principais geógrafos humanistas e suas abordagens teóricas

Geógrafo Humanista	Principais temáticas e abordagens teóricas
Kevin Lynch	<i>Percepção ambiental. Lynch valorizava a percepção individual e a imagem ambiental como fator de sobrevivência e estabilização da relação homem/meio. Este teórico, de caráter antiurbanista, ateve-se a trabalhar com atribuições físicas, deixando de lado significados sociais e históricos.</i>
Hug Prince	<i>Corrente epistemológica da percepção ambiental. Ele valorizava o uso da literatura, da arte e da ciência como formas de abordagem do espaço enquanto “lugar”. Ele percebia o problema da Geografia como a dificuldade em relacionar os aspectos subjetivos da arte e da descrição com a explicação, na qual a visão subjetiva não tinha lugar.</i>
Willian Kirk	<i>Abordagem comportamental e fenomenológica da realidade. Ele tinha como pressuposto o encontro entre os ambientes comportamental e fenomenal como forma de unir a visão subjetiva à objetiva na ciência geográfica.</i>
F. Lukermann	<i>Estudo empírico da realidade a partir da valorização do “lugar” enquanto conceito chave. A ênfase no enfoque cultural e histórico do homem para estudo dos lugares.</i>
Leonard Guelke	<i>Abordagem a partir da percepção ambiental e do cultural. Ele criticava a geografia nomotética comportamental e analítica. Para ele, a descoberta de muitas leis do comportamento humano não garantiria a resolução dos problemas da geografia humana.</i>
Roger Downs	<i>Geografia analítica e percepção ambiental. Para o autor existiam três formas de aproximação para o comportamento espacial: estrutural, que se refere à identidade e estruturação da percepção do espaço; avaliativa, que procura estimar os fatores ambientais valorizados pelas pessoas; da preferência, que procura diferenciar espacialmente os objetos a partir da escala de preferência.</i>

FONTE: HOLZER, 1993, p. 115-121

Podemos dizer que a Geografia Humanista ampliou o estudo das categorias espaciais, repensando seus recortes frente o uso do “espaço” na Geografia Quantitativa, que o tinha enquanto planícies isotrópicas e abstratas, submetidas à ação de mecanismos econômicos (CORRÊA, 1995, p. 23). Os conceitos de “lugar” e “território” sobressaem e reconfiguram o cenário de análise espacial. Para a Geografia Radical, o “território” simboliza a leitura segregada pelo modo de produção capitalista e analisa as relações de

vivida como fundante, constituindo-se em proposta transcendental ao domínio do racional (HOLTZER, 1993, p. 113-114; AMORIM FILHO, 1999, p. 80).

Assim com Yi-Fu Tuan, Eric Dardel também se localiza na concepção fenomenológica da geografia. Os clássicos que embasaram sua obra foram: Kierkegaard, Jaspers e Heidegger, afirmando o seu interesse nas relações entre conhecimento e existência, salientando a necessidade de não objetivação da realidade. Dardel, em sua obra, ressalta a importância da relação corporal como referencial de orientação espacial, bem como o não aprisionamento da geografia como uma só disciplina, indo em direção das atuais discussões sobre a transdisciplinaridade e interdisciplinaridade (HOLTZER, 1993, p. 114-115). Para a obra de Dardel, Cássio Hissa conclui que:

Seu texto não seria caracterizado como um trabalho científico, levando-se em consideração os parâmetros da metodologia científica convencional. O sobrevôo imaginário de Dardel é carregado de criatividade e de metáforas, transitando nos domínios da literatura (HISSA, 2002, p. 190).

Embora não defenda concretamente o transitar transdisciplinar, a obra de Dardel nos auxilia a valorizar a imaginação, a subjetividade e a variação lingüística como instrumentos de leitura do mundo. As metáforas não são abominadas, mas vistas como recursos enriquecedores neste processo de relação com o mundo.

A partir da década de 1960 uma infinidade de geógrafos se alia a esta corrente, ampliando o leque de ramificações neste campo. Esta diversidade pode ser averiguada no Quadro 1, que apresenta os principais teóricos neste período e suas respectivas abordagens teórico-epistemológicas.

O quadro 1 nos oferece um panorama geral dos avanços e especializações desenvolvidas pela Geografia Humanista no período precedente a sua “insurreição”, enquanto paradigma contestador do neopositivismo, ou seja, antes da década de 1970. Nesta década, em particular, a Geografia Humanista passa a se posicionar também como uma visão anti-quantitativista ou anti-nomotética, se “aliando” de certa forma, ao grupo mais amplo na Geografia denominado Geografia Radical, com bases marxistas também presentes.

Embora contemporâneos, o neopositivismo, na figura da Geografia teórico-quantitativa, tinha como pressuposto a tentativa de construção de uma ciência nomotética, determinando leis e padrões de modelos espaciais a serem aplicados às demais realidades, “garantindo” a possível neutralidade e rigidez de uma ciência. Já a Geografia Humanista,

Outro geógrafo que valoriza a questão da subjetividade, nos estudos geográficos, é John Kirtland Wright, que desenvolve sua obra principalmente na década de 1940. Wright propõe uma ampliação do campo de estudo da geografia, que denomina *geosofia*. Este seria um estudo menos formal sobre a realidade, resgatando obras não científicas como conhecimentos também fundantes da realidade. Para ele, o geógrafo deveria utilizar além da sua imaginação também à imaginação do *outro*, sinalizando para uma concepção intersubjetiva da realidade que se abre à construção do mundo compartilhado com o *outro* (HOLTZER, 1993, p. 112).

A partir da década de 1950, os estudos humanísticos na geografia ganham fôlego e a proporção de teóricos de referência amplia as áreas de pesquisa. A geografia comportamental se consolida a partir de estudos cognitivos sobre a percepção, efetuados por David Lowenthal. A percepção passa a ter destaque na leitura da realidade, sendo este teórico quem relativiza a percepção espacial passando-a pelo crivo da distorção pelos sentimentos singulares. Lowenthal, citado em AMORIM FILHO (1999), definiu três domínios temáticos de estudo da geografia, apontando a negligência até então desta ciência em amalgamar os dois grandes domínios de estudo por ele destacados “*crenças e valores humanos sobre o meio ambiente e como as pessoas se comportam e interagem com o meio ambiente*” (AMORIM FILHO, 1999, p. 70).

Ainda na década de 50, dois outros importantes teóricos almejam uma aproximação mais eficaz entre a fenomenologia e a geografia. Um deles é o geógrafo sino-americano Yi-Fu Tuan e o outro Eric Dardel, que teve sua obra “*L’Homme et la Terre: nature de la réalité géographique*” valorizada somente a partir da década de 1970 por Edward Relph (HOLTZER, 1993, p. 114). Yi-Fu Tuan apresenta à geografia humanista um conjunto de terminologias que se tornaram base para muitas questões e temas suscitados pelos estudiosos deste campo. Ele buscou filiar a proposta de valorização da experiência enquanto conhecimento do espaço. Para tanto elaborou os conceitos de “topofilia”¹⁸ e “topofobia”¹⁹, diretamente associados à questão dos sentimentos de atração e negação aos lugares. O lugar para ele deixa de ter conotação locacional e passa a ter a experiência

¹⁸ “*Topofilia é um sentimento direcionado para o lar, para o que é confortável, detalhado, diverso e ambíguo sem confusão e tensão; envolve experiências estáticas dos lugares naturais e construídos pelo homem e os apelos mais persistentes e persuasivos de ambientes atrativos, como litorais e paisagens centrais. Em resumo, topofilia inclui qualquer coisa dos ambientes que nos faça senti-los como estar nos relaxando ou estimulando, e tudo o que nas nossas atitudes ou costumes nos capacite a experimentar locais como dando-nos prazer.*” (RELPH, 1979, p. 19).

¹⁹ A definição de Topofobia está diretamente ligada a uma oposição ao conceito de topofilia, como “*experiências de espaços, lugares e paisagens que são de algum modo desagradáveis ou induzem ansiedade e depressão*” (RELPH, 1979, p. 20).

ideológico como um modelo a ser aplicado e disseminado (AMORIM FILHO, 1987, p. 14-18).

Este conflito epistemológico, no interior da Geografia, foi sentido no Brasil e é descrito por Eduardo Marandola Jr. e Lúcia Helena Gratão (2003) ao traçarem um breve percurso desta corrente no país. Em seu artigo, os autores relatam o sentimento de Livia de Oliveira, precursora dos estudos da percepção no Brasil e professora da UNESP – Rio Claro – SP, diante do racha com os “radicais” da USP e outros departamentos. Segundo ela, os “humanistas”, num primeiro momento, viveram num “asilo” ou “exílio”, o que fortaleceu o senso de grupo numa relativa unidade (MARANDOLA, JR; GRATÃO, 2003, p. 11).

Fazendo, então, um retorno à ontologia deste campo de estudo na Geografia, consideramos a década de 1920 como referência para o afloramento das idéias humanistas na Geografia, com a obra de Sauer¹⁷, citado em Holtzer, 1993, “The Morphology of landscape”, cujo amadurecimento foi se desenvolvendo nas décadas seguintes. O ápice teórico-metodológico, enquanto campo consolidado de pesquisas, que se singulariza diante das outras correntes, pode ser atribuído à década de 1970. Sua principal característica, naquele momento, referiu-se a uma postura crítica diante do caráter estático da realidade cunhada pela Geografia de viés economicista.

Assim, a obra de Carl Sauer, “The Morphology of landscape” (1920), marcou o início de uma postura diferenciada em relação ao espaço geográfico. A fenomenologia é inserida nas leituras espaciais e a busca dos significados e da riqueza das diferenciações se torna foco de pesquisa. Naquele momento já havia na geografia a Escola Francesa Lablacheana, que almejava uma leitura idiográfica da realidade. Porém esta se asseverou mais como uma particularização da realidade do que como uma abordagem que tinha em conta o homem como o fundamento da constituição espacial. A visão cultural de paisagem e a busca da percepção e vivência na perspectiva geográfica se tornam realmente efetivas com Carl Sauer. A ênfase na intencionalidade e no mundo-vivido, enquanto abordagem do espaço, traz a subjetividade como elemento importante e constituinte da relação do homem com seu espaço. O habitat é a escala privilegiada pelo autor para assinalar sua tentativa em romper com o descolamento do homem e sua realidade. Com este autor, a geografia cultural, que hoje pode ser classificada como um ramo da Geografia Humanista, ganha seu primeiro impulso teórico, se aprimorando mais adiante por outros estudiosos.

¹⁷ SAUER, Carl Ortwin. The morphology of landscape. In: LEIGHLY, John (Ed.). *Land and life: a selection from the writings of Carl Ortwin Sauer*. Berkeley: University of California, 1983 B. p. 331-379.

A década de 1970 viu também o surgimento da geografia humanista que foi, na década seguinte, acompanhada da retomada da geografia cultural. Semelhantemente à geografia crítica, a geografia humanista, calcada nas filosofias do significado, especialmente a fenomenologia e o existencialismo, é uma crítica à geografia de cunho lógico-positivista (CORRÊA, 1995, p. 30).

A finalidade de cronologias como a de Roberto Lobato Corrêa é a de inculcar as superações teóricas a partir das críticas elaboradas entre as perspectivas mais atuais com relação às abordagens anteriores. Apesar de altamente didáticas, tais abordagens acabam ignorando grande parte da construção teórica, ficando apenas debruçadas sobre as críticas às posturas anteriores. No caso da Geografia Humanista em específico, indicá-la como um conjunto teórico que se origina como contra-proposta se torna um equívoco, diante de tantos anos de elaborações por si própria de uma outra postura face à realidade.

Durante sua efervescência, principalmente na década de 1970, a Geografia Humanista sofreu, no entanto, com críticas direcionadas por sua contemporânea, a Geografia Radical, de base marxista. Oswaldo Amorim Filho (1987) contextualiza o panorama epistemológico da Geografia Humanista debatendo as críticas a ela dirigidas.

As principais acusações dos geógrafos radicais à corrente humanista, apontadas pelo autor, foram àquelas em relação ao seu contato interdisciplinar com a Psicologia e a atomização da explicação. Além destas críticas de cunho metodológico, foram também dirigidas algumas em relação ao seu conteúdo e abordagem da realidade. Eles apontavam essa Geografia como aquela que obscurece o entendimento das condições sociais e econômicas, tratando de modo individual o que deve ser visto num contexto estrutural. Por esta visão da Geografia Humanista, muitos destes geógrafos foram rotulados como reforçadores do *status quo* (AMORIM FILHO, 1987, p. 14).

Diante deste cisma, criado pelos “radicais”, AMORIM FILHO (1987) avança no debate através da descrição dos principais limites da contra-corrente. O primeiro limite apontado pelo autor refere-se ao caráter estruturalista da Geografia Radical, que procurava moldar as partes para preservar o todo, conflitando com as considerações humanistas sobre mundo-vivido e relação entre as partes e o todo. O segundo limite foi em direção a reificação de entidades abstratas, colocando aos indivíduos uma total passividade diante desta imposição dos sistemas econômicos e sociais. O terceiro problema encontrado diz respeito ao reducionismo econômico desta contra-corrente, tomando a realidade como unidimensional e caindo num novo *determinismo*. Por último, a relação “revolucionária” entre teoria e estudo empírico, na qual o discurso militante tendeu a um discurso

Após este percurso considerando os principais teóricos do “lugar”, algumas reflexões foram introduzidas diante das acepções a que o “lugar” foi remetido, enquanto “mundo-vivido” e até mesmo enquanto constituição de “territórios”. Tal procedimento objetivou contemplar às diversas formas pelas quais estas categorias tem sido referidas na Geografia, sobressaindo às possibilidades e restrições que os conceitos apontam e tendo como balizamento a intersubjetividade para se pensar tais questões.

3.1 – Os “caminhos” do lugar na Geografia

Traçar a cronologia da Geografia Humanista nos sugere diversos percursos diferenciados de acordo com o objetivo. Este exercício não se constitui simplesmente em uma tarefa de organizar autores diante da linha do tempo, nem de estabelecer uma data para o nascimento deste campo de estudo, não há também uma única Geografia Humanista definida por leituras singulares sobre o espaço. Este campo de estudo apresenta, além de momentos históricos bastante diferenciados, uma infinidade de enfoques que, sem sombra de dúvidas, a coloca como a mais ampla corrente de estudo da Geografia.

Esta característica da Geografia Humanista, embora traga um “conforto” teórico, em face de sua amplitude de formas de leituras, atrai para si também uma carga de críticas principalmente por aqueles que a vêem como uma ciência vaga e imprecisa ou por aqueles que a consideram como “alienadora” dos problemas sociais.

As críticas feitas, principalmente nas décadas de 1950 e 1960 pelos geógrafos quantitativos e nas décadas de 1970 e 1980 pelos geógrafos radicais, de cunho marxista, leva-nos à “delimitar” as vertentes de estudo internas à corrente humanista, em face de sua amplitude paradigmática. As opções oferecidas pela diversidade de paradigmas pela Geografia Humanista, ora criticadas e rotuladas como “lacunas”, são consideradas aqui enquanto aberturas e não como imprecisão ou empobrecimento científico.

Quanto às origens da Geografia Humanista encontramos alguns autores que conferem seu nascimento a partir da década de 1970, momento no qual este campo de estudo se firma enquanto crítica a perspectiva teórica-quantitativa, predominante nas pesquisas geográficas, nas décadas de 1950 e 1960. Entre estes autores podemos citar Roberto Lobato Corrêa (1995), ao fazer uma cronologia do conceito de espaço na Geografia:

3 – O “LUGAR” E A GEOGRAFIA: TRAJETÓRIAS E PERSPECTIVAS

“O lugar é segurança e o espaço é liberdade: estamos ligados ao primeiro e desejamos o outro”. (Yi Fu-Tuan)

Elementos da intersubjetividade podem ser empregados para se pensar o espaço geográfico, especialmente numa perspectiva de leitura do mundo como mundo-vivido e enquanto complexidade, tal como se apresenta na contemporaneidade. Segundo Antoine Bailly et al. (1992) a leitura dos componentes do espaço implica em redes de interesses,

sur un autre plan culturel et social, tout lieu est chargé de multiples significations, par ses coordonnées (qui révèlent de certaines orientations), par ses limites (culturelles, historiques, symboliques), par ses valeurs et enfin par les propriétés symboliques et /ou fonctionnelles qui lui sont attribuées (BAILLY, 1992, p. 379).¹⁶

Assim, o projeto central deste estudo nos remete à Geografia e às leituras acerca do espaço, a partir do arcabouço teórico que o considere como em constante mutação e em diversas dimensões, ou seja, um espaço vivo e dinâmico. Para prosseguirmos nas reflexões acerca da intersubjetividade e suas implicações na leitura do espaço geográfico, nesta perspectiva, faz-se essencial situarmos as discussões no campo da Geografia acerca das categorias: “lugar” e “mundo-vivido”.

Nesta parte do estudo incorpora-se, primeiramente, um panorama relativo às tendências teóricas de estudo na Geografia acerca do conceito de “lugar”, sublinhando as contribuições da corrente teórica geográfica denominada “Geografia Humanista”, enquanto espaço da experiência vivida até sua consolidação na década de 1970 enquanto paradigma geográfico. A prioridade para a corrente Humanista deveu-se a sua inclinação majoritária em desenvolver pesquisas com o recorte espacial do “lugar”, mesmo este não sendo exclusividade sua. A Geografia Radical, a Quantitativa e até mesmo a Geografia Clássica acabaram por minimizarem a importância do “lugar”, focando em sua maioria o espaço na sua dimensão macro estrutural, enquanto um substrato isotrópico ou enquanto “região” e “território”, sendo este último parte integrante das reflexões acerca do “lugar-território”.

¹⁶ “Sobre um outro plano cultural e social, todo lugar é carregado de múltiplas significações, por suas coordenadas (que revelam certas orientações), por seus limites (culturais, históricos, simbólicos), por seus valores e enfim pelas propriedades simbólicas e/ou funcionais que o são atribuídos”.

bandeira apenas no terreno do último ponto e esquecem o caráter dialético declarado por Moscovici. Questionamentos referentes à teoria trabalhar apenas com o mundo reificado e consensual, limitado em sua disciplinaridade e ausente nas discussões sobre relações de poder, são explicitados e limitam a amplitude das idéias representacionais (SPINK, 1991).

O senso comum puro, em Moscovici, não é tomado como um conhecimento sempre disponível, ingênuo, como única fonte de contatarmos com a realidade. Para ele, ao contrário, o senso comum deve sempre ser questionado, especialmente quando os “consensos” se destacam entre os sujeitos, revelando muitas vezes em suas essências, representações ocultas em um conhecimento em comum. Assim, *“respeitar, pois, o senso comum, é respeitar teorias que aceitamos implicitamente. Mas nós, devemos também aprender a desconfiar da “sabedoria” popular”* (MOSCOVICI, 2003, p. 134).

As idéias desenvolvidas até aqui não tiveram o objetivo de destilar um arcabouço conceitual a respeito da Teoria das Representações Sociais, mas fazer um caminho reflexivo pelas suas bases conceituais destacando os processos intersubjetivos presentes. O próprio Serge Moscovici não se sente à vontade em criar definições a respeito dos processos constituintes da realização das representações sociais, embora encontremos algumas tentativas em suas obras. De modo a sintetizar as Representações Sociais e preparando o “terreno” para a análise com a categoria “Lugar”, põe-se em destaque uma das tentativas do autor a respeito deste tão amplo fenômeno. *“Do ponto de vista dinâmico, as representações sociais se apresentam como uma “rede” de idéias, metáforas e imagens, mais ou menos interligadas livremente e, por isso, mais móveis e fluidas que teorias”* (MOSCOVICI, 2003, p. 210).

fazer um levantamento das pesquisas que aplicaram a Teoria das Representações Sociais confirma a importância da linguagem:

As interações que ocorrem naturalmente no decurso das conversações possibilitam os indivíduos e os grupos a se tornarem mais familiarizados com objetos e idéias incompatíveis e desse modo poder lidar com eles. Tais infracomunicações e pensamento, baseados no boato, constituem um tipo de camada intermediária entre a vida pública e a privada e facilitam a passagem de uma para a outra. Em outras palavras, a conversação está no centro de nossos universos consensuais, porque ela configura e anima as representações sociais e desse modo lhes dá uma vida própria (MOSCOVICI, 2003, p. 89-90).

A importância dada à linguagem e a comunicação como uma representação instrumental, para acessar as demais representações, faz da Teoria das Representações Sociais um paradigma, que constitui a construção da intersubjetividade pelo viés do acesso comunicativo, abrindo uma demanda direta ao aprofundamento do estudo da semiótica. Este campo do conhecimento direciona-se na atualidade à concepção de sujeito como singular, como um tecido de vozes e dialógico, permitindo trabalhar com a noção de símbolo e significado numa perspectiva dialética e mutável. Assim como Moscovici toma as representações como uma das facetas do real, que inclui o que pode ser transformado, reunindo em si o que está intersubjetivamente manifestado no seu significado e na sua perspectiva de mudança, a semiótica pós-estruturalista nesta direção, procede a um casamento compatível com as idéias de Moscovici (AMON, 2001, p. 20-23).

Entretanto deve-se salientar que as representações sociais já se manifestam com sua incompletude justamente pelo uso dos signos na sua formação e disseminação como fenômeno intersubjetivo. Estes demandam outros signos para serem explicados e “*no processo, algo do sentido do primeiro se perde*” (AMON, 2001, p. 20).

Denise Amon procura instituir umnexo entre a teoria de Moscovici e o desenvolvimento das teorias da semiótica. Ela declara a dificuldade em relacioná-las enquanto paradigmas e campos interdisciplinares pela fragmentação do estudo da semiótica face à Teoria das Representações Sociais e de seu viés muito mais sincrônico, contradizendo o caráter histórico remetido as representações sociais (AMON, 2001, p. 23).

A relação da Teoria das Representações Sociais com a linguagem tem seu alicerce na associação que o conhecimento do senso comum e o cotidiano mantêm entre si. Este saber, tomado na diversidade com o qual é imerso pelo cotidiano, busca dialeticamente abarcar a extensão das diferenças presentes, e paralelamente revelar a estabilidade possível construída entre elas. Algumas críticas, como de Mary Jane Spink, parecem fincar a

convertidos em representações. A partir dela, as chances de contato com os significados e os conflitos vão se ampliando, possibilitando o encontro dos sentidos que tocam e constituem as representações. A linguagem como instrumento mediador da intersubjetividade, carrega em si o papel fundamental de disseminar o conhecimento e, aglutinado a ele, a intencionalidade ideológica de certos grupos (LANE, 1994, p. 34). Desta forma, não é tão simples a tarefa de legarmos à linguagem o “dom” de proporcionar a materialização dos pensamentos, nem a de negarmos como representação de um grupo social. Pela linguagem temos ao mesmo tempo o poder de ancorar a representação de um fenômeno para um sujeito, bem como posicioná-lo como anormal ou marginal. Sendo assim, é preciso trabalhar na questão da linguagem diretamente ligada às questões referentes ao conhecimento como poder e os discursos como ideologias.

Como forma de demarcar um caminho seguro entre o uso da linguagem e a compreensão das representações sociais enquanto fenômenos históricos, Silvia Tatiana Lane defende que:

Uma análise concreta das representações que um indivíduo tem do mundo que o rodeia, só é possível se as considerarmos inseridas num discurso bastante amplo, onde as lacunas, as contradições e, conseqüentemente, a ideologia possam ser detectadas. Este discurso amplo, para muitos autores, seria a visão de mundo que o indivíduo tem, porém permanece a questão do que vem a ser, no plano individual, esta visão de mundo (LANE, 1994, p. 36).

A linguagem para a autora constitui-se em si em um sistema representacional diluído na formação de outras representações. Por ela, estabelece-se um elo de ligação entre os sujeitos que o criam trazendo consigo o poder de segregação, de formação de poder e conseqüentemente dominação. A linguagem, porém, não pode ser tomada isoladamente sem entendermos todo o “espaço de realização” no qual ela é produzida e disseminada. Daí deriva a importância da inserção do “Lugar” no entendimento das representações sociais e na ampliação de sua compreensão. As relações entre o “Lugar” e as Representações Sociais serão discutidas no capítulo 4 deste estudo.

A linguagem pode ser um instrumento para o entendimento das representações sociais, mas não trará à luz todo o conhecimento que se encontra envolvido nas relações sociais ali presentes. O aspecto positivo na linguagem é sua dimensão imensurável em manifestar a apropriação dos sujeitos em relação ao mundo e de possibilitar com isso uma aproximação do entendimento da orientação dos comportamentos subjetivos e intersubjetivos realizados nos espaços em leitura (AMON, 2001, p. 16). Moscovici, ao

existissem, se tudo fosse exclusivamente original, como afirma Ibañez, não haveria intersubjetividade constituída. Sandra Jovchelovitch, em contraponto as críticas de Ibañez, Jahoda e seus discípulos enuncia suas fragilidades:

O existente sempre nos precede e isso tem a ver menos com um empiricismo estreito do que com o fato de que os humanos possuem uma substância histórica. Que eu não possa construir tudo enquanto sujeito psíquico é uma condição ligada ao fato de que o existente não iniciou no dia do meu nascimento e certamente não vai terminar no dia da minha morte. O mundo no qual eu vivo tem uma história para a qual eu contribuo, mas que sozinha eu não posso definir (JOVCHELOVITCH, 1998a, p. 59).

A discussão entre Ibañez e Jovchelovitch faz emergir o papel da intersubjetividade na constituição dos fenômenos e na história. Se imaginarmos um mundo, na ausência de representações, estaremos ao máximo definindo a existência de individualidades e negando o encontro das subjetividades em intersubjetividade, ou simplesmente colocando a subjetividade enquanto um conceito de significado individualizado. Uma vez que Moscovici parte da concepção de intersubjetividade como um processo muito mais complexo e dinâmico no qual o “imaginado” por Ibañez, seu objetivo enquanto método de leitura da realidade se descola do saber puramente científico e considera as questões do senso comum como uma fonte rica e imprescindível de conhecimentos. Por esta vertente, há um desprendimento de metodologias analíticas da realidade que reificam e subjagam o que deveria ser contemplado para sua compreensão a esboços de realidades a serem explicados. Nas metodologias sinalizadas por Moscovici, a chamada é para o mergulho nos processos de comunicação, do fazer do senso comum, das ideologias, fazendo da compreensão do mundo, a expressão ideal para defini-las de imediato.

Essa proposta da Teoria das Representações Sociais se alicerça na dualidade entre a tentativa de se trabalhar com a realidade tal qual ela se apresenta na cotidianidade; e a de pensar as influências dos aspectos ideológicos encontrados nas representações sociais que são tecidas e que fortemente são associadas às ações decorrentes. Não há uma formação de representações sociais por um grupo de modo neutro, nessas se esboçam intenções, consensos e até mesmo a busca em excluir o *outro*. Assim, pelo entendimento e aprofundamento no processo da comunicação podemos ampliar e esclarecer a construção dos universos consensuais, bem como os universos reificados e de exclusão.

A importância da comunicação alegada por Moscovici se deve ao seu papel enquanto instrumento metodológico na aproximação com os pontos em comum

Merece ser frisada a iniciativa de Moscovici a partir das críticas à psicologia individualizante anglo-saxônica, e a inserção da questão da intersubjetividade como fator fundamental da construção social, ignorando a realidade como soma de subjetividades. O estudioso parte das representações coletivas de Durkheim incluindo processos que atualizam sua realização numa sociedade complexa, mas não afirma que sua teoria só se aplicaria às realidades atuais. As representações coletivas segundo Moscovici abarcariam sim, apenas as sociedades menos complexas, mas quanto às representações sociais, não há afirmação de que estas só se aplicariam às leituras da atualidade. Se sua teoria fosse desenvolvida em qualquer contexto histórico, as contribuições ao entendimento da construção do conhecimento, naquela sociedade, com certeza seriam ampliadas, enriquecendo o arcabouço de conhecimento hoje disponível.

A Teoria das Representações Sociais foi também questionada ao buscar cunhar o termo “representação” para um contexto no qual o fenômeno é tido como um híbrido entre objetividade e subjetividade. Jahoda e Ibañez, citados em SPINK (1996, p. 178), acusam Moscovici de ter ampliado em excesso a abrangência de sua teoria, levando à falta de uma precisão teórica necessária. Eles insistem na questão da originalidade de cada conhecimento que se encontra desvinculado de quaisquer representações. Ibañez, citado em SPINK, 1996, comenta:

Quando elaboramos um conhecimento não estamos representando algo que estaria lá fora na realidade, como tampouco estamos traduzindo estes objetos exteriores em enunciados, estamos construindo, de par em par, um objeto original que não traduz e que não representa nenhum troço (*trozo*) de realidade com a qual estaria em correspondência (SPINK, 1996, p. 181).

A crítica incisiva de Ibañez, da qual Spink corrobora em seu texto, parte do pressuposto de que toda a realidade em si é inédita e não está ligada às representações. Tal crítica, por sua vez, evoca nos autores a clássica noção de representação como cópia ou reprodução da realidade, sendo o perigo da ideologia o fator que impede a existência de ligações representacionais.

Moscovici ao tratar a representação como um fenômeno de construção do conhecimento da realidade, objetiva ampliar a compreensão do mundo e não delimitar e mapear comportamentos sociais. A representação funciona como elo de ligação entre a história de cada sujeito, da diversidade com as quais se configura o mundo e a possibilidade da comunicação, neste universo tão diverso. Se as representações não

das imagens mentais construídas pelas temáticas sociais presentes em nossas vivências. Não abordamos a realidade enquanto *objetos*, mas enquanto *objetos inter-relacionados diante das nossas intenções*. A abordagem temática é que produz os discursos que trazem as representações enquanto sociais e ideológicas, pois contém princípios e idéias de outros discursos precedentes que se inter-relacionam no contato intersubjetivo, efetivando-se em novas representações. A partir desta tematização em comunicação, torna-se possível uma abordagem e estudo mais amplo das representações sociais, do entendimento de seu núcleo central e seus elementos periféricos. Essa importância da *themata* é justificada por Moscovici ao defender que:

Devemos levar em consideração que os processos de tematização objetivam, em todo discurso, a estabilização dos sentidos na forma de relações características do tema (adjetivos), induzindo imagens de situações ou maneiras de ser das coisas e do mundo. São processos, em síntese, que associam constantemente nosso conhecimento comum com nosso conhecimento discursivo e o construto de nossas maneiras de ancoragem cognitiva e cultural (MOSCOVICI, 2004, p. 228).

Essa forma de conceber o estudo tematicamente e em relação com o *outro* retoma a discussão sobre a questão entre a generalização enquanto rigidez do trabalho social e a descrição das particularidades. O aparato oculto dos aspectos cognitivos e culturais contidos nas representações não se apresentam com clareza, uma vez que se encontram imbricados nas representações e às vezes enraizadas em demasia na memória do coletivo social. Diante destes obstáculos, porém, é que a sugestão de Márcio de Oliveira se torna pertinente autenticando a necessidade da *themata*. Seu convite é para “*que a reflexão de Moscovici seja um convite para retomarmos o prazer sociológico de olhar o todo sob o abrigo da milenar paciência da construção do detalhe*” (OLIVEIRA, 2004, p. 185).

A utilização dos conceitos de ancoragem e objetivação, e suas relações com a *themata*, aparentemente como conceitos rígidos e consensuais, acabaram expondo Moscovici à críticas, dentre as quais à dimensão dada por ele à concepção de representação social. Segundo Mary Jane Spink, Moscovici apresenta as representações sociais ora como fenômeno moderno, que se encontra enraizado na complexidade do mundo atual, sendo uma demanda destas mudanças, ora como conhecimento que permeia toda a história da humanidade (SPINK, 1991, p. 6). Estas críticas trazem em seu cerne a tentativa de situarem a Teoria das Representações Sociais como uma teoria contraditória, fora de um contexto de demanda teórica, anunciando Moscovici como um teórico fugaz.

Juntamente com o processo da ancoragem situa-se o de **objetivação**, por sua característica em tornar real o que não era explicável. Quando se fala em explicar um fenômeno, ao convertê-lo parte da existência em comum, é preciso atentar para os diversos níveis de absorção de uma realidade. A objetivação vai além de se tomar como representação apenas a realidade enquanto um conjunto de coisas concretizadas, sua característica, segundo Moscovici, é a de permitir a existência de uma infinidade de graduações que se deslocam da ilusão total à realidade total (MOSCOVICI, 2003, p. 71). Com isso, abre-se o horizonte da necessidade de recuperar as discussões sobre ideologia, comunicação e semiótica, que clarearão e permitirão que a plasticidade do “conceito” se faça presente. Na verdade, a objetivação traz como fundamento a riqueza da transferência para o nível da observação do que era apenas dedução ou abstração (GODOI, 2000, p. 62).

Face aos processos de **objetivação** e o de **ancoragem**, cujas manifestações favorecem a familiarização do fenômeno concernente ao intersubjetivo, é meritório resgatar o conceito geral de representação que estará sempre ligado à necessidade do homem em possuir a realidade numa maior escala possível, mesmo no distanciamento e na diversidade. O conjunto de conhecimentos, que se ampliam a cada momento na sociedade, tornam o conceito de representação cada vez mais ambíguo e perigoso.

Este universo de conhecimentos que circulam intersubjetivamente e que são construídos neste *ir-ao-mundo*, chama a atenção de Moscovici a partir do momento em que se pretende estudá-los enquanto representações sociais. Neste debate, o autor insere um conceito como balizador da seleção do que é pertinente ou não nestes estudos, denominado por ele de *themata*.

Para Moscovici, o estudo das representações sociais demanda um olhar que caminhe em direção ao entendimento das temáticas ali presentes, evitando com isso o tratamento equivocado, descontextualizado e puramente ideológico da questão. A *themata* traz em seu cerne além do conjunto de conhecimentos construídos e autenticados na intersubjetividade pela ancoragem e objetivação, a contextualização referente ao entendimento das intencionalidades das identidades *ali-presentes* que amplia o potencial de alcance das estratégias ideológicas. Conforme afirma Moscovici, “*a noção de tema indica que a possibilidade efetiva de sentido vai sempre além daquilo que foi concretizado pelos indivíduos, ou realizado pelas instituições*” (MOSCOVICI, 2003, p. 224).

A idéia de *themata* não é apontada unicamente como mais um conceito para se compreender as representações sociais. O caminho para seu entendimento é justamente o inverso, as nossas relevâncias em direção às nossas ações no mundo se concretizam a partir

aqueles fatores não consensuais, que pelo “estranhamento”, deram o impulso necessário para se detonar o processo da construção da representação (MOSCOVICI, 2003, p. 58-61).

Moscovici apresenta alguns processos como constituintes do fazer representacional entre os sujeitos na sociedade. Dentre esses processos ressaltam-se dois essenciais para entendermos como este “estranhamento” pode se transformar em seguida em algo comum, sem ser simplesmente consensual, a **ancoragem** e a **objetivação**.

A **ancoragem** consiste no “*processo que transforma algo estranho e perturbador, que nos intriga, em nosso sistema particular de categorias*” (MOSCOVICI, 2003, p. 61). Ela pressupõe a codificação e classificação de fenômenos que nos são estranhos, possibilitando concomitantemente nos portar diante deles em relação ao *outro*. A partir da ancoragem, a representação dos fenômenos vai se formando na relação intersubjetiva, carregando consigo ao mesmo tempo a carga subjetiva daquele que a tornou familiar bem como daquele que a compartilhará com similar familiaridade. O compartilhar simbólico, não necessariamente trará o consenso como regra, mas poderá incitar uma ligação entre significados, garantindo um certo “controle” sobre sua concepção para com a do *outro* e vice-versa.

Quando as representações são tecidas no universo social, toda a bagagem intersubjetiva aí presente surge do trânsito de conhecimentos que circulam pela possibilidade da ancoragem. Se a possibilidade de ampliação do universo intersubjetivo se limitasse à exclusividade de conhecimentos subjetivos, as representações não fariam sentido. Elas inexistiriam num contexto de construção social, e estariam condenadas as relações exclusivamente imediatas e desligadas, figurando num panorama semelhante ao instintivo. Para se proceder a tal familiarização, Cláudia Godoi aponta:

Quando um objeto que “vem de fora” penetra em nosso campo de atenção, esse desequilíbrio aumenta. Para diminuir a tensão e desequilíbrio, o conteúdo estranho necessita desviar-se para o interior de um conteúdo corrente, para que aquilo que está fora do nosso universo penetre no seu interior (GODOI, 2000, p. 59).

Com relação à ancoragem, a familiarização com o conhecimento do *outro* que se torna presente ao sujeito, não se mostra assimilável como um objeto concreto já presente à mão simplesmente. Tal conhecimento chega carregado por referências ideológicas e se familiariza deslizando num pré conjunto em comum construído com este *outro*. Da mesma forma, ao ser criada uma representação em comum, esta já se traduz em uma nova representação, com um texto modificado, pois já foi reconstituída e retocada.

Observadas tais características, as reflexões, a seguir, sobre a construção das Representações Sociais, partirá da intersubjetividade, de modo a entendermos como esta teoria pode contribuir para releituras de categorias espaciais.

2.4 – As representações sociais a partir da intersubjetividade

Deslizar sobre o entendimento da subjetividade e da intersubjetividade e trabalhar a partir destes processos para se debruçar sobre questões sociais, nos confiam a paradigmas que de forma alguma podem engessar a realidade ou que a tomem unicamente como um conjunto estrutural e linear. Neste contexto geral, as representações que se formam historicamente devem de imediato evocar toda a plasticidade que a realidade possui, sendo auto-alienante a tentativa de fazer do seu uso a construção de modelos ou estruturas.

Partindo deste universo de idéias e de um contexto específico da Psicologia Social de meados do século XX, Serge Moscovici vai operacionalizando suas proposições acerca da construção e uso das representações pela sociedade, tentando um trânsito bilateral entre a subjetividade (Psicologia) e a sociedade (Sociologia), construindo sua Teoria das Representações Sociais. Nestas incursões, Serge Moscovici acaba esbarrando nas arestas da ortodoxia científica culminando na necessidade de uma certa “emancipação” científica, fazendo-o um teórico de relativo caráter transdisciplinar.

As Representações Sociais inicialmente, então, passam a figurar o universo de questionamentos deste teórico e a partir daí implicam no entendimento da intersubjetividade. Em primeiro lugar, destaca-se que as Representações Sociais são fenômenos e não conceitos (MOSCOVICI, 2003, p. 45). Tal afirmativa modifica quaisquer tentativas de solidificar a realidade e direcionam o convite a um encontro com a realidade dos fenômenos sociais em sua manifestação social e histórica.

Apesar da nova concepção sobre as representações romperem com os modelos anteriores, principalmente o de Durkheim, o peso do termo “representações” trouxe a Moscovici severas críticas mais à frente mencionadas e quando possível (re)questionadas, apontando os limites e os avanços de sua contribuição para se pensar a intersubjetividade.

Um caminho primordial à compreensão da intersubjetividade, pela Teoria das Representações Sociais, é ir de encontro às questões que motivaram a manifestação de um determinado fenômeno representacional. Estas, no entanto, correspondem justamente a

Este processo nos faz refletir sobre como têm sido feitas as pesquisas nas ciências sociais. O social deve ser reduzido a um dado geral ou simplesmente um percurso único a ser desvendado para partir deste único grande feixe sem considerar sua construção? A teoria das representações sociais se desloca pelos bastidores tentando antes trabalhar com a construção desta realidade social considerando um conjunto maior de fatores, indo do psíquico, passando pela intersubjetividade para chegar ao social.

Sandra Jovchelovitch (1998b) insiste na questão do perigo no cotidiano de se confundir objeto com sua representação. Para identificá-lo, ela usa os exemplos da questão do negro e da mulher no Brasil, que possuem uma história construída por representações de violência e um conjunto de exclusões. Para evitar a confusão e a fusão entre representação e objeto a autora defende que:

Precisamos manter a distinção entre a representação e o objeto, porque é na pluralidade dos processos representacionais que reside a possibilidade de manter o objeto aberto para as tentativas constantes de (re) significação que lhe são dirigidas (JOVCHELOVITCH, 1998b, p. 78).

Portanto, é clara a necessidade de uma abertura para se re-significar, através da intersubjetividade, a fim de evitar o risco de solidificarmos relações preconceituosas e excludentes. A significação e a re-significação devem ser entendidas dentro do contexto histórico. O “entre” a vida aparece a todo o momento, nos autores que discutem a alteridade na Teoria das Representações Sociais, de modo a esclarecer e sublinhar a necessidade da atenção do processo histórico como fundamento deste ir e vir do sujeito-objeto-sujeito.

No processo de identificação, ao se definir o “*outro*” como um alguém de quem se deve aproximar ou afastar é, de certa forma, tomar a alteridade como algo já constituído e acabado. Neste tipo de representação, basta aos sujeitos o recurso à alternativa simples de assumir o *outro* como um espelho ou negá-lo. As operações possíveis se referem à aceitação, à recusa ou à assimilação de elementos que constituem positivamente ou negativamente aqueles com os quais dialogamos. Mas deve-se ter o cuidado de não se exigir do sujeito a vivência da sua identidade, como se ela fosse passível de ser integralizada cognitivamente por ele.

Diante da necessidade de consideração da alteridade na formação da identidade e da construção de representações sociais “éticas” e “justas”, é preciso atentar para estes elementos na leitura da realidade e na consolidação de trabalhos empíricos e teóricos.

cena, como via de acesso à intersubjetividade, bem como negação, através do reconhecimento da representação como existência contida entre as partes e “pronta” a re-significação.

A partir da descentração e da construção da alteridade, a formação das identidades se tornam possíveis e vão transformando as representações comuns baseadas nas crenças, que deixam pouco espaço para variações, em representações comuns baseadas no conhecimento, que se abrem às experiências e às faculdades críticas dos indivíduos envolvidos (DUVEEN, 1998, p. 99-100). A respeito da relação entre alteridade e identidade, Gerard Duveen afirma:

A identidade, então, não é uma coisa, como uma atitude ou crença determinadas, mas a força ou poder que liga uma pessoa ou grupo a uma atitude ou crença; numa palavra, a uma representação. A identidade é uma luta pelo reconhecimento, e a alteridade é construída no decorrer dessa luta. A identidade, então, é antes de mais nada separação e diferenciação do outro, portanto, a íntima relação entre o eu e a identidade, ambos são construções da diferença (DUVEEN, 1998, p. 98-99).

Nesta passagem elucida-se como a identidade se imbrica às relações intersubjetivas, pois só se constitui neste processo. A compreensão da identidade, construída pela alteridade a partir das relações, nos conduz novamente à necessidade intrínseca do *outro* neste esquema, nesta incompletude, um imergir no mundo com os *outros* tentando assim captar os seus sentidos. Quando este processo se completa, todo o ambiente para a consolidação das representações sociais se apresenta. A *re-presentação* se torna então possível, ao se iniciar a criação dos símbolos que, embora “retratam” os objetos, não o são na realidade. Estes símbolos nos objetos não podem ser vistos ignorando os sujeitos, uma vez que oferecem “vida” a estes significados e levam à tona a autenticação da representação. Subjetividade e objetividade se entrelaçam neste momento, ao mesmo tempo em que o sujeito caminha para imprimir sua construção de símbolos, se envolvendo na pluralidade de seres singulares.

Denys Cuche (2002), ao trabalhar a questão das identidades, destaca o contexto multidimensional que elas vêm assumindo, no qual vários elementos se intercalam e se manifestam a partir do vivido pelo grupo. Para isso, ele conclui que diversas estratégias são ancoradas pelas identidades, de modo a manter sua estabilidade diante da complexidade das relações intersubjetivas às quais estão sendo confrontadas na contemporaneidade e diante dos diversos grupos presentes (CUCHE, 2002, p. 192-199).

Os conceitos de “Ética” e “Justiça” foram agregados à discussão por Pedrinho Guareschi, que indica o caminho da prática apoiada nestes como orientação em direção a alteridade. Ele destaca o vínculo da Teoria das Representações Sociais à questão da alteridade, à medida que as críticas ao totalitarismo e a preocupação em não se fundir os objetos na própria representação se apresentam como constituintes desta teoria.

A intersubjetividade, via alteridade, depende da conquista de uma relação possível entre os sujeitos e, por meio da comunicação, de uma objetivação de significados que se tornam representações. Estas, porém, não serão jamais neutras e estáticas, pois trazem identidades, interesses e lugares sociais em seu fazer, e aí, que reside a importância e a pertinência do estudo das representações sociais, que busca a prevenção do totalitarismo de interpretações bem como, a exaustão do objeto com uma versão única (JOVCHELOVITCH, 1998b, p.70).

A forma como o totalitarismo aparece na sociedade associada à utilização da diferença como fator de dominação é salientada por Denise Jodelet (1998). Suas observações não defendem a construção de uma sociedade sem diferenças, como se a homogeneidade fosse possível. O percurso a se considerar nas práticas deve ser a incessante busca dos teóricos a supressão do conceito de diferença da relação domínio-submissão. O discurso “auto-referencial” que se denomina superior, ou o de “hetero-referencial”, no qual o *outro* é concebido como inferior, impossibilita que a ordem simbólica seja compartilhada, negando a intersubjetividade. Para Jodelet, “*colocar em perspectiva as relações com o outro, a pertença social e a sua tradução nas manifestações concretas da vida e da produção social abre caminho para a aproximação à alteridade radical*” (JODELET, 1998, p. 58).

A visão totalitária desconsidera o mundo tal como ele se apresenta, pois ignora sua constituição relacional e histórica. A tentativa em desprezar as subjetividades só ofusca a compreensão do mundo, detonando um processo alienador e circulante em torno de uma única idéia. O próprio Piaget (1968)¹⁵, ao trabalhar com a construção do conhecimento, aponta a descentração como a única forma possível para ampliar a visão de mundo. Essa descentração implica no processo do homem enxergá-lo como o outro, como objeto para si mesmo, que propicia identificar e construir novos significados através do compartilhar dos símbolos. Tal exercício, porém, nem sempre ocorre, pois envolve múltiplos valores que demandam o desenvolvimento da alteridade do grupo. A comunicação então entra em

¹⁵ PIAGET, J. (1968) The construction of reality in the child. Londres, Routledge and Kegan Paul. Citado em JOVCHELOVITCH (1998, p. 69-71)

como fundamento para construção da realidade e do fazer representativo. Sem a alteridade os conflitos e a ideologia se posicionarão à frente, impedindo a emersão dos sentimentos de pertença e de grupo. A estrutura simbólica compartilhada só poderá ser construída pela via da alteridade. Sendo assim, antes de refletir sobre a construção das representações sociais, é preciso percorrer as concepções de alteridade presentes nos estudiosos da Teoria das Representações Sociais, bem como no próprio Moscovici.

2.3 – O papel da alteridade na construção da intersubjetividade

Os constituintes do processo de elaboração das representações sociais implicam numa visão de ser humano que faz perguntas e busca respostas o tempo todo. Como anteriormente citado, a comunicação é fundamento imprescindível para este fazer social na construção de representações. A alteridade se apresenta essencial no reconhecer o *outro*, na elaboração e na circulação do conhecimento, e na construção a partir das possibilidades de significação. A alteridade, como processo vinculado a intersubjetividade, propicia a construção das representações através de um saber livre do presente imediato, aberto às possibilidades de re-significação e re-construção da realidade representada (JOVCHELOVITCH, 1998b, p. 69-82).

A alteridade como elemento fundamental corresponde a aceitar uma visão multirreferenciada, na qual tempo e espaço estão em constante interação no processo de construção *eu/outro*. Entender o *outro* nesta maneira original não é como alguém que está fora de mim, que me é estranho, mas como alguém que me constitui, que contribui para o processo de construção de um *eu* que não me pertence integralmente e que somente existe a partir do olhar do *outro*. É o estabelecimento de um diálogo no qual o *eu* se vê na imagem que constrói do *outro*.

Pedrinho Guareschi (1998) faz uma análise crítica da realidade e traz a alteridade como elemento de concepção e relação com o *outro*, apreciando as posturas que criticam a negação de sua presença. Para ele:

Na totalidade fechada há a a-versão ao outro; o homem perfeito é o que tem- mais. Na alteridade dá-se a con-versão ao outro; o homem perfeito é o que é-mais. Um põe seu triunfo no possuir, e a propriedade é sua mediação; o outro põe sua realização no serviço, e a justiça é o seu modo de ser (GUARESCHI, 1998, p. 155).

As mudanças que ocorrem nas representações, nesta dinâmica descrita, de forma alguma podem se voltar à anulação das representações. A capacidade e necessidade do homem em “representar” correspondem a um dos mecanismos, talvez o principal, de manutenção das subjetividades enquanto presenças no mundo. A relação intersubjetiva que daí nasce é a própria garantia das existências subjetivas que aí se fundem, “*não pode esgotar-se, posto que se acha no próprio seio do que nos faz homens*” (ASSUMPÇÃO, 1974, p. 24).

Em seu trabalho intitulado “Intersubjetividade”, Maria Luiza Assumpção parte do princípio de que a intersubjetividade já é condição obrigatória para a leitura da realidade, pois é seu próprio constituinte. A intersubjetividade, porém, não se dá pela soma das subjetividades, ela se caracteriza aqui, da mesma forma que na Teoria das Representações Sociais, como relação entre as subjetividades a partir da abertura do imaginário do indivíduo com o simbólico do grupo. Esta inter-relação que se engendra, a todo o momento, se caracteriza por uma espécie de fusão, na qual cada um dos sujeitos se torna presente aos *outros*, disponibilizando toda estrutura subjetiva de cada um (ASSUMPÇÃO, 1974, P. 24-38).

Assim como a relação intersubjetiva se subscreve à realidade, a ordem simbólica também está inserida como imediata na relação entre os seres. Segundo Assumpção:

No objeto o indivíduo se encontra em termos de relações. Ele é o “pivot” que dará margem, que dará oportunidade para que surjam as relações que ele traz submersas dentro dele, a um nível de simbolismo relacional implícito à estrutura de cada sujeito (ASSUMPÇÃO, 1974, p. 44).

Compreender o simbolismo relacional, como implícito aos sujeitos, significa assumir o fazer existencial da própria subjetividade enquanto tal, carregada pela intersubjetividade. A primeira é condicionada pela segunda e na fusão delas cada uma se aparece e se constrói. O eu se torna tu no discurso alheio e vice-versa, mediadas sempre pelos espaços de significação construídos.

Na construção da intersubjetividade, um outro elemento a ser considerado é a alteridade. A Teoria das Representações Sociais, ao evitar a definição de esquemas representativos para classificar diferentes realidades, via generalização das subjetividades em pretensas classes coletivas, coloca como questões a serem desenvolvidas: a valorização da subjetividade e com ela a abertura às redefinições nas representações de acordo com a dinâmica da vida. É assim que na confecção da intersubjetividade a alteridade aparece

complexidade se assentariam na dinâmica dos micro-poderes e suas circulações (EAGLETON, 1997, p. 38-40).

Todas estas definições de Eagleton caracterizam facetas do quão dinâmicas são as estratégias ideológicas e como elas podem e estão presentes nos discursos e nas representações sociais, demandando todo um destaque no posicionamento do olhar sobre a realidade. Deve-se então, aprofundar a concepção de intersubjetividade focando o encontro das subjetividades dos fatores e constituintes deste processo. A comunicação aparece como ser fundamental, imprescindível e detonador. Ela exigirá dos símbolos, o poder de chegar até o *outro* e com ele estabelecer um horizonte comum de experiências, possibilitando um “caminhar” conjunto. Essa comunicação, requisito interno da subjetividade, se torna elemento definitivo no universo de alternativas que se abrem entre nós. Segundo Sandra Jovchelovitch, “*se nós fôssemos todos idênticos não haveria a necessidade de comunicação ou da ação sobre o que nunca varia; se nós não tivéssemos nada em comum a fala perderia seu próprio fundamento e a ação não justificaria a si mesma*” (JOVCHELOVITCH, 1995, p. 67).

A importância delegada à comunicação, por Jovchelovitch, ressalta deste relacionamento de subjetividades, uma dialética. Ao mesmo tempo em que ela afirma a impossibilidade da igualdade entre os sujeitos, ela destaca que o *outro* garante essa individualidade no mundo existencial pelo elo entre eles, asseverando-se dos elementos de comunicação em comum. As redes de significados, tecidas com o *outro*, vão se organizando pelas convergências simbólicas que as unem, e a partir daí se abrem a uma gama de oportunidades que resultarão em construções simbólicas novas, em divergências e conflitos e até mesmo na manutenção de um conjunto de simbologias como que institucionalizadas. Toda essa construção, que por estes momentos de encontros de subjetividades são inauguradas, deixa rastros naquilo que passa a “representar” para eles em comum. Essa “*capacidade de evocar presença apesar da ausência*” (JOVCHELOVITCH, 1995, p. 74), conceito chave para iniciar o entendimento da relação entre a subjetividade e a intersubjetividade, torna mais freqüente sua presença no cotidiano. A representação e sua trajetória, via comunicação, promove um duelo constante entre a institucionalização e sua cristalização, caracterizada pela formação simbólica e pela fugacidade do confronto das representações subjetivas. Quando essas se tornam práticas, acabam por reunir interesses diferenciados e concepções pessoais sobre cada um desses elementos em comum.

A ideologia, de acordo com Guareschi, é normalmente algo que orienta as relações de poder e as transformam em sentido de privilegiar a dominação, apesar de ser também pautada como fator positivo, em toda a relação intersubjetiva, uma vez que os sujeitos sempre se posicionam em sua comunicação. Sua manifestação pode ocorrer nos discursos explícitos ou nas ações intersubjetivas, freqüentemente determinadas pelos processos de objetivação por rotulação, estigmatização, estereotipização e sacralização. Cada um destes processos detém em seu cerne a tentativa de cristalizar simbolicamente os poderes presentes nos discursos. A grande armadilha da ideologia, e do grupo que a veicula, está na busca da maximização de sua presença, dissimulando a ambigüidade e a dominação, fazendo do distorcido o desejável e, até mesmo, o inevitável. Nestas circunstâncias, a ideologia no sentido negativo supera suas características positivas, como direção ativa na relação, pertencente ao direcionamento dos sujeitos entre si, e precisa ser destacada, de modo que sua existência se torne ponto de discussão entre os atores envolvidos.

O discurso acerca das estratégias ideológicas nos remete à reflexão sobre seu caráter muitas vezes dissimulado, como se fosse uma “auto proteção”. Encontramos no senso-comum uma diversidade de definições para o conceito de ideologia e em sua maioria, o que fica claro é sua denominação como “aquilo que é irreal” ou “aquilo que é falso”. Sua complexidade, porém, demanda um aprofundamento cada vez maior de análise sobre seu conceito e ação, de forma a possibilitar um encontro mais rico com a teoria das representações sociais.

Terry Eagleton (1997) apresenta um conjunto de características que ele destaca como pertencentes à ideologia que, considerados na leitura espacial, possibilitam um “olhar” mais apurado dos fenômenos sociais. Para ele, a ideologia pode ser definida de, pelo menos, seis maneiras diferentes. A primeira refere-se à ideologia enquanto crenças e valores, sendo mais direcionada ao aspecto cultural de uma comunidade. A segunda se refere às idéias e crenças como um “arcabouço base” de uma “visão de mundo” para um grupo menos ligado ao contexto político e conflitivo. A terceira definição concebe a ideologia enquanto campo discursivo de auto promoção e traz consigo a carga conflitiva e política peculiar a estas “orientações das ações”. A quarta definição declara a ideologia como uma busca de cumplicidade através de orientações discursivas à manutenção da subordinação. A quinta expõe a ideologia como idéias e crenças de uma classe dominante por meio de distorções e dissimulações. Finalmente, como sexta proposta, tem-se a idéia de ideologia também como conjunto de crenças, mas de forma estrutural, cuja diversidade e

Em Moscovici, o termo “representações” passa a ter um movimento interno à dinâmica das próprias relações que as constroem. O movimento das subjetividades entre si, mesmo como um fenômeno de conflitos, propicia o nascimento, morte e novos nascimentos de representações. Essa diferença temporal e relacionada às subjetividades singulariza a teoria de Moscovici face às demais teorias sobre essa temática (MOSCOVICI, 2003, p. 41). Como menciona o próprio Moscovici, “*as representações sociais se apresentam como uma “rede” de idéias, metáforas e imagens, mais ou menos interligadas livremente e, por isso, mais móveis e fluidas que as teorias*” (MOSCOVICI, 2003, p. 210).

A questão da ideologia, presente no fenômeno das representações sociais, nos remete aos questionamentos sobre a necessidade e dificuldade que ela nos imputa ao lidarmos diretamente com a realidade social e o seu fazer. Suas características volátil e oculta no imediato perceptivo e no fazer intersubjetivo transformam diversas análises da realidade em possíveis instrumentos de sua manutenção. Com estas peculiaridades é preciso identificar a partir de qual forma podemos abordar os fenômenos a fim de um desvelar ideológico, de modo a, pelo menos, termos a consciência de sua presença.

Pedrinho Guareschi sugere uma constante “vigilância” em relação ao nosso olhar sobre as questões sociais, tendo em conta a ideologia como um “terreno minado” na realidade. A ideologia como instrumento de manutenção das relações sociais de dominação só pode ser desvelada a partir do contexto sócio-histórico, ficando a análise pura e exclusiva dos fenômenos, impotente e insuficiente para resolvê-la (GUARESCHI, 1996, p. 87). As relações de dominação não podem ser tomadas única e exclusivamente como relações de poder instituídas pelo modo de produção presente. O conceito de poder em si não justifica o de dominação, uma vez que quaisquer manifestações subjetivas se encontram imbuídas de poder como força motriz de ação no mundo. A questão do poder, como forma de alienação é o direcionamento que este toma em relação ao *outro*. Pedrinho Guareschi esclarece:

Essa nova concepção de ideologia afasta nossa atenção de idéias abstratas de doutrinas filosóficas e teóricas, concentrando, em vez disso, nossa atenção nas maneiras como “as formas simbólicas são usadas e transformadas em contextos sociais específicos”. É uma concepção que nos obriga a examinar as maneiras como as relações sociais são criadas e sustentadas por formas simbólicas que circulam na vida social, aprisionando as pessoas e orientando-as para certas direções (GUARESCHI, 1996, p. 87).

a organização totalitária orienta as ações e o posicionamento dos envolvidos na coletividade. A última visão, com a qual corrobora a Teoria das Representações Sociais é a de ser humano enquanto sujeito “relacional”. O sujeito pode ser considerado enquanto *“uma unidade, mas ao mesmo tempo não pode “ser” em completude sem “os outros”;* para *“ser” ele necessita intrinsecamente dos outros*” (GUARESCHI, 1998, p. 152-153).

As colocações de Guareschi, sobre o que a Teoria das Representações Sociais concebe como subjetividade, permitem melhor compreender que a intersubjetividade de forma alguma se apresentará enquanto soma de subjetividades ou seu ocultamento. A intersubjetividade só se dará enquanto relação entre subjetividades que constroem, pela comunicação, representações simbólicas, favorecendo o fazer e o refazer social numa dinâmica constante. Esta concepção de construção intersubjetiva não ignora as práticas estabelecidas na realidade por outras concepções de ser humano, mas busca “maximizar” as potencialidades dos sujeitos neste processo.

Outro aspecto essencial se refere à questão da ideologia sobre a qual Bader Sawaia chama a atenção. A ideologia encontra-se cada vez mais presente nas práticas de construção social, ao mesmo tempo em que sua discussão teórica tende a ser vista como ultrapassada *“num momento histórico em que o paradigma do trabalho e da produção, no qual foi construído, não explica todas as relações sociais e os conflitos”* (SAWAIA, 1993, p. 79). A autora tenta resgatar, em Moscovici e na Teoria das Representações Sociais, os momentos aos quais ele se voltou a este fenômeno que continua colado às diversas concepções de ser humano presente nas leituras e práticas sociais:

O encontro entre representação e ideologia é um processo desfeticizador de mão dupla, que transforma o estudo da produção do conhecimento em veículo de crítica à dominação, no plano do sujeito individual. Ambos, em relação, abrem caminho para novos conceitos capazes de desvendar a trama do processo pelo qual o conformismo e a resistência são gerados e consolidados no plano individual (SAWAIA, 1993, p. 80).

O texto de Bader Sawaia apresenta essa discussão em Moscovici, de modo a antecipar respostas às críticas a esta teoria enquanto estudo das representações como um conceito já utilizado por outros autores, como Durkheim (1970), que traz consigo a tendência em se colar os sujeitos às próprias representações criadas, podendo resultar em preconceitos ou deduções equivocados. A totalidade e a generalização durkheimiana dão margem a uma rotulação da realidade pela transposição de esquemas postos sobre a realidade tal como se apresenta no mundo vivido.

2.2 – Da subjetividade à construção da intersubjetividade

Aprender o processo de construção social pela intersubjetividade, tal como é concebido por Serge Moscovici, nos remete a pensar como a subjetividade é entendida enquanto elemento que se inter-relaciona, possibilitando a dinâmica deste fazer social. A subjetividade em Serge Moscovici se organiza a partir da concepção de mente influenciada por condicionantes culturais, lingüísticos e representacionais, impostos e inerentes à sociedade presente no sujeito. Eles trazem uma bagagem de preconceitos e convenções a serem superados a partir do seu reconhecimento, nas representações que aparecem como solidificadas nos objetos (MOSCOVICI, 2003. p. 33-34). A defesa dessas idéias reflete o grau de intervenção desejado pelo teórico nas práticas sociais, trazendo consigo críticas a visão de mundo que permanentemente vem sendo construída e até mesmo reproduzida nas seguidas gerações.

Ao debater com os cognitivistas ou *behavioristas*, Moscovici visa mostrar-lhes que a manutenção das representações sociais como conceito e prática unilateral faz com que as possibilidades de estar em relação com o mundo, por uma dinamização da intersubjetividade, se tornam ofuscadas e até mesmo alienadas na construção social da realidade. Assim, uma nova concepção de ser humano ultrapassa a proposta de criação de subjetividades e se abre ao olhar das potencialidades daquele, ampliando a noção de mundo através do que ele concebe como intersubjetividade. Segundo Moscovici, ao estudarmos as representações sociais:

(...) nós estudamos o ser humano enquanto ele faz perguntas e procura respostas, ou pensa e não enquanto ele processa informação, ou se comporta. Mais precisamente, enquanto seu objetivo não é comportar-se, mas compreender (MOSCOVICI, 2003, p. 43).

Retrata-se aqui uma insatisfação face à concepção de mundo como conjunto de objetos e principalmente, do ser humano enquanto conjunto de sensores condicionados a esses fixos simbólicos. Como exemplo, algumas visões clássicas de ser humano foram elencadas por Pedrinho Guareschi (1998), estudioso de Moscovici, ao trabalhar a subjetividade na concepção da Teoria das Representações Sociais. A primeira visão de ser humano individualista e neoliberal tem reduzido os sujeitos a “indivíduos”, quase sempre isolados e únicos responsáveis pelos seus sucessos ou fracassos. A segunda visão já faz o caminho contrário, ao considerar os sujeitos somente enquanto partes de um todo, no qual

destacadas para se entender toda sua importância em estudos de diversas áreas do conhecimento. A primeira função das representações sociais refere-se à ampliação do conhecimento da realidade, na ação intersubjetiva, através da troca comunicativa de saber “senso-comum” e sua reapropriação. A segunda função diz respeito à função identitária em que os sujeitos se interagem permitindo a manutenção da especificidade do grupo em inter-relação. Outra função é a de orientação, na qual o conjunto de comportamentos e práticas se materializam, podendo aí ser verificadas a postura e a posição ideológica favorecendo, por seu conhecimento, uma intervenção relativista da questão. Por fim, é uma função também o caráter justificador das tomadas de decisões dos grupos em relações aos outros, sendo de certa forma, também, uma ação de orientação para a prática (ABRIC, 1998, p. 28-30).

Apoiado nestas características, Abric elucida elementos da formação e reapropriação das representações sociais tanto nos sujeitos enquanto pertencentes aos grupos, como agentes ativos neste compartilhar de significados, como neles em relação intersubjetiva cotidiana. Para propor esta plasticidade das representações sociais, ele apresenta o esquema da relação “núcleo central” e “elementos periféricos” como forma de associar a relação entre a estática e a dinâmica das representações. O “núcleo central” abarcaria o caráter estável, como se fosse a essência da representação, e os “elementos periféricos” as contradições e diferenciações em função do vivido (ABRIC, 1998, p. 30-33).

Com este esquema nos aproximamos de diversos conceitos suscitados pelo estudo da Teoria das Representações Sociais e de uma melhor forma de se entender sua organização conceitual. A ideologia, a diversidade, a complexidade, os conflitos estariam associados à rigidez dos “núcleos centrais”, que estabilizam grupos e impelem poder, ao mesmo tempo em que as tentativas de ressignificação orbitariam como “elementos periféricos”. O conceito de conflito, que se apresenta tão oposto ao de consenso, se encontra presente, dinamizando as representações sociais e seu estudo.

Para avançarmos na compreensão da dinâmica intersubjetiva destas relações é imprescindível aprofundarmos na questão do encontro entre a subjetividade e a intersubjetividade. Precisamos identificar o que se conserva aí e o que se agrega ao estar com o *outro* na construção da realidade tal qual ela se apresenta. Desta forma faremos um percurso por esta passagem para em seguida nos direcionarmos à passagem da intersubjetividade às relações sociais através das representações sociais.

Moscovici permite a afirmação de que é impossível fugirmos destes universos. Ao mesmo tempo em que temos a impressão de “aprisionamento” ao mundo, ele lança mão de um esquema de leitura da realidade que nos concebe como sujeitos definitivamente intersubjetivos. As estruturas por ele consideradas vão de encontro à concepção de homem como sujeito histórico e cultural, que impede o fechamento do mundo em esquemas explicativos. Essa aparente prisão na intersubjetividade do mundo se abre através da participação na re-significação do mundo com o *outro*. Ela favorece e demanda mudanças e transformações na construção de um “nosso”, que traz as subjetividades como constituintes, nunca como soma. É com a idéia passiva, individualista e baseada num mundo como estrutura mental, concebida pelo cognitivismo que Moscovici vem romper, defendendo a idéia ativa, intersubjetiva e fundamentada na idéia de mundo como estrutura de reflexão, histórica e cultural (LEME, 1993, p. 52).

Podemos dizer que Moscovici expõe sua teoria das representações sociais e concomitantemente nos apresenta as condições tais para sua emergência. Há uma inter-relação constante entre conhecimento e intersubjetividade, sendo o primeiro construído pela percepção cotidiana dos sujeitos, que se relacionam com um conjunto de representações objetivadas, que perpassam seu continente ideológico e suas formas de comunicação com este mundo. Moscovici tem em conta que:

(...) a exemplo da atividade perceptiva, a representação deve recuperar esse objeto ou essa entidade, e torná-los “tangíveis”. Do conceito, ela retém o poder de organizar, de unir e de filtrar o que vai ser reintroduzido e reapreendido no domínio sensorial. Da representação, ela conserva a aptidão para percorrer e registrar o inorganizado, o não-formado, o descontínuo. A variedade (MOSCOVICI, 1978, p. 58).

Esse contato entre objetividade e subjetividade nas representações sociais acaba fazendo deste conceito e também de seu estudo, um campo áspero e de difícil assimilação. Esse caráter dinâmico das representações sociais se apresenta muitas vezes como contraditório e/ou incompatível se o conceito de representação for tomado como algo rígido, que se cristaliza e se manifesta mais pelo significado em um significante. É importante salientar que a representação é um guia de ação que orienta as relações sociais. Sua reapropriação pelo sujeito, na sua ação intersubjetiva, passando pelas estruturas cognitiva, avaliativa, afetiva e simbólica remetem ao sentido pensado por Moscovici à riqueza de possibilidades que seu estudo contém (WAGNER, 1998, p. 3). Segundo Jean-Claude Abric existem quatro funções das representações sociais que merecem ser

consiste simplesmente em desdobrá-lo, repeti-lo ou reproduzi-lo; é reconstituí-lo, retocá-lo, modificar-lhe o texto” (MOSCOVICI, 1978, p. 58).

Tendo em conta este conceito de “representação” como a materialização da dinâmica do verbo “representar”, Moscovici embasa sua Teoria das Representações Sociais e a define como “fenômeno” e não “conceito” (DUVEEN, 2003, p. 10). Assim, procede-se a uma mudança substancial no que comumente entende-se por representação, além de algo estático que estampa algum significado e que está colado ao objeto. Moscovici, ao focar o descolamento entre o objeto e seu significado, deixa este último flutuando entre as relações intersubjetivas favorecendo a re-significação da realidade, que abrange a pluralidade de sujeitos, identidades¹⁴, interesses e lugares sociais, demandando assim um conhecimento cada vez maior dos processos intersubjetivos (JOVCHELOVICTH, 1999, p. 75-77).

Quando se trata de descolamento entre significado e objeto afirma-se que os significados não são o objeto, eles estão nos objetos por uma construção intersubjetiva, facilitadora da comunhão entre as partes envolvidas. A proposta de Moscovici, porém, não ignora práticas comuns de fusão entre significante e significado que terminam por convergirem para práticas segregacionistas e de rotulação. Considerando esta realidade, ele aponta a necessidade de se fazer o caminho inverso, inibindo precisamente essa realidade. Diante dessas representações diferenciadas, o próprio Moscovici indica dois tipos de universos:

Nos universos reificados, a sociedade se vê como um sistema com diferentes papéis e categorias, cujos ocupantes não são igualmente autorizados para representá-la e falar em seu nome. (...) Nos universos consensuais, a sociedade se vê como um grupo feito de indivíduos que são de igual valor e irredutíveis (MOSCOVICI, 1981, p. 186-187).

São nestes universos reificados ou consensuais que as representações sociais vão se dando e colocam os indivíduos em um mesmo patamar. Neste processo, elementos como a alteridade, a ancoragem, comunicação, que serão abordados mais adiante, se implicam construindo as relações que aí se tecem. Para a Teoria das Representações Sociais nem mesmo a negação é desconsiderada, pois para esta teoria ela também só se produz a partir de um mínimo de envolvimento entre as partes.

¹⁴ A definição da identidade não é tarefa fácil. Ela nos remete à idéia de que há uma unidade, mas, na verdade, a identidade é repleta de contradições que devem ser negociadas pelos indivíduos (WOODWARD, 2004: 14).

segundo ligado à linguagem (*langue*) enquanto um conjunto instituído por lingüistas profissionais. Robert Farr ao classificar as idéias de Saussure nos níveis individual, intermediário ou coletivo, relaciona “*parole*” ao que é intermediário e “*langue*” ao que é coletivo, assinalando a pouca ligação deste teórico às questões individuais (FARR, 1995, p. 42-44). Essas idéias influenciarão a valoração atribuída por Moscovici à questão da comunicação, enquanto instrumento de dinâmica na constituição e reconstituição das representações sociais. Elas também participarão até mesmo no entendimento da palavra, enquanto representação e sua dinâmica relacional enquanto representação social:

Um enorme estoque de palavras, que se referem a objetos específicos, está em circulação em toda a sociedade e nós estamos sob constante pressão para provê-los com sentidos concretos equivalentes. Desde que suponhamos que as palavras não falam sobre “nada”, somos obrigados a ligá-las a algo, a encontrar equivalentes não-verbais para elas (MOSCOVICI, 2003, p. 72).

A influência da lingüística em Moscovici é fundamental para se compreender sua ênfase à questão da comunicação como via de acesso à intersubjetividade, a partir da construção de representações sociais. Moscovici segue, a partir daí, elaborando sua Teoria das Representações Sociais como a “desconstrução” de conceitos, para ele equivocados, e com a supressão das lacunas teóricas pela sua concepção de relação entre a Psicologia como ciência do indivíduo e Sociologia enquanto estudo da sociedade. Entre essas ligações nasce uma nova concepção de representação que marca essa teoria. Para Moscovici “*as representações estão presentes tanto “no mundo”, como “na mente”, e elas devem ser pesquisadas em ambos os contextos*” (FARR, 1995, p. 46). Assim, ele deixa clara a conexão entre toda a realidade criada em comum entre os sujeitos com os próprios sujeitos, que são aqueles que dão legitimidade ao significado àquelas simbologias ali presentes.

As leituras da teoria de Moscovici podem gerar dualidades, indica Sandra Jovchelovitch, que atenta, sobretudo, para os conceitos de “representação” e “símbolos”. Para a autora há um fantasma do cognitivismo que vê a representação “*como mero reflexo do mundo externo na mente, ou uma marca da mente que se reproduz no mundo externo*” (JOVCHELOVITCH, 1998b, p. 71) e outro da Psicanálise Freudiana que, além de criar uma confusão com o termo “representações”, descola-o do sujeito e do movimento de seu fazer. É justamente esse “entre” no movimento da vida que Moscovici procura dinamizar e reelaborar o conceito de representações. Para ele “*representar uma coisa, um estado, não*

do mundo moderno transformado com a divisão social do trabalho e a emergência de um novo saber: a ciência.

A perspectiva da psicanálise permite a Moscovici apreender como ocorreu a penetração da ciência na vida cotidiana da sociedade francesa pós-guerra. Ele é conduzido então a substituir a noção de representações coletivas pelo conceito de representações sociais. A diversidade da origem, tanto dos indivíduos quanto dos grupos, somada à importância da comunicação direciona os primeiros a uma rede de interações na qual qualquer coisa pode se tornar social ou vice-versa. No processo da comunicação, as representações sociais se elaboram na contradição interativa na qual são ao mesmo tempo geradas e adquiridas. Assim, o importante papel das comunicações em massa na modernidade permite que as representações expliquem o modo pelo qual o novo é constituído nos processos de interações sociais e como estes as produzem.

Assim em suas contribuições que tratavam da língua e da religião como construções dos indivíduos, mas nunca podendo ser avaliadas em termos de indivíduo Wundt, citado em FARR (1995, p.31-59), também compareceu nas reflexões de Moscovici. Seu objetivo maior não era partir da construção dos códigos e crenças pelos indivíduos, estabelecendo pontes explicativas entre a Psicologia e a Sociologia, mas compreender as diferenças existentes entre as sociedades (FARR, 1995, p. 35-36).

Mead¹² e Saussure, citados em FARR (1995, p. 40-44), se mostraram também importantes teóricos na construção da Teoria das Representações Sociais. Suas análises convergem para a questão da linguagem, que apoiarão Moscovici na justificativa da construção da realidade pela intersubjetividade. Mead não coloca o indivíduo e a sociedade como antíteses, como Durkheim e Wundt acabaram fazendo, mas aponta a linguagem como forma de expressão exclusiva do homem, o que o torna distinto dos outros animais. Ele analisa a gênese do si opondo-o à mente e procura mostrar as causas e derivações da combinação entre esses dois elementos.

Saussure, hoje considerado o fundador da lingüística geral moderna¹³ e o pai do estruturalismo, distingue os termos “parole” para a fala e “langue” para a linguagem. O primeiro conceito refere-se à linguagem enquanto fala, como instrumento ativo na interação dos sujeitos possibilitando um posicionar-se socialmente (produto social), e o

¹² MEAD, G. H (1934) *Mind, Self and Society: From the standpoint of a social behaviourist*. Chicago: University of Chicago Press.

¹³ Para ele, a lingüística mantém relações privilegiadas com outra ciência que irá nascer, a semiologia, que estuda os signos na vida social, mas a língua é o mais importante desses sistemas de signos e se constituiria em uma espécie de modelo epistemológico deles.

são caracterizadas por seu pluralismo e pela rapidez com que as mudanças econômicas, políticas e culturais ocorrem. Há, nos dias de hoje, poucas representações que são verdadeiramente coletivas (FARR, 1995, p. 44-45).

As divergências presentes entre estes dois teóricos, tanto na questão escalar como na concepção de mundo e seus constituintes foram sintetizadas por Robert Farr (1995). Moscovici (2003) parte de uma realidade complexa e sente a necessidade de uma abordagem mais singularizada, em termos de processos, enquanto Durkheim tenta maximizar sua prática aplicando-a a um sem número de leituras da realidade.

Os objetivos maiores de Moscovici estão ligados ao entendimento do conhecimento a partir da elaboração de comportamentos e da comunicação de indivíduos na vida cotidiana. Ele considera as observações de Durkheim, mas reivindica o aumento da plasticidade do conceito de “representação”, primeiramente fazendo uma distinção através da valorização da comunicação como instrumento na construção e reconstrução das representações; em segundo lugar, defendendo a idéia da necessidade de se penetrar nas próprias representações, de modo a entender melhor o processo de sua construção, evitando a cristalização da realidade social em classes explicativas e absolutas.

As considerações das representações coletivas como sociais feitas por Moscovici, alargam as possibilidades de leituras da realidade, limitadas pela estática da proposta anterior, procurando ir mais a fundo nas representações de modo a descobrir seus mecanismos internos explicativos (SÁ, 1993, p. 23). Tais objetivos aparecem como contrapontos e críticas às proposições de Durkheim que trabalhou um social pré-estabelecido em sociedades ditas “arcaicas” (na qual haveria semelhança entre indivíduos e compartilhamento dos mesmos sentimentos, obediência e crenças), mas que já não eram possíveis em sociedades complexas. A divisão do trabalho¹¹ faz com que os indivíduos executem papéis e funções não mais semelhantes, mas complementares.

Moscovici não se contentava mais com a explicação dos fatos como coisas, e se voltou para a construção das representações pela sua ontogênese. Para chegarmos às próprias representações é preciso buscar na sua construção o entendimento de todo o processo, pelo caminho intersubjetivo e se necessário recorrer à subjetividade em seus elementos que se cristalizam no espaço. Moscovici se interessa então, por um social móvel

¹¹ Além disto, no capitalismo a própria alienação com a produção em série propalada pelo fordismo impede a interpenetração nas atividades do outro e no entendimento de todo o processo produtivo.

inferida de suas colocações, mais adiante se mostrará limitada ao introduzir o indivíduo no fazer social. Para Durkheim:

(...) o fenômeno social não depende da natureza pessoal dos indivíduos. É que na fusão da qual ele resulta, todas as características individuais, sendo divergentes por definição, neutralizam-se e apagam-se mutuamente. Apenas as propriedades mais gerais da natureza humana sobrenadam; e precisamente por causa de sua extrema generalidade não poderiam explicar as formas muito especiais e complexas que caracterizam os fatos coletivos (DURKHEIM, 1970, p. 34).

Durkheim pretendia explicar os fenômenos sociais a partir de sua incidência dentro da sociedade. Para ele, não há uma explicação individual ou subjetiva que possa ser relevante à compreensão das representações que se dão no coletivo (FARR, 1995, p. 36). Os fatos são considerados como coisas e as categorias sociais devem ser utilizadas como base para análise da realidade.

Diante dessa proposta, fica clara a possibilidade de separação entre Psicologia e Sociologia no estudo das representações, sendo as individuais para a primeira e as coletivas para a segunda (GODOI, 2000, p. 30). Esta fronteira disciplinar no estudo da realidade acabou restringindo as duas áreas de estudo. Ela reduziu a concepção de subjetividade aos elementos do psíquico, ignorando a permanente influência da sociedade e do mundo que o cerca, bem como as concepções de intersubjetividade e sociedade, na medida em que o estudo da sociedade passa a ser abordado a partir das generalidades e das fusões de similaridades, conceituadas como representações coletivas.

Partindo das idéias de Durkheim, Moscovici procura reelaborar o conceito de “Representações Coletivas” tecendo críticas aos equívocos da separação entre individualidade e coletividade, enquanto campos de estudo diferenciados e ao caráter fixo e cristalizado das relações empreendidas neste processo. Este teórico altera a nomenclatura para “Representações Sociais”, primeiramente para desvincular-se das “Representações Coletivas” e em segundo lugar a fim de enfatizar a qualidade dinâmica que o termo “social” traz consigo. Robert Farr, sobre as idéias de Moscovici, acrescenta tais mudanças:

Moscovici afirma que a noção de representação coletiva de Durkheim descreve, ou identifica, uma categoria coletiva que deve ser explicada a um nível inferior, isto é, em nível da Psicologia Social. (...) Ele julga também mais adequado, num contexto moderno, estudar representações sociais do que estudar representações coletivas. O segundo conceito era um objeto de estudo mais apropriado num contexto de sociedades menos complexas, que eram do interesse de Durkheim. As sociedades modernas

extremismos conceituais e/ou reelaborando alguns conceitos, como os de representações.

Para ele:

As representações, obviamente, não são criadas por um indivíduo isoladamente. Uma vez criadas, contudo, elas adquirem uma vida própria, circulam, se encontram, se atraem e se repelem e dão oportunidade ao nascimento de novas representações, enquanto velhas representações morrem (MOSCOVICI, 2003, p. 41).

Este seu conceito é designado a partir de um outro conceito de base na Sociologia, o de Representações Coletivas em Émile Durkheim. Esse teórico desenvolve seu conceito a partir de críticas à concepção de representação pelo naturalismo sociológico. Para essa corrente teórica, as idéias são elementos fracionados que se encontram ligadas, cada uma das idéias numa região nervosa do cérebro, formando o que ele denomina de “geografia cerebral” (DURKHEIM, 1970, p. 23). Essa rede neurológica seria então o ponto chave da construção de representações, a partir da ligação das idéias localizadas sequencialmente no cérebro. Nesta concepção, as idéias vão se manifestando mentalmente próximas àquelas que lhes são próximas, de modo a possibilitar a formação do pensamento sequencial e relacional.

Para Durkheim essa teoria é insustentável, uma vez que a “*representação não se produz sem agir sobre o corpo e o espírito*” (DURKHEIM, 1970, p. 26). Ao incluir a questão do espírito e da espiritualidade na construção das representações, ele amplia a concepção de subjetividade para um conjunto de relações que agregam outras temporalidades na constituição do ser e que se disponibiliza não como uma parte a ser somada, mas como um elemento a se relacionar com o que se apresenta, criando uma nova concepção e nova idéia. Durkheim, então considera que:

Qualquer representação, no momento em que se produz, afeta além dos órgãos o próprio espírito, isto é, as representações presentes e passadas que o constituem, desde que se admita, como nós, que as representações passadas subsistem conosco (DURKHEIM, 1970, p. 27).

Ao refutar a idéia de sujeito como a expressão de uma mente comandada pelo fisiológico, além de abrir possibilidades de ação no mundo, ele desvincula o homem do automatismo de percepções e idéias. A dimensão da mente se coloca exposta a uma gama extensa e imprevisível de pensamentos e ações. Essa aparente “liberdade” subjetiva

2.1 – A ontologia da Teoria das Representações Sociais

A Teoria das Representações Sociais tem seu marco inicial com a obra de 1961 do psicólogo social romeno, naturalizado francês, Serge Moscovici: *La Psychanalyse: Son image et son public* (FARR, 1995, p.31). Nesse trabalho ele critica as pesquisas norte americanas na área da Psicologia Social como individualizantes e simplificadoras. Moscovici elabora uma sociologia do conhecimento enquanto uma teoria de senso comum, para reconhecer nessa “epistemologia popular” o sentido inverso à sua histórica designação. Através da estruturação e da natureza particular a esse saber, Moscovici restitui o status legítimo à produção do conhecimento das massas, com a criação de uma série de conceitos e idéias reunidas sob a denominação de teoria das representações sociais. Com a proposição de parâmetros de uma análise científica do que se chama o senso comum, o autor atribui uma lógica a esse conhecimento que terá uma organização psicológica autônoma, não mais caótica ou fragmentária. Assim, as representações sociais visam avançar em direção a uma aproximação maior entre o sujeito e a sociedade, passando pelo caminho pendular da intersubjetividade.

A construção teórica de Serge Moscovici aparece num momento no qual a Psicologia e a Sociologia estavam disputando a supremacia teórica na Psicologia Social. Cada área reclamava a posse de um conhecimento que de forma alguma conseguia ser atendido epistemologicamente em sua totalidade por uma única visão disciplinar. Tal conhecimento caminha entre a subjetividade e a intersubjetividade, figurando como infundada a reivindicação de posse do objeto de estudo das duas áreas do conhecimento em questão por uma delas apenas. A própria demanda social pelo conhecimento da Psicologia Social já exigia uma interface entre estes conhecimentos, de modo a avançar entre a abordagem da mente às representações sociais (FARR, 1995, p. 33).

Percorrendo o universo epistemológico e teórico no qual se encontravam Serge Moscovici, Robert Farr (1995) nos apresenta diversos pensadores da Sociologia e da Psicologia que se constituíram enquanto precursores na elaboração da Teoria das Representações Sociais. Entre os citados, Durkheim, Wundt, Saussure e Mead subsidiaram o pensamento de Moscovici (FARR, 1995). Entre esses autores foi comum a tentativa de se entender a realidade e o comportamento da sociedade a partir de categorias de análise que variavam entre a total valoração do indivíduo até a aceitação máxima da sua submissão às leis sociais. Neste contexto, Serge Moscovici introduz sua teoria, anunciando críticas aos

2 – A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE MOSCOVICI E A INTERSUBJETIVIDADE

A definição da Intersubjetividade como conceito balizador da construção teórica, analisada nesta pesquisa, suscitou questões referentes à construção do mundo percebido a partir do fenômeno da percepção e trouxe consigo a necessidade de se entender a realidade do mundo vivido e cada vez mais, com maior intensidade, as representações sociais. Assim, a busca epistemológica sobre o fenômeno das representações se orientou para a exploração da Teoria das Representações Sociais, de Serge Moscovici, como uma conexão interdisciplinar entre a Psicologia e a Sociologia. O objetivo deste exercício foi o de delimitar os fenômenos sociais considerados por esta categoria como referenciais.

Diante da tendência epistemológica de se abrir à inter e a transdisciplinaridade (SCALDO, 2003), tornou-se pertinente a inserção desta teoria num diálogo com a fenomenologia-existencialista e com a sociologia fenomenológica. O diálogo almejado procura elementos para a construção intersubjetiva da realidade a fim de ampliar o universo reflexivo sobre as elaborações teóricas de categorias espaciais.

Este capítulo tem como objetivo organizar uma reflexão sobre a Intersubjetividade enquanto processo de construção social. Primeiramente trata-se da ontologia da construção da Teoria das Representações Sociais, para a situarmos dentro do contexto científico e social, favorecendo nosso entendimento de como suas idéias foram ganhando corpo e a partir de quais críticas elas se firmaram.

Num segundo momento, nos itens 2.2 e 2.3, alguns conceitos chaves, para se clarear a dinâmica deste processo, foram discutidos, como subjetividade, alteridade e ancoragem. Eles visaram ampliar o entendimento sobre as possibilidades de abordagem da teoria na prática dos estudos espaciais.

Na última parte, itens 2.4, após essa discussão mais conceitual, foram estabelecidas relações entre os itens iniciais do capítulo. Discorreu-se também sobre a construção das Representações Sociais e sobre o conceito de *themata*, segundo Moscovici, de modo a melhor compreender como elas e a Intersubjetividade se articulam e podem contribuir para as releituras das categorias espaciais.

nosso estudo sobre a intersubjetividade, ao propiciar a ligação entre esta vertente da psicologia social com a fenomenologia da percepção, pelo elo fenomenológico-sociológico de Schutz.

Husserl, considerando o mundo social estritamente como o mundo individual. Ela critica a questão da ação, vista por ele mais como significado do que enquanto práxis. Para finalizar, ela afirma que não existe o reconhecimento do poder na vida social (CALDERANO, 2002).

De modo geral, as críticas de Maria da Assunção Calderano se dirigem a pontos nos quais Schutz define como diferenciadores de sua teoria em relação às demais teorias das ciências sociais. A sociologia de Schutz, por ser fenomenológica, certamente se remete a um diferencial face às demais correntes das ciências sociais, que partem do social para a construção das subjetividades. A singularidade da obra de Schutz determina a intersubjetividade como suprema para acessarmos sua proposta de concepção de mundo vivido, sendo a sociedade o alvo a se alcançar, a ser construído por estas subjetividades dadas em relação.

Sua crítica a questão do reconhecimento do poder na vida social, também pode ser justificada por esta concepção de mundo como produzido pela sociedade estrutural comumente divulgada nos meios acadêmicos e na sociedade científica. Schutz, percorrendo o caminho inverso, trabalha com aspectos, detalhes que certamente não propõe análises macros, mas possibilitam a construção de uma concepção social muito mais próxima da realidade do mundo vivido. Assim, para uma melhor compreensão da intersubjetividade em Schutz é preciso se voltar ao cotidiano, nas pequenas relações do dia-a-dia e nas construções em comum, nas tipificações para, a partir daí, ir em busca de entendimento de como as relações sociais vão se tecendo nesta complexidade na qual estamos imersos.

Em síntese, a intersubjetividade em Schutz passa pelo o que é comum entre os indivíduos, pela tomada pressuposta do *outro* como um outro eu, no que tange aos desejos, ações e intencionalidades. É uma busca incessante ao entendimento e intercâmbio das experiências em comum e em contato. Nestas experiências o senso comum e seus conhecimentos vão objetivando representações plásticas que garantem o fazer social. São objetivações subjetivas à medida que, apesar de representativas, são móveis e superáveis pelas experiências sobrepostas. Com isto, esbarramos em outras lacunas teóricas, assim como em Merleau-Ponty, no que tange ao entendimento dos processos de construção das representações sociais e a elas próprias, a fim de focar o papel da intersubjetividade em suas construções.

Neste cenário, nos deparamos com os trabalhos do psicólogo social romeno, naturalizado francês, Serge Moscovici, delineando um caminho nesta direção, enriquece

intersubjetivas. Schutz considera o homem como um projeto, e o homem como o próprio conjunto de experiências que ali construo com ele. De forma alguma o autor defende a não intencionalidade, ao contrário, ele simplesmente a direciona justamente para o seu lugar de questionamento, vivemos em perguntas ao mundo, e muitas vezes nos perdemos ao direcioná-las aos *outros* guardando o mesmo formato com a qual concebemos.

Assim como as ações subjetivas são encaminhadas na forma de projetos, a estrutura que nos proporciona tal construção passa pelo planejamento via construções tipificadoras e idealizadas, apoiadas tanto nas experiências vividas, como nas alterações inevitáveis que evitam que meus projetos se concluam como foram planejadas. Mesmo assim, a “energia” dispensada na construção dos projetos é o impulso mínimo para se projetar com uma certa “segurança” nas inúmeras redes de relacionamentos sociais que possivelmente se apresentarão ao me lançar à comunicação com o outro (WAGNER, 1979, p. 28-32).

Toda a concepção de mundo vivido e intersubjetividade de Schutz se apresentam como um “apagar de luzes” sobre a concepção de ciência, que afasta o sujeito do objeto, prometendo um olhar único e racional sobre aquilo ali presente. Ele, porém, assume toda esta atitude ao desvincular suas concepções da ciência clássica e logo altera sua definição para este mundo supostamente construído. Helmut Wagner conclui: “*Schutz chama a ação cotidiana de razoável ao invés de racional, como Weber, permitindo uma margem para falhas inevitáveis do conhecimento prático*” (WAGNER, 1979, 28). Com esta afirmação, Schutz parece almejar uma permissão em se trabalhar com o mundo vivido tal como ele se apresenta e não tal como uma forma única de abordagem. Ele considera a intersubjetividade como algo presente nas ações, no fazer social e não como pressuposto, conforme tem concebido as ciências sociais. Esta perspectiva tem sido criticada pelas correntes clássicas:

Assumir o mundo como pressuposto, inquestionável, implica a hipótese profundamente enraizada no senso comum de que até segunda ordem o mundo vai continuar sendo, essencialmente, da mesma maneira como foi até aqui (SCHUTZ, 1979, p. 80).

Assim, as correntes que concebem o mundo antes dos sujeitos sofrem críticas e são responsabilizadas pelos próprios defensores da ciência clássica de cometerem aquilo que eles combatem.

Maria da Assunção Calderano (2002) detecta algumas falhas na questão da teoria da comunicação neste autor. Para ela, Schutz ainda está muito preso ao método intuitivo de

“cada experiência é única, e até a recorrência da mesma experiência, não é a mesma, porque é recorrência” (SCHUTZ, 1979, p. 120). Estas experiências que vão se fazendo, já transformam o grupo, ao mesmo tempo em que transformam os “estranhos”. O novo é recíproco, e mesmo que haja uma defasagem quantitativa de significados de um lado da interlocução, sempre haverá a presença do *outro* na experiência que ali se institui. Olhando por outro ângulo, em termos de conjunto de significações, o olhar para o *outro*, para o “estranho”, acaba se resignificando mais, pois ele se torna um múltiplo variado de sujeitos. Cada olhar é um olhar diferenciado que abarca totalidades de características mais diferenciadas entre si. Um outro completo sempre diferente se forma, até que se chegue a um sujeito mais definido, porém nunca homogêneo para todos.

Ao se referir às ações que vão se tecendo na realidade intersubjetiva, Schutz questiona como as subjetividades vão se comportando neste processo ativo e ininterrupto. Para ele, nós sempre estamos olhando para o mundo, para o *outro* e para as experiências com um questionamento sempre dado por um projeto, somos orientados por projetos. Sua crítica dirige-se então a como se tem tratado as ações no cotidiano por questionamentos que ignoram os projetos e os motivos dentro da realidade em seu movimento. A redução dos questionamentos à “porquês”, para Schutz raramente nos proporcionará um contato com a ação ali vivenciada:

Na medida em que o ator vive em sua ação em curso, ele não tem em vista os seus “motivos por que”. Somente quando a ação é realizada, quando, na terminologia que propusemos, ela se torna um ato, é que ele pode voltar-se para a sua ação passada, como um observador de si próprio, e investigar em que circunstâncias foi determinado que fizesse o que fez (SCHUTZ, 1979, p. 125).

A citação de Schutz pode parecer, num primeiro momento, um discurso cujo cerne tenta inocentar as ações individuais, colocando os sujeitos sempre como ingênuos e inconscientes de seus atos, incapazes de pensá-los durante sua execução e, portanto, inocentes em suas conseqüências. O que ele chama atenção com a citação é para a questão subjetiva de “projeto de vida”, construído por motivações para se chegar a um objetivo, e que muitas vezes é ignorado pelo *outro*, preocupado muito mais com os “porquês”. Schutz continua dizendo: “*Nossas ações são conscientes se anteriormente as mapeamos no “tempo futuro perfeito”*” (SCHUTZ, 1979, p. 127), a experiência é sempre consciente. Defende-se acima uma nova forma de abordarmos as experiências alheias, podendo nos aproximar muito mais das reais causas daquelas atitudes em relação às experiências

comunicação em Schutz não é uma ligação apenas de palavras, “*ao compreender alguém que está falando, interpreto não só as suas palavras individuais, mas também a seqüência articulada total de suas palavras, sintaticamente ligadas – em suma, “aquilo que ele está dizendo”*” (SCHUTZ, 1979, p. 109).

Schutz valoriza muito as questões da relevância e da intencionalidade, no meu inter-relacionar com o *outro*, bem como a importância que a intersubjetividade ocupa neste processo. Para ele, a vivência com o *outro* da mesma experiência proporciona diferentes vivências subjetivas favorecendo construções ilimitadas de universos dentro deste mundo vivido em seu cotidiano. As palavras cristalizam os significados, sem cristalizarem a comunicação, a organização das palavras em seu todo. Assim, a cristalização possibilita o meu fazer com o *outro*, e as suas infinitas ligações asseguram o fazer diferenciado. Carla Costa Teixeira ressalta que:

Schutz nos permite pôr em perspectiva a distância entre as concepções de significado subjetivo da ação e de interação social, apresentada nas críticas de Weber e Simmel, reativando-as como inspiração para as investigações etnográficas (TEIXEIRA, 2000, p. 12).

A autora salienta em Schutz a oportunidade de ampliação metodológica a partir de uma conscientização teórica sobre o não acesso à realidade numa via unilateral. A nossa experiência pessoal contribui para o entendimento das experiências, mas é a menor parte do conjunto necessário para que esse entendimento alcance a maior proximidade com a realidade em sua essência.

Quando se tratam de coisas e fenômenos que a realidade vivida ainda não reconhecem a maioria de seus significados, como se passa com estrangeiros ou “estranhos”, a intencionalidade, aparentemente sinônimo de espontaneidade, se diferencia e os conceitos construídos até aqui pelos envolvidos “parecem” perder o sentido. A espontaneidade está, primeiramente, mais ligada às relevâncias e às necessidades surgidas no confronto de subjetividades, visando a intersubjetividade. A intencionalidade aparece num segundo momento, em que o estranho sente a necessidade de integração e reúne através dos poucos pontos significativos entre si, um alargamento de sua subjetividade para que os outros façam parte efetiva dela.

Cada tentativa de construção intersubjetiva demandará “recorrência”, que é o acesso à experiência passada, mais próxima àquela que está sendo vivida, a fim do entendimento e de introspecção de algumas concepções do grupo ali presente. Para Schutz

Esta é a própria condição de existência do mundo cotidiano onde nos movemos contando com o funcionamento de regras, horários, tipos de conduta, papéis sociais e das mais distintas conexões causais. A reflexão se instaura apenas quando algo falha ou escapa a nossa compreensão e o mundo se apresenta a nós em toda a força de sua exterioridade (TEIXEIRA, 2000, p. 16-17).

Carla Costa Teixeira ao analisar uma metodologia de pesquisa em Schutz aponta a complexidade deste mundo, e até mesmo da quantidade de ações institucionalizadas que aparentemente estáticas, variam o tempo todo no fazer real, e conduzem a um parecer fixo sem se mover em várias direções. O movimento da construção intersubjetiva da realidade em Schutz se compõe pela sobreposição de momentos intercalados pela dissolução de um “agora” num próximo “agora” que virá sem fronteiras e sem delimitações. Essa seqüência de “agoras” enriquece a bagagem de conhecimentos subjetivos e intersubjetivos e são instrumentos essenciais nos processos de amadurecimento social e intelectual. Esta passagem sem fronteiras não elimina a existência de fases. Estas vão se ligando, cada uma com sua importância para a observação do *outro*, nos permitindo a construção de elementos que farão as experiências se tornarem significativas, pois quanto mais intensas e ricas forem as reflexões posteriores das experiências passadas, mais ampliadas qualitativamente serão as “atitudes naturais” do mundo vivido (SCHUTZ, 1979, p. 62).

Schutz chama atenção para a pretensão que muitos têm em querer abarcar todo o mundo pelo conhecimento. Para ele, o processo de construção do conhecimento da realidade se dá por sobreposição de “camadas” significativas que se articulam em comum com o grupo. Não há como ter todo o conhecimento do mundo, pois este não está disponível desta forma, como algo a ser decifrado e interiorizado. A riqueza do mundo se encontra justamente nas infinitas possibilidades de se construírem as relações com os *outros*, e por meio de sedimentações de significados, uma gama imensa de subjetividades vão se reunindo e se ligando por elos intersubjetivos que, de modo algum, limita a individualidade a uma padronização de comportamentos.

A garantia da individualidade, mesmo com as tipificações dos códigos, traduções, institucionalizações, consensos se destaca, pois estamos precisamente num processo intersubjetivo cujas fronteiras inexistem. Não há como delimitar um único grupo ou tipo de relacionamento no qual estou exposto. A cada grupo ou sujeito que me relaciono, novas possibilidades de construções intersubjetivas vão se dando. Além das relações de poderes em diferentes escalas, mesmo que o discurso entre sujeitos diferenciados venha a ser o “mesmo”, ainda sim, a articulação das palavras se apresentaria diferentemente no final. A

Na medida em que cada um de nós pode vivenciar os pensamentos e atos do outro no presente vívido, enquanto que ambos só podemos captar os nossos próprios no passado, por meio de reflexão, sei mais do outro e ele sabe mais de mim do que cada um de nós sabe sobre a sua própria corrente de consciência (SCHUTZ, 1979, p. 163).

Schutz defende e traz a idéia de alter-ego como uma corrente de pensamento subjetiva auxiliar na compreensão de como o *outro* está presente em mim e conseqüentemente como estou presente nele. A consideração do *outro* é importante para meu fazer neste mundo do mesmo modo que sou importante para a construção dele, e juntos da realidade intersubjetiva. Ele é menos acessível a mim pela própria limitação que existe entre nós. Eu posso, num momento de reflexão reavivar as mais antigas lembranças, tantas quantas me forem possíveis lembrar, enquanto a experiência do *outro* só se dê pelas experiências que passamos juntos. Será justamente a presença do alter-ego que o tornará tão importante para mim quanto minhas próprias lembranças. Essa idéia de alter-ego se apresenta como um chamado à alteridade, figurando enquanto um instrumento metodológico para leituras deste mundo vivido “com o *outro*”. Schutz enfatiza este “com o *outro*” pois, segundo ele, é “estando” lá no mundo vivido que *ele* me será revelado, e não destacando suas características. Precisamos “viver-com” aquela experiência, para que esta me seja revelada através do acesso a experiência revelada ao *outro* em mim e da possibilidade de pós-reflexão deste momento com *ele* da minha própria experiência.

Ao mesmo tempo em que a experiência do “nós” é salientada como fonte máxima do meu entendimento dele e de sua experiência, Schutz aponta o perigo de se buscar compreender o *outro* e suas ações unicamente por reflexão, sem vivência, “*quanto mais reflito, mais o meu parceiro é transformado num mero objeto de pensamento*” (SCHUTZ, 1979, p. 185). Esta não deixa de ser uma crítica direta às tentativas em se retirar o conhecimento do fazer intersubjetivo para objetivar a realidade através da separação dos sujeitos de seus objetos. Pode ser entendida também como uma tentativa em se transformar até mesmo as experiências e as ações subjetivas em objetos de estudo.

Considerar a reflexão como uma forma de trabalhar o conhecimento empobrece a construção de conhecimentos via experiência. As experiências são a única forma de construção do cotidiano e da realidade, mas a reflexão e o contato com elas são sim, fonte maior para construção e avanço no entendimento da realidade. Carla Costa Teixeira completa:

não se é previsível no início deste fazer. Essa vai se direcionando pelas diferentes percepções que vou preenchendo as ações, primeiramente pelo estoque de conhecimentos que já possuía e segundo pela intencionalidade e relevância que ali vão se constituindo. São dois processos, ambos intersubjetivos que Schutz aponta, um objetivo: a tipificação e outro subjetivo: as relevâncias e as intencionalidades (SCHUTZ, 1979, p. 110-120).

As tipificações, como processo objetivo, ocorrem pelo compartilhar significativo de símbolos e signos entre os grupos, de forma a propiciar a comunicação pura e simples entre os sujeitos. As tipificações fazem parte do nosso processo de antecipação e planejamento do mundo. Com as tipificações, que podem ser nomeações, códigos, papéis, direcionamos nossa ação com o *outro*, mesmo sabendo que no processo intersubjetivo não chegamos a um final esperado (WAGNER, 1979, 28). As tipificações se instauram como pontos de apoio do senso-comum, do cotidiano, e como fundamento para ir além desta concepção de mundo, através do meu agir com o *outro*.

O processo das relevâncias e das intencionalidades incrementa o fazer social e torna a linguagem mais que uma troca de significados. A relevância e a intencionalidade se fundem e diferentes graus de interesse vão selecionando os estoques de conhecimento, definindo mais adiante, através da linguagem e da troca de experiências, como estas relevâncias continuarão a definir as ações posteriores. As personalidades envolvidas e os níveis de relevâncias serão constantemente motivos para conflito e negação do alter-ego.

Esse processo, normalmente conflituoso, se pronuncia pela linguagem, que para Schutz é muito mais do que palavras como conjunto de códigos. Ele valoriza mais os espaços entre elas, os quais denomina de “orlas”, que justamente imprimem o movimento para a inserção de todo o sujeito como único com aquela linguagem, com aquele estoque de conhecimentos e vivências (SCHUTZ, 1979, p. 97). A linguagem em comum garante a comunicação entre eles, mas este movimento único do sujeito, pelo modo como ele se coloca “entre as palavras” é o ponto de contato em que o faz presente e significativo ao *outro*, ao mesmo tempo único, através das relações entre seu uso da linguagem e as construções subjetivas únicas nele.

Essa troca e construção com o *outro* da realidade social, como considera Schutz, embora possa parecer algo frio e previsível, só se estabelece no seu movimento e no seu fazer. E embora tenhamos a impressão de que temos mais acesso aos nossos estoques de conhecimentos do que ao *outro*, Schutz completa:

atitudes dos sujeitos e via de construção da realidade. Ele enfoca as micro-relações no cotidiano, mesmo que por vezes de forma bastante objetiva. Helmut Wagner assinala tal aspecto especial em Schutz e acaba o distinguindo dentro das ciências sociais:

Enquanto para sociólogos como Sumner e Durkheim toda essa superestrutura social funciona como um mecanismo determinista e coercitivo, Schutz realçou o significado subjetivo da participação da pessoa em sua comunidade (WAGNER, 1979, p. 18).

Este enfoque social, a partir de como as ações significativas são imbuídas no cotidiano, caracteriza e singulariza a obra de Schutz dentro da sociologia. Seu pensamento faz uma interação constante com a fenomenologia em Husserl, ora corroborando com seu pensamento, ora criticando e avançando, buscando estar mais próximo das ações cotidianas e se distanciando de uma visão transcendental da fenomenologia eidética de Husserl¹⁰ (WAGNER, 1979, p. 11).

Os caminhos primordiais, para se compreender a realidade, anunciados por Schutz, referem-se à importância em se partir do que ele chama “atitude natural” ou ações pré-científicas. Esta “atitude natural” compreende justamente a ação no cotidiano, que embora comumente classificada como pré-reflexiva, não o é pela impossibilidade do agir sem a intencionalidade e sem a presença do *outro* no estoque dos conhecimentos que se constrói, a partir do momento que faço a “troca inter-relacionada”, num movimento de tessitura com-o-outro e não como troca pura (SCHUTZ, 1979, p.73-74).

O entendimento da intersubjetividade em Schutz, bem como em toda fenomenologia, passa então pela intencionalidade, base de todas as ações que serão construídas espacialmente e no mundo da vida. Pela intencionalidade, o processo de interação se torna possível, pois converte-se em ação prática ou reflexiva, fornecendo a energia necessária para se passar do “agora” para um “agora seguinte” pelos caminhos significativos.

Esta ligação entre “agora” e “agora seguinte” decorre de subjetividades distintas que se unem por uma relação aparentemente contraditória. Ao mesmo tempo em que possuímos códigos de interpretação em comum com os *outros*, que garantem o movimento da comunicação, há uma movimentação entre os envolvidos, uns para com os outros, que

¹⁰ Edmund Husserl, em sua fenomenologia das essências, objetivava captar as essências dos fenômenos a partir da colocação do mundo “entre parênteses”. Tal tentativa baseava-se na intenção em alcançar o fenômeno *tal qual se apresenta*. Com a inserção do existencialismo na fenomenologia, o cotidiano do fazer fenomenal não passa mais a ser visto como algo que não pertença ao fenômeno, mas ao contrário, passa a ser um próprio constituinte do mesmo.

tais leituras. A complexidade da construção social da realidade apresenta constituintes intersubjetivos que carregam em si uma gama maior de elementos, que supera um “olhar” único às inter-relações dos sentidos *em-si*.

A partir da necessidade em se aumentar o tangenciamento entre intersubjetividade e construção social, debatemos em Alfred Schutz, cujo enfoque sociológico foi introduzido à abordagem fenomenológica da realidade, a questão da intersubjetividade e sua contribuição às leituras espaciais focadas adiante. Uma vez que a fenomenologia já foi definida como simplesmente um “*estudo das essências*”, como se sua preocupação vagasse unicamente na “subjetividade individualizada”, focamos em Schutz a tentativa de ampliação do caráter social numa abordagem fenomenológica da realidade.

1.3 – A sociologia fenomenológica de Alfred Schutz e a intersubjetividade

Visando avançar na construção teórica de categorias espaciais, o principal questionamento versa sobre como a intersubjetividade pode contribuir no uso de categorias espaciais no cotidiano das pesquisas científicas. Partindo do pressuposto que a Geografia e o estudo do espaço constituem-se em fazeres sociais, e a intersubjetividade passa por diversas disciplinas e pela filosofia, é imprescindível traçar um percurso, mesmo que breve, pela Sociologia, disciplina chave das Ciências Sociais.

No interior da Sociologia, diversos estudiosos das questões subjetivas e intersubjetivas centraram esforços para se pensar a sociedade e seus mecanismos de funcionamento, como por exemplo: Max Weber, Emilé Durkheim, Sumner, Thomas Luckman e Alfred Schutz. Dentre estes nomes, aquele que parte da intersubjetividade como ponto inicial para se pensar a sociedade e que o faz, pela sua origem fenomenológica, é Alfred Schutz (LUCKMAN, 1985; WAGNER, 1979, p. 18-19). Em sua obra “*a fenomenologia recusa-se a aceitar de modo acrítico percepções sensoriais, fatos biológicos, sociais e ambientais*” (SCHUTZ, 1979, 54), assim não pode ser confundida com o empirismo, idealismo nem o realismo. Por esta característica, refletir sobre seu pensamento em torno da construção social via intersubjetividade, se torna imprescindível para um pensamento mais inter e transdisciplinar a propósito desta questão.

O ponto de partida de Schutz, que o diferencia dos demais pensadores mencionados, refere-se a direção do olhar que cada um destes possui e defende. Schutz não consegue pensar numa estrutura montada socialmente que será base para a coerção das

importante para nossos propósitos atuais é a estrutura temporal da vida cotidiana (BERGER, LUCKMAN, 1985, p. 44).

Ao pensar o fazer cotidiano entre os sujeitos, os autores minimizam a questão espacial e direcionam para o social toda a possibilidade de interação dos sujeitos. Tempo e sociedade tecem a realidade, e o espaço se esvazia de importância, se transformando em um pano de fundo como considerado em outros autores como Kant. O discurso do cotidiano, para esses autores, não garante que a percepção espacial seja introduzida na discussão intersubjetiva da realidade. A teoria de Merleau-Ponty traz a questão da relação imprescindível do homem com o espaço e os lugares e a transforma não simplesmente em elementos do cotidiano, da construção da realidade, mas na própria construção da realidade via subjetividade e intersubjetividade (MERLEAU-PONTY, 2004, p. 15-18).

Apesar das críticas a Peter Berger e Thomas Luckman (1985), vários elementos de seus estudos ajudam a pensar a intersubjetividade, mesmo que o espaço não seja considerado como inseparável do processo. Os autores defendem, a todo o momento, a idéia da significação dos objetos, que trazem os sujeitos impregnados, como forma de comunicação e existência e também afirmam que o *outro* é sempre mais presente em nós do que nós mesmos. Estas idéias convergem com as existencialistas e corroboram com o pensamento crítico à visão clássica de mundo, fragmentada e analítica.

A obra de Merleau-Ponty verificada nestes itens 1.1 e 1.2, expõe os constituintes da relação subjetiva à intersubjetividade a partir de uma abordagem ampla, tomando as características da percepção como uma “essência” macro-estrutural das relações interpessoais e sociais. Não podemos considerar a obra do autor como uma proposta de delinear os conflitos existentes nas micro-relações, com uma abordagem crítica aos aparelhos ideológicos institucionais. A opção por Merleau-Ponty tem sua justificativa pautada na sua contribuição ao entendimento dos processos referentes à inter-relação entre a subjetividade com os sentidos disponíveis ao homem enquanto agente no mundo e a intersubjetividade, que se manifesta pelo encontro das subjetividades com suas especificidades, mas dentro da “tomada” de mundo pela percepção.

De modo a aproximar a abordagem fenomenológica da realidade, e seu entendimento da intersubjetividade, aparece em Merleau-Ponty uma lacuna que demanda uma análise do real mais pautada no mundo enquanto constituição social. As singularidades de processos que visualizamos no âmbito social, cujo interesse à Geografia se torna primordial, mostra que essa fenomenologia da percepção se torna incompleta para

1974. p. 145). Tal movimento e os acontecimentos que ocorrem no espaço vão se processando na vida cotidiana, sendo o cotidiano a engrenagem principal da vida.

Na medida em que o espaço vai se construindo no cotidiano, meu ser-no-mundo-com-os-outros vai se fazendo a partir dos elos de percepção que vão sendo tecidos. O espaço se apresenta impregnado e impresso nas minhas percepções, e nas de todos os outros sujeitos. A percepção não é um ato estático ou formado de sucessão de quadrantes enfileirados, como um rolo de filme, e sim, um conjunto de ações dinâmicas. Essas fazem uma ligação imperceptível entre os panoramas significativos, que vão se lançando aos meus sentidos na cotidianidade, possibilitando o entendimento da relação intersubjetiva da realidade que passa pela espacialização e pela relação perceptiva do homem com o mundo.

Peter Berger e Thomas Luckman (1985), em “A construção social da realidade”, dão ênfase à questão da cotidianidade como uma das formas essenciais da construção intersubjetiva da realidade, mas em uma de suas passagens acabam contrariando as idéias de Merleau-Ponty:

A realidade da vida cotidiana, além disso, apresenta-se a mim como um mundo intersubjetivo, um mundo de que participo juntamente com outros homens. Esta intersubjetividade diferencia nitidamente a vida cotidiana de outras realidades das quais tenho consciência (BERGER, LUCKMAN, 1985, p. 40).

A obra de Peter Berger e Thomas Luckman compartilha de muitas idéias relacionadas a construção da realidade a partir da interação entre os sujeitos. Porém em alguns trechos, como no citado acima, os autores colocam a possibilidade de existirem outras realidades na minha consciência, que não as da vida cotidiana. Para Merleau-Ponty, a vida cotidiana se define enquanto única existente, como aquela presente ao homem, sendo divergente dele as idéias cujo cerne esteja baseado na concepção de consciência separada da vida. Suas idéias vão além, uma vez que o homem só constrói realizando o encontro da subjetividade ao social via intersubjetividade.

Outra divergência nestes autores refere-se ao fato da cotidianidade estar vinculada muito mais à ordem temporal do que espacial:

O mundo da vida cotidiana é estruturado espacial e temporalmente. A estrutura espacial tem pouca importância em nossas atuais considerações. Basta indicar que tem também uma dimensão social em virtude do fato da minha zona de manipulação entrar em contacto com a dos outros. Mais

A qualidade sensível, longe de ser coextensiva à percepção, é o produto particular de uma atitude de curiosidade ou de observação. Ela aparece quando, em lugar de abandonar todo o meu olhar no mundo, volto-me para este próprio olhar e pergunto-me *o que vejo exatamente*; ela não figura no comércio natural de minha visão com o mundo, ela é a resposta a uma certa questão de meu olhar, o resultado de uma visão secundária ou crítica que procura conhecer-se em sua particularidade (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 305).

O ato da percepção é também um ato de questionamento dos meus sentidos metamorfoseados em meu ser existencial. O sujeito não funciona como uma câmera fotográfica diante do campo sensível à sua frente. O ser está lá, ao mesmo tempo refém dos sentidos e também agindo por eles. Baseada na leitura em Merleau-Ponty, Maria Aparecida Bicudo completa:

É em situação que a percepção se dá e, com ela, o estabelecimento de um nível espacial. Não nos é dado podermos nos retirar do mundo para uma percepção sem mundo. É em situação que percebemos o espaço, de onde ele nos aparece em situações específicas (BICUDO, 2000, p. 44).

A percepção é considerada como uma ação que traz a questão espacial como fundante de qualquer situação, de qualquer fazer existencial. Não há uma afirmação concreta da presença do outro, mas a relação desta citação com outras colocações de Merleau-Ponty, que considera a “situação” como a engrenagem de toda relação do homem com o espaço, permite entender toda a experiência do meu ser com o outro como uma ação sempre espacial. A partir da íntima ligação da construção dos sentidos inter-relacionados forma-se então, o metamorfoseamento dos sentidos, que embasará a construção da percepção espacial.

O outro que se relaciona diretamente comigo, já está em mim a partir do momento em que opero a minha ação perceptiva, que é ativa, em direção a ele no mundo e na minha percepção. Não há como eu excluir o espaço da percepção, nem o sujeito, pois o sujeito é em si espacializado como todo o campo que se apresenta a mim para a ação-reação perceptiva.

Além do outro, diretamente ligado à minha percepção, há um elo espacial que expande todo o meu campo, à medida que as situações englobem novos sujeitos. Não é apenas minha vontade que “direciona” minha percepção, pois, uma vez jogados ao mundo, não temos como excluir os sujeitos encarnados que estão, como diz Merleau-Ponty, “*à cata do mesmo mundo, às voltas com o mesmo mundo que eu*”(MERLEAU-PONTY,

mesma necessidade, é preciso que todos eles se abram ao mesmo espaço, sem o que os seres sensoriais com os quais deles nos fazem comunicar só existiriam para os sentidos dos quais eles dependem (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 293).

O conceito de espaço recebe, com Merleau-Ponty, o papel e a importância de mediador dos sentidos e da construção da intersubjetividade. É como se os sentidos vagassem sozinhos e encontrassem através da espacialização e da comunicação de sentidos e dos seres, a forma plena de manifestação da realidade. Assim, a percepção espacial já pode ser definida unicamente como percepção, já que ela só se estabelece através da espacialidade, do posicionamento de um campo sensorial. Não há percepção pontual, pois o ato da percepção pressupõe todo processo de relação entre os sentidos e entre esses com o mundo significativo, “*a unidade do espaço só pode ser encontrada na engrenagem dos domínios sensoriais uns nos outros*” (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 300).

A necessidade de clarear a importância do espaço para que haja percepção, não confirma a existência de um espaço único, nem que este enquanto campo sensorial se coloque a todos da mesma forma. No processo de percepção espacial, o que mais caracteriza a minha percepção e a percepção do outro, e da construção da minha percepção com o ponto de vista do outro é a história de vida contida na minha bagagem sensorial e de sua articulação à minha construção intersubjetiva da realidade. Não se trata apenas do posicionamento significativo, decodificado o que me apresenta às chances de percepção, mas principalmente de toda a articulação que meu ser como um todo se manifesta, via reunião de sentidos em meu ser e de como esta reunião comporta as sensações que consigo abarcar do outro com ele no mundo do cotidiano.

Além da relação com o outro, diluída na inter-relação dos meus sentidos interligados, não podemos resumir minha percepção espacial unicamente ao sentido visual. O relacionamento entre os sentidos é justamente entre os cinco sentidos, não considerando-os como resultados fisiológicos, mas abertos aos outros sentidos constituindo um indefinido metamorfoseado. No fazer existencial, tal metamorfose se manifesta enquanto sentido híbrido que, de forma alguma, pode ser encarado como um resultado neutro e passivo à intencionalidade do ser. Em nenhum momento pode-se deixar a impressão de que Merleau-Ponty teoriza algo frio e analítico do ser-no-mundo e do ser-no-mundo-com-os-outros. A percepção é algo totalmente vivo, na qual o homem está em ação contínua de relacionamento com o percebido e com os *outros*. Merleau-Ponty afirma que:

próprio e no mundo, quando sempre se está com o outro (BICUDO, 2000, p. 41).

A partir de leituras em Merleau-Ponty, Maria Aparecida Bicudo extrai elementos, que podem ser considerados como aqueles ligados à construção intersubjetiva da realidade. Ao considerar a fala uma operação encarnada no corpo-próprio e que aporta um conteúdo histórico e social sempre com o *outro*, é meritório salientar que a percepção do mundo também se dá com o *outro* tendo a linguagem como instrumento reificado de troca com *ele*. A minha percepção de mundo demanda um espectador para autenticá-la e consigo todos meus significados impregnados de vivências-com-os-outros. Mesmo que tentássemos isolar nossa percepção do *outro*, ele estaria presente nessa significação de negação do próprio. Ela viria imediatamente em minha memória como presença-negada. A situação de estar situado neste mesmo mundo que eu, e de estar na situação encarnada como a mim mesmo, é que o torna meu cúmplice e uma extensão de mim (MERLEAU-PONTY, 1974, p. 142-143).

Considerando o homem então, como uma totalidade encarnada, sempre com os *outros*, que comporta em si o pensamento, a linguagem e a percepção, inter-relacionando passado, presente e futuro, tanto os meus quanto os dos *outros*, faz-se necessária avançar na discussão entre a passagem destes elementos intersubjetivos ao que Merleau-Ponty concebe como espaço. O autor ao sublinhar todos esses elementos como constituintes da dinâmica do mundo percebido, extrai do interior desse universo a discussão sobre “O Espaço”. Poderia ele ter dado por encerrada a questão da percepção subjetiva e intersubjetiva, deixando-a sobre um panorama definido como mundo percebido ou mundo-vivido. Mas ele mostra imprescindível a questão espacial, proporcionando uma ampliação de seus conceitos (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 327-400).

Na concepção de espaço para Merleau-Ponty há intrínseca a concepção de percepção, que perpassa pela relação do homem com o mundo percebido. O conceito de espaço implica o entendimento da percepção espacial como uma ligação entre a sensação e o mundo. Quando estou no ato de percepção, já deixo de ser eu mesmo e me torno outro ser, ligado ao mundo, uma vez que a percepção é um ato de espacialização do ser-no-mundo. Toda a idéia de comunicação dos sentidos se reúne e autentica o *estar presente*. Assim, Merleau-Ponty assinala:

Todos os sentidos devem ser espaciais se eles devem fazer-nos ter acesso a uma forma qualquer de ser, quer dizer, se eles são sentidos. E, pela

Com esta passagem, Enilda Bueno reforça a questão da plena ligação entre percepção, pensamento e linguagem, da mesma forma que o passado, o presente e o futuro se interligam, dando o movimento do mundo vivido presente no ser-no-mundo-com-os-outros. Este “com-os-outros” é que garantirá a existência completa de tudo o que envolve o ser-no-mundo. Completando a idéia de Enilda Bueno, Maria Aparecida Bicudo menciona que “*o pensamento não é subjetivo, interior ao sujeito, abstrato. Ele é mundano. Existe, contextualmente, ao sermos com-os-outros. Não existe fora do mundo e das palavras*” (BICUDO, 2000, p. 37).

É através do pensamento que articula a presença do passado ali na vivência através da linguagem e do diálogo, que o presente e o futuro se tornam possíveis. As palavras por si só são frias e mortas, mas a linguagem e o movimento dado a elas, transformam os horizontes do mundo-vivido presentes na inter-relação com os *outros*, ganhador de cores, cheiros, formas, enfim, sentidos. O pensamento que se faz palavra é a transposição do homem para o mundo. É uma forma importante de articular sua fala interior com este mundo que a produziu. A linguagem também pode ser entendida, como gestos e outras manifestações que envolvem, desenho, pintura, podendo ser transformadas em palavras, mesmo que individualizadas, não compartilhadas, através de sua ação nos nossos sentimentos e dos sentimentos na nossa ação.

O aprofundamento no conhecimento sobre como se constrói a percepção espacial⁹ em Merleau-Ponty, nos remete à busca da identificação e entendimento dos elementos subjetivos que envolvem a construção da percepção em si, e também o que ele considera como “espaço”. Todos estes elementos destacados até aqui configuram o mundo percebido inerente ao homem ao qual o percebe. Esta característica é enfatizada por Maria Aparecida Bicudo:

A fala é uma operação interior pela qual o sentido do mundo percebido pelo sujeito começa a romper o silêncio e a buscar formas de expressão. Ela viabiliza a constituição de um saber intersubjetivo e, portanto, histórico, social e objetivo, por ser alimento do pensamento, ao mesmo tempo em que é por ele fortalecida, consumando-o; por consumá-lo; por ser inteligência e motricidade. Portanto, por ser encarnada no corpo-

⁹ A partir da afirmação de Merleau-Ponty, que o espaço é uma potência universal onde as conexões das coisas se tornam possíveis (1999, p. 328), vários geógrafos da corrente humanista, tanto no Brasil quanto no exterior, passaram a trabalhar com um olhar na perspectiva da “Percepção Espacial”, procurando entender melhor as relações no cotidiano, na sua facticidade e no movimento intersubjetivo da realidade. Entre estes geógrafos podemos destacar o canadense Edward Relph, a irlandesa Anne Buttimer, o francês Paul Claval e o geógrafo fenomenólogo inglês John Pickles (AMORIM FILHO, 1999), cujas obras serão analisadas para reflexões, no capítulo 3. No Brasil se destacam Lívia de Oliveira, Solange Terezinha de Lima, Lineu Bley e Lígia C. Poltronieri. (AMORIM FILHO, 1999, p. 82).

das ações humanas em comunicação a todo instante, entre o que se possui de significados e o que se almeja construir ou destruir. Quando ocorre a inserção da linguagem entre estas ações, além de inserir o *outro* na minha relação com o mundo, eu estou introduzindo estes horizontes temporais também na construção intersubjetiva da realidade. A linguagem em si, não carrega apenas intenções atuais, mas toda a bagagem perceptiva, todo o pensamento em suas dimensões, e transporta nas palavras a minha intencionalidade desejando trazer todas as ações: pensamento, percepção e linguagem do *outro* em minha direção. Esta troca, este movimento são componentes essenciais da construção intersubjetiva da realidade, inferida das obras de Merleau-Ponty.

O autor dispensa um valor maior à questão da percepção, sem estar desvalorizando o pensamento como componente do *ser*. A sua valoração maior da percepção é justificada pela concepção de relação mundana que o autor traz consigo, em mostrar que o homem só se relaciona através da comunicação de seus sentidos e dos significados construídos. Não existe um espírito pensante e um corpo separados. A fusão entre os dois é que define o homem no mundo: *“O homem não é um espírito e um corpo, mas um espírito com um corpo, que só alcança a verdade das coisas porque seu corpo está como que cravado nelas”* (MERLEAU-PONTY, 2004, p. 18).

A sinestesia presente no termo “cravado” nos soa forte, podendo evocar imagens também fortes, derivadas de uma dolorosa relação entre espírito e corpo. A nossa impossível fuga do corpo como forma de experimentação do mundo vivido, e do pensamento como “escravo” do que sinto, prolonga sua dependência à minha relação obrigatória com o *outro*. Ao me apegar à linguagem como necessidade de manter minha existência viva, minha relação no mundo só se prolonga através do *outro*. As distâncias e os movimentos no mundo e a forma com que me disponho nele só se constroem com a existência do *outro*: *“todo outro é um outro eu mesmo”* (MERLEAU-PONTY, 1974, p. 142).

Trabalhando com a questão da linguagem, Enilda Bueno ressalta:

Para Merleau-Ponty, as palavras ensinam seu pensamento ao eu que as pronuncia; a expressão vira um vestígio e a idéia nunca é dada na sua transparência. A teoria da linguagem tenta superar o empirismo cientificista, bem como o idealismo cartesiano, pois o corpo se excede enquanto corpo, porque é espírito encarnado, e a linguagem enquanto significação se excede nos possíveis da significação (BUENO, 2003, p. 39).

interesse no que estivesse sendo falado, as palavras seriam apenas sons emitidos e captados pelos ouvidos. A virtude da linguagem para Merleau-Ponty é destacada porque ela:

nos atira ao que significa; dissimula-se aos nossos olhos por sua própria operação; seu triunfo é se apagar e nos dar acesso, além das palavras, ao próprio pensamento do autor, de tal maneira que após acreditarmos termos entretido com ele sem palavras, de espírito a espírito (MERLEAU-PONTY, 1974, p. 26).

A linguagem comporta consigo o poder de contato entre os espíritos encarnados. Não é ela em si que se manifesta entre os sujeitos na construção da intersubjetividade, do mesmo jeito que não é a percepção um produto da relação homem-mundo; a linguagem é a possibilidade de manifestação da inter-relação dos homens entre si, de um contato entre o que eu penso e o que o *outro* pensa, entre os sentimentos, experiências, sensações, explicações que esclarecem experiências e fatos vividos. A intersubjetividade não seria possível sem o desenvolvimento da linguagem, pois meu acesso ao *outro* seria limitado e absolutamente incompleto (MERLEAU-PONTY, 1974, p. 35).

Ao discutir algumas obras de Merleau-Ponty, Marilena Chauí ressalta a importância da linguagem. Segundo ela:

Ao falar, o sujeito se relaciona simultânea e obliquamente com o todo da língua, de cujas diferenças internas depende o sentido do que prefere; alude a significações passadas e vindouras ao visar na palavra uma significação presente; corporifica seu pensamento à medida que o pensa falando; se relaciona como outrem de cuja escuta e resposta depende seu próprio investimento como sujeito. Enquanto palavra operante que apanha indiretamente o todo da língua, a transcendência temporal ou a abertura da significação, as idéias e a intersubjetividade, a linguagem é *pars totalis e tota simul* (CHAUÍ, 2002, p. 78).

Marilena Chauí chama a atenção também ao valor atribuído por Merleau-Ponty à comunicação e à linguagem como instrumentos de inter-relação com os tempos passado, presente e futuro. Toda a bagagem da intencionalidade é introjetada nas palavras que articulam a experiência do sujeito com seu mundo e com o *outro* a quem se dirige, tentando “adiantar” no presente, no ato comunicativo, o projeto ou proposta que vem com aquele “lançar de palavras”.

Uma relação importante a se estabelecer sobre linguagem, pensamento e percepção refere-se a essa temporalidade das ações no mundo percebido. Ao se tratar da percepção e do pensamento, Merleau-Ponty aponta para os horizontes de passado e futuro em termos

construção da intersubjetividade à percepção. Para efetuar esse encaminhamento, alguns debates do autor foram peças-chave a problematização e a colocam como instrumento para se pensar o espaço geográfico numa perspectiva humanista.

Num primeiro momento discutir a questão da linguagem, expressão e comunicação em Merleau-Ponty fez-se necessário. Esta prioridade possibilitou abarcar a questão da intersubjetividade em sua obra, embora pouco mencionada e utilizada com tal nomenclatura⁸, podemos inferir em várias passagens que ela se encontra intimamente ligada à relação da percepção mútua das intencionalidades no *ser-aí-com-os-outros*.

A abordagem da linguagem como conceito estruturante da intersubjetividade em Merleau-Ponty, em nenhum momento aparece desvinculada do seu conceito de percepção. Da mesma forma que a percepção carrega em si um conjunto de comunicação dos sentidos, a linguagem carrega em si uma bagagem de percepções que se relacionando às palavras e ao *outro*, funcionam como um catalisador da dinâmica do mundo percebido. A comunicação através das palavras não pode ser entendida como um projeto de criação de uma linguagem pura, como a matemática tentou criar, mas como uma potência de acesso ao *outro*, via à criação de significados (MERLEAU-PONTY, 1974, p. 21). Ao pensarmos no termo “significado”, logo temos em mente a idéia de criação de símbolos e caracteres que, em inter-relação, levam e trazem sempre os mesmos sentidos, garantindo a veracidade da mensagem. Embora a linguagem só ocorra através de um compartilhar de significados, a criação da comunicação, se tornaria um instrumento desgastado e sem função no mundo percebido se fosse apenas uma decodificação de signos. Assim, o próprio Merleau-Ponty diz que “a comunicação é uma aparência, não nos ensina nada de verdadeiramente novo” (MERLEAU-PONTY, 1974, p. 23). Ele não pretende desvalorizar a função da linguagem, mas atentar para o que verdadeiramente acontece no processo de minha relação com o *outro* no mundo. Ele quer reafirmar que se eu penso e elaboro minhas imagens mentais através de palavras a mim dirigidas, é porque havia em mim uma estrutura de significados que me proporcionou sentir todo o contexto dirigido em palavras. Se eu não tivesse essa mínima condição de entender o *outro* e, principalmente, se não despertasse no *outro* o

⁸ Num dos exemplos apresentados em sua obra “Fenomenologia da Percepção” (1999), Merleau-Ponty apresenta um exemplo sobre a relação de um adulto com um bebê, mencionando-a como intersubjetiva: “Um bebê de quinze meses abre a boca se por brincadeira ponho um de seus dedos entre meus dentes e faço menção de mordê-lo(...) A “mordida” tem para ele imediatamente uma significação intersubjetiva. Ele percebe suas intenções em seu corpo, com o seu corpo percebe o meu, e através disso percebe em seu corpo as minhas intenções” (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 471-472).

Outrem não está cercado em minha perspectiva sobre o mundo porque esta mesma perspectiva não tem limites definidos, porque ela escorrega espontaneamente na perspectiva de outrem e porque elas são ambas recolhidas em um só mundo do qual participamos todos enquanto sujeitos anônimos da percepção (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 473).

Conflitos afloram e se tornariam inexplicáveis se assim não o fossem. Englobar o *outro* e o *outro* me conter, constituem-se nas formas de expressar como a realidade se constrói pela inter-relação das existências individuais em direção a existência intersubjetiva. Os conflitos, quando existem, não deixam de trazer os sujeitos envolvidos, uns nos outros. A variação dos sentimentos então é que determinará como será minha relação a partir daí.

Nas idéias de Merleau-Ponty, o espaço ganha um destaque especial, proporcionando reflexões a propósito dos modos de se pensar o “objeto” da Geografia. Toda a relação que o autor empreende entre os sentidos, a comunicação, a percepção e o espaço, nos possibilitou refletir a respeito da importância do espaço na construção intersubjetiva da realidade. Merleau-Ponty é enfático ao afirmar que toda percepção é espacial e que não existe percepção sem espaço, e nem esse é um simples meio onde os objetos se dispõem (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 298). Assim, o espaço não é um palco ou um meio, um fundo de tela, ele é a condição própria, a potência para a percepção (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 328).

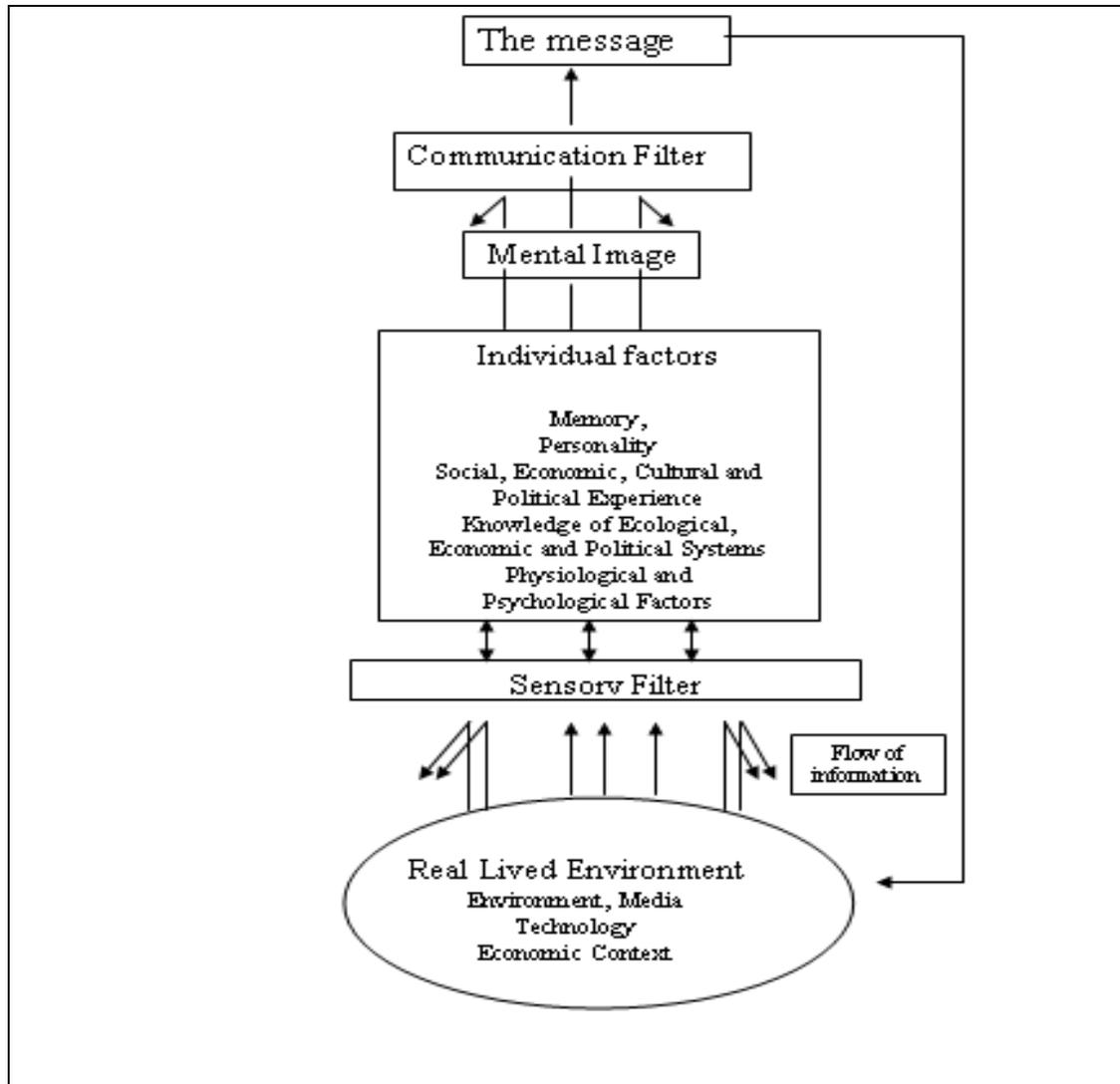
A construção e a percepção do espaço, ações inseparáveis, trazem em seu fazer os sentidos, passando pela comunicação destes e dos sujeitos, convergindo para o que Merleau-Ponty chama de percepção *em-si*. Para compreendermos melhor o processo da construção da percepção espacial, que a todo tempo caminha atrelado a intersubjetividade, foi preciso organizar uma reflexão acerca do processo da passagem da percepção individual ao seu envolvimento com o *outrem*, de modo a vislumbrar as possibilidades e contribuições deste autor às leituras e releituras espaciais.

1.2 – Da percepção espacial à intersubjetividade na fenomenologia-existencialista de Merleau-Ponty

Com base nas reflexões acerca da concepção de mundo em Merleau-Ponty e de como o conceito de percepção é por ele construído, analisamos como sua teoria relaciona a

medida que vamos tendo acesso às informações e imagens que são vinculadas pela mídia. Nossa percepção não é cotidiana, é uma percepção das percepções.

FIGURA 1 – Esquema da percepção de BAILLY, 1974



Fonte: Citado em ANDRÉ, Pierre; DELISLE, Claude E. et REVÉRET, J-P, 2004, p. 130.

Irmos ao mundo via percepção não é uma decisão pessoal, não é uma escolha. Embora esteja presente toda a comunicação de sentidos que trabalha com todas as nossas impressões e expressões, a percepção vai se posicionando diante de nossa vivência e essa vai fazendo a junção das minhas percepções. Da mesma forma que ela engloba o *outro* e o coloca como algo para o qual eu dou uma atenção especial, através das minhas escolhas, a percepção do *outro* me contém. Tal reciprocidade porém, nem sempre pode ser entendida como sinônimo de consenso como podemos ver em Merleau-Ponty.

Enilda Bueno, em seu trabalho sobre as obras de Merleau-Ponty, comenta:

Para que possamos perceber as coisas, é necessário que as vivamos. A fenomenologia da percepção nos faz esse convite, ao propor uma meditação sobre o ser-no-mundo, em que o conhecimento do mundo se torna conhecimento do homem e, do homem, conhecimento do mundo; confirma-se, assim, que as relações da compreensão do homem e do mundo são literalmente inseparáveis. Assim como o coração é a vida do corpo (BUENO, 2003, p. 40).

Já Bailly (1974) sintetiza o conceito de “percepção” em Merleau-Ponty, conforme podemos visualizar na figura 1. Em seu esquema, o mundo-vivido nos oferece a todo o momento um fluir de informações constantes, porém, ao passar pelo nosso filtro sensor, que traz nossa bagagem experiencial subjetiva e intersubjetiva, nem tudo é captado, pois nem tudo é significativo. Diante de todos os fatores sociais imbricados na subjetividade, diversas imagens mentais podem ser formadas, dependendo da construção intersubjetiva presente nos sujeitos.

Mesmo que a percepção aparentemente seja a mesma, todos estes fatores envolvidos disponibilizarão imagens mentais e conversões em linguagem que, de forma alguma serão iguais em todos aqueles que as percebem. A comunicação, via percepção, será sempre uma disponibilidade de um “fluir de informações” novas, que comporão parte do mundo-vivido ali presente, mais uma vez modificando-o, dando continuidade à dinâmica da relação perceptiva da realidade.

O convite à percepção se apresenta irrecusável, embora deixe em aberto a possibilidade de críticas. Questionamentos referentes a problemáticas “globalmente” conhecidas, como o caso da extrema pobreza no Haiti, ou em algum país africano, podem ser usados de modo a se chamar atenção sobre a necessidade em se superar o conceito de percepção. Sabemos que a pobreza nestas regiões é alarmante, sem nem mesmo termos estado lá, porém isso não contradiz as idéias de Merleau-Ponty. A nossa percepção destas realidades é construída pelos sentidos direcionados aos meios onde estas informações e imagens nos chegam. Nossa percepção destas realidades, porém, se faz mediada por representações, imbuídas, muitas vezes, por ideologias e pelas percepções de *outros*. A percepção “completa”, porém, não se constrói, uma vez que a comunicação dos sentidos e *com-os-outros* apresenta-se em sua incompletude. Possuímos diversas imagens sobre o conflito no Iraque, e nossas representações sobre vão se reconstruindo pelas percepções à

Nesta colocação, Heidegger evidencia a impossível separação entre o homem e as coisas e de sua presença no mundo enquanto presença diante do *outro*. O ato de perceber evoca a comunicação de sentidos e não pode, porém, ser um abandono a um cenário presente à minha frente e muito menos uma condição de recordação contínua. Quando o homem percebe, ele o faz através de perguntas ao mundo. A associação de idéias entre a imagem mental formada pelo fenômeno sensível leva o homem a um conjunto de ações que envolvem um questionamento ao mundo que se apresenta, ao novo que está presente nesta nova percepção, e a ligação com o que já está, pela vivência, impressa em seu *espírito*:

A qualidade sensível, longe de ser coextensiva à percepção, é o produto particular de uma atitude de curiosidade ou de observação. Ela aparece quando, em lugar de abandonar todo o meu olhar no mundo, volto-me para este próprio olhar e pergunto-me *o que vejo exatamente*; ela não figura no comércio natural de minha visão com o mundo, ela é a resposta a uma certa questão de meu olhar, o resultado de uma visão secundária ou crítica que procura conhecer-se em sua particularidade (...) (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 305).

A percepção não se constrói apenas num relance, num simples dirigir do olhar a uma paisagem ou a um espaço, seja em que escala for. O ato da percepção envolve ligação entre o percebido e o sujeito semelhante a “ondas” que vão e vem. O sujeito, que a todo o momento é sujeito da percepção, não será o mesmo a partir deste ato. E como ela se dá a todo o momento, na dinâmica do mundo, o homem é um diferente a cada instante da percepção. O mundo percebido, muito mais dinâmico do que podemos imaginar, só é mundo percebido pela existência inseparável deste multiplicar de fenômenos de percepção e inserção do homem como ser-no-mundo-com-os-outros (MERLEAU-PONTY, 1990, p.41-93).

A dinâmica da percepção não é uma construção de definições, pois assim só o seria se vivêssemos num mundo de coisas. As supostas “coisas” em contato com o homem deixam de ser coisas e se transformam em comunicação de sentidos. Como não há nada sem o homem, pois ele é a existência, então não existem coisas a não ser percebidas. A realidade existencial se constitui a partir da ação do homem neste mundo, que é feita pelas ações deste com os fenômenos. O papel do homem não se resume a um expectador, pois ele traz consigo os juízos, valores, princípios, moral, que fazem dele um ser ativo de intensa comunicação (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 308-309; MERLEAU-PONTY, 2004, p. 20-21).

formar imagens e de comunicação dos sentidos não se dá automaticamente pelo estímulo. A todo o momento, o sujeito na sua intencionalidade estabelece a ligação entre eles trazendo sua história e as construções mentais, manifestando-se diante da sua ação perceptiva. O estímulo existente não recebe uma única resposta, como defendem os behavioristas, porém é a forma de possibilitar o início da sua ação perceptiva, iniciando e se consolidando sempre pela sua intencionalidade.

O que é concebido como percepção não se restringe a esta ligação unilateral entre sentido, associação e percepção, pois cada um construirá, através de sua vivência, um conjunto de ligações entre os sentidos e entre os sentidos e os sensíveis, proporcionando uma abertura de perspectivas para os fenômenos. Não há como padronizar a percepção, pois a relação subjetiva e as associações envolvem a construção subjetiva e toda a sua história de vida (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 47-48). O ato da percepção apresenta, no ser-com-os-outros-no-mundo, um enriquecimento capaz de fazê-lo avançar num maior partilhar de conhecimentos, ampliando o universo de perspectivas, construindo a realidade pelo *ser-com*.

Os textos de Merleau-Ponty selecionados, embora nos levem a pensar que sua obra foi construída a partir da observação da observação, nos chama a atenção para toda sua consideração de mundo que não é dada como opção do homem se relacionar assim com ele, mas como única forma pela qual o homem se torna existencial. O caminho por ele seguido não parte da tentativa em desvendar primeiramente os sentidos do homem, pois busca-se partir destes de modo a criar sua concepção de mundo (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 28). O autor faz justamente o caminho inverso, ao partir do mundo-vivido, do mundo-percebido, e conclui que as coisas só existem, só possuem sentido na sua relação, na sua manifestação factual. É neste movimento que ele insere o homem e o vê na posição de “verbo”, mais que sujeito, para poder acompanhar o ritmo destas manifestações. O homem é um ser-aí, um ser-no-mundo e descobre imediatamente que é um ser-aí-no-mundo-com-os-outros.

Martin Heidegger, em uma de suas obras, comenta:

Ao esclarecermos o “ser-no-mundo”, mostramos que, de imediato, um sujeito nu, desprovido de mundo, nunca *é*; mostramos que ele não chega sequer a ser apresentado. Um “eu” isolado, sem os outros, também está, de imediato, especialmente distante de ser apresentado (HEIDEGGER, 1981, p. 31).

A afirmação da existência como co-existência implica em mudanças epistemológicas. A ação só se dando pelo impulso existencial, que é o *outro* com o compartilhar dos significados, muda a relação no mundo entre sujeito-objeto para sujeito-sujeito. O próprio conceito de percepção ganha um novo significado a partir desta afirmação existencialista, que trouxe consigo toda uma teoria direcionada a reflexões sobre as práticas, entre elas da ciência sócio-espacial.

Faz-se necessário clarear alguns conceitos estruturais do que Merleau-Ponty chama de “Percepção”, e esclarecermos o papel da comunicação dos sentidos e dos “*outros*”. Os sentidos, para o autor, são vistos como janelas entre a realidade e o homem, só que o valor a eles atribuído e a relação entre eles, se torna o mais importante na construção do conhecimento de mundo. Os sentidos, mais do que meros instrumentos permitem a cada um dos sujeitos serem ativos, elaborando perspectivas que na sua vivência estendem a realidade a uma dimensão infinita. Quando um homem percebe, todos seus sentidos se comunicam entre si, embora sua percepção não seja a soma deles. Esta dialética em Merleau-Ponty enriquece sua teoria. Ao mesmo tempo em que cada sentido capta o fenômeno, na sua facticidade, que é a única forma suficientemente capaz de abarcar a realidade, a soma das sensações não faz do objeto a soma das partes, pois, “*a unidade da coisa não se encontra por trás de cada uma de suas qualidades: ela é reafirmada por cada uma delas, cada uma delas é a coisa inteira*” (MERLEAU-PONTY, 2004, p. 22).

Ao se pensar a propósito dos sentidos do nosso corpo, automaticamente nomeamos os nossos sentidos biológicos: audição, olfato, paladar, tato e visão. E quando inqueridos sobre algo, com alguma questão na qual o verbo “perceber” se faz presente, logo nos posicionamos diante desse fenômeno, ligando o sentido ao que é sentido: ouço a música, vejo o acidente, cheiro o perfume, toco a lixa, sinto o gosto do café. Para estes exemplos, sempre associamos um sentido e um objeto, uma das condições para chegarmos a um entendimento sobre “percepção”. Se eu sinto o gosto do café, por exemplo, e formulo este pensamento, certamente é porque eu já conheço o café e sei que ele exala aquele cheiro. Os meus sentidos só se dão através de um fato, de um fenômeno que o coloca em situação, que o estimula. Eu não poderia formar esta imagem e dizer que percebo o cheiro do café, se não tivesse este processo acontecendo neste existir fenomenal.

A percepção e a sensação não se resumem unicamente, então, aos instrumentos corporais (MERLEAU-PONTY, 1999, p.285). A ação perceptiva, aqui averiguada, se diferencia do conceito behaviorista de sensação. Num primeiro momento tem-se a idéia de que a ação será estímulo-resposta, mas não é esse processo que se desenvolve. A ação de

separados para o “melhor” entendimento da realidade em Merleau-Ponty perde seu valor. Pudemos dele inferir e extrair a construção de um paradigma sem rótulos, na perspectiva de mundo complexo.

O autor não aborda a percepção nem constrói seu conceito de mundo percebido como contrário ao pensamento clássico, nem o reduz a uma oposição de idéias. Suas concepções de mundo, de sentido, de percepção, se constroem pela reflexão própria. Neste caminho, na medida em que se esbarra nos chamados “prejuízos clássicos” da ciência, Merleau-Ponty elabora suas críticas e constrói sua “proposta”:

O mundo percebido seria o fundo sempre pressuposto por toda racionalidade, todo o valor e toda existência. Uma concepção deste gênero não destrói nem a racionalidade, nem o absoluto. Busca fazê-los descer a terra (MERLEAU-PONTY, 1990, p. 42).

O apelo de Merleau-Ponty ao “descer a terra” constitui-se na verdade em um convite a estarmos diante do mundo vivido, a partir da concepção dele como “mundo percebido”. A construção do conhecimento e das relações com os *outros* advém das percepções subjetivas e do perceber-com-o-outro. Estas percepções não são meros reflexos dos objetos na retina, existem processos internos, históricos e externos que destroem o que era definido como percepção, não deixando se perder num relativismo exacerbado. A percepção subjetiva não é a de um indivíduo isolado em toda a sua vida, como numa ilha ou caverna; o homem aqui concebido é aquele relacional no dia-a-dia, compartilhando espaços e sentimentos. Willian Luijpen ao trabalhar com a questão da intersubjetividade na Fenomenologia afirma que “se remover o *outro* mentalmente nós já removemos a nossa própria existência” (LUIJPEN, 1969, p. 146), e é concebendo a existência desta forma que Merleau-Ponty vê o ser e o ser-no-mundo-com-os-outros.

A percepção para Willian Luijpen tem consigo o conhecimento como a base de sustentação do homem com o mundo. Este conhecimento, porém, deve sempre trazer a fala e o *outro* para que ela possa ocorrer. É como se o *outro* fosse o combustível da minha própria existência, alimentando os desejos e a direção das minhas ações e da facticidade:

The behaviour and speech of the others make me be the thinking, willing and acting subject I am. This is the reason why the other is “present” in my *existence*, why *existence* is *co-existence*. And it is also the reason why the distinction between the cultural world and the “natural” world cannot ultimately be maintained (LUIJPEN, 1969, p. 150).

do mundo a operação inversa, reunindo esses conhecimentos como um quebra-cabeça e construindo a realidade por este caminho. A realidade não se manifesta desta forma; ela não está disponível para uma manipulação do sujeito, e sim para a sua vivência. Assim, de início é esta relação que se apresenta como oportunidade ao homem de perceber o mundo a seu modo e relacionar-se com o que ele traz de associações passadas, presentes e das relações com os *outros*.

O que se pode apreender através do pensamento de Merleau-Ponty e da concepção de mundo clássico constitui-se nas relações de poder, no sentido antropológico, subjetivo. Admitir a manipulação da percepção, através do congelamento da realidade e sua análise, não representa a realidade em si, mas causa uma sensação de impotência que incomoda. O “mover” enquanto sinônimo de instabilidade, de penetrar em campo desconhecido ou no mínimo controlado e o conforto da manipulação fortalecem a quem diz os possuírem. Chegar à conclusão de que estamos “jogados” no mundo, condenados a sermos livres, como no dizer clássico do existencialismo, é mais difícil que construir uma nova concepção de ciência (LAPORTE, 2000, p. 64). Além disto, este “ser livre” envolve influências e interferências que relativizam e dificultam e impossibilitam sua manifestação etérea.

Uma indagação referente à percepção pode ser sintetizada da seguinte forma: o que ela traz para melhor entendermos posteriormente o mundo vivido e em especial a percepção espacial? Outras indagações manifestam-se ao longo do presente estudo, pois o ato de refletir foi tomado aqui como um exercício ou operação que apontam muito mais para novas questões do que para respostas que possam “envelhecer” ou encerrar precipitadamente exercícios de melhor entendimento de questões emergidas da complexa realidade/homem/homens.

Ao nos debruçarmos sobre as obras de Merleau-Ponty, as possibilidades de relações com nossa realidade, por ele apresentadas, foram a maior riqueza apreendida das leituras. Além de exemplos concretos de fatos, antes analisados pela concepção clássica de percepção, essas obras propiciaram momentos de pausa para constantes relações com o nosso dia-a-dia. Fatos que de áspera reflexão, agora vão se posicionando num universo de perspectivas diferenciadas, como um processo de libertação que causa ansiedade e medo do novo. Quando se compreende que é impossível decompor a percepção, e que o todo é anterior as partes, cada movimento do nosso cotidiano se torna importante naquela sua facticidade. Esse exercício simples, de certa forma, até uma brincadeira reflexiva, toma o lugar do dogma do desejo da percepção única. Sua tentativa em alcançar sentidos únicos e

O reencantamento do mundo, descrito pelo autor, nos remete a um passado condenado pela ciência, que inclusive nasce para combater tais “devaneios”. O reencanto e a fragmentação do mundo, presentes na atualidade como fenômenos crescentes, vão minguando as possibilidades em se manterem modelos de leitura científica que pretendam aprisionar ou estatizar dinâmicas próprias da realidade. Os modelos dos modelos se tornam impotentes diante da potência do real.

Em face dessa atualidade, além de novas leituras, é preciso ir em busca de abordagens que, mesmo não consideradas de “vanguarda”, apontem caminhos, contribuindo teoricamente para novos “olhares” da realidade. Uma tentativa de elaborar a realidade complexa, selecionada aqui para uma reflexão relacional, é a concepção de mundo-percebido estudada por Merleau-Ponty. Um estudo da percepção abre todo um leque de possibilidades de relação do homem com o mundo e do homem com o “*outro*” no mundo. Essas relações pensadas face ao espaço geográfico propiciam leituras numa proposta “viva” e “dinâmica” da realidade, tal como a vivemos, na sua facticidade.

Antes de discorrermos acerca da percepção espacial e como a relação no mundo-percebido traz elementos para o entendimento da construção intersubjetiva da realidade, algumas colocações foram necessárias, referentes à contribuição da fenomenologia da percepção para o estudo de categorias espaciais. Em primeiro lugar foi preciso abrir-se a uma nova postura diante do conhecimento, a qual estávamos “acostumados” fazer e ver. Sem este despojamento seria impossível entendermos como a percepção é concebida em Merleau-Ponty, pois o que ele aponta é uma proposta de relação com o conhecimento que considere a realidade tal como ela se apresenta a nós. A percepção não é única nem posta a todos da mesma forma, pois não é simplesmente captada pelos sentidos naturais. Na verdade, os tão conhecidos cinco sentidos, nesta proposta do autor, se multiplicam pela comunicação existente entre cada um destes sentidos entre si, passando-os pelo prisma das perspectivas (MERLEAU-PONTY, 1999, P. 308).

Dizer que o autor considera a realidade tal como ela se apresenta a nós parece querer criar um relativismo subjetivo e simplesmente ir numa direção contrária a tudo o que já havia sendo feito pelo pensamento clássico. Este equívoco, porém, deve ser sanado com a elucidação dos processos que envolvem o caminho entre o “sentir” e o “perceber”, encarados numa concepção de mundo não como soma, mas totalidade em movimento pela facticidade, ou seja, pelos fenômenos.

O maior espanto do autor, em relação ao que se concebe como mundo, é imaginar a hipótese de se dividir os objetos em partes para compreendê-los, fazendo do entendimento

determina tipos de sujeitos, nem tipologias de comportamentos previsíveis. O ser-no-mundo não é um produto da soma das sensações, mas são elas que na sua ação atual, no *ser-aí*, que vão reconstruindo a existência subjetiva e ativa, direcionando-se para a construção intersubjetiva da realidade.

A crítica maior de Merleau-Ponty, dentre os chamados “prejuízos clássicos”, refere-se ao modelo criado pela ciência moderna ao considerar todo o mundo e tudo como “coisas”. Quando o homem fez isso, ele tentou arrancar os intervalos e as ligações significativas entre os objetos, comprometendo a compreensão real deles que só existem por causa destas ligações, resultado de uma generalização homogeneizante em detrimento da diversidade e da diferença. O que a ciência fez com o conhecimento e com o mundo foi então distanciá-los entre si, pela tentativa de congelamento dos fatos, objetivando-os e dividindo-os em partes do mundo para uma melhor compreensão do “todo”. A chamada “Teoria dos Sistemas” ilustra bem tal tentativa de análise de um todo pelas partes, a formação de sistemas de análises, através dos modelos, conduz a classificação da realidade numa divisão, que na verdade esquarteja o engajamento do mundo, a ligação com esse. O mundo é existência de objetos e apenas realidade objetiva.

Os aspectos acima expostos mostram o cenário da argumentação no qual Merleau-Ponty elabora suas colocações. Estas idéias são marcos fundamentais para se entender e trabalhar a passagem da sensação à percepção na visão deste autor. A partir daí, compreender seu pensamento sobre a percepção espacial e a concepção de mundo como “mundo-percebido” passa a ser a base para buscarmos elementos para se pensar a intersubjetividade, entendida inicialmente como processo de construção da realidade social.

1.1 – O mundo-percebido em Merleau-Ponty e a construção da percepção

As incertezas, emergentes na atualidade, intensificam cada vez mais as práticas individualistas, que demandam rearranjos do fazer social. A necessidade crescente de elucidar questões referentes à diversidade e à multiplicidade reclama novas metodologias de relacionamento com a realidade. Enrique Larreta, partindo deste pressuposto justifica que “*neste fim de século, o mundo revela-se mais reencantado do que desencantado, mais heterogêneo e fragmentário do que o imaginado pelos sociológicos clássicos do século XX, Max Weber e Émile Durkheim*” (LARRETA, 2003, p. 38).

relação com o mundo e a realidade, para abrir o conceito de “sensação” e mais adiante o de “percepção”.

Quando se refere à ciência e sua forma de apreensão e concepção de mundo, Merleau-Ponty nomeia suas críticas a essa construção de ciência como “prejuízos clássicos” e constrói suas idéias em contrapartida. Os sentidos, a sensação e o que o autor aborda como fenomenal se contrapõem às idéias clássicas de relação do homem com o mundo, cujos “conceitos” servirão de base para uma nova relação do sujeito como ser que percebe. Ao se referir ao empirismo e sua concepção de sensação ele pontua:

A qualidade determinada, pela qual o empirismo queria definir a sensação, é um objeto, não um elemento da consciência, e é o objeto tardio de uma consciência científica. Por esses dois motivos, ela mais mascara a subjetividade do que a revela (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 28).

De modo a defender sua idéia da percepção como fundamento de uma nova relação do homem com o mundo, o autor aponta as limitações desta relação segregada entre o sujeito e este mundo que o rodeia. Com isso, ele destaca que há uma nova concepção de ciência preocupada com a realidade tal como ela se apresenta, à medida que vai desenvolvendo sua fenomenologia. Ao se referir ao conceito de sensação como “objeto tardio de uma consciência científica”, toda a necessidade de inserir a ação do homem, na dinâmica viva do mundo se destaca. Aquilo que importa, que representará a realidade numa dimensão infinitamente mais ampla do que a visão segregada empirista se torna pré-requisito para se avançar no teorizar sobre a percepção e sua apresentação como método, cujo cerne se baseia na inserção do mundo vivido no conhecimento.

Quando os sentidos são trabalhados por Merleau-Ponty como conceitos e elementos do processo de percepção, eles devem ser entendidos de forma diferenciada. Os sentidos, na dimensão do autor, vão além dos sentidos como instrumentos fisiológicos do nosso corpo que agem pelos estímulos. Essa concepção coloca o sujeito numa situação passiva ao mundo, como se fosse possível sentir sem relacionar o que se é nesta experiência. A sensação, instrumento da percepção, se comunica o tempo todo com os outros sentidos corporais, com os sentidos recordados pela mente no momento da experiência, passando ainda pela atenção e juízo de idéias, tornando o homem um ser ao mesmo tempo “jogado” no mundo e ativo nesse. A sensação em si não pode, porém, ser confundida com uma acomodação de momentos passados que se apresentam na minha memória atual enquanto cenas sobrepostas. A subjetividade construída pela vivência das experiências passadas não

Num segundo momento, o item 1.2, se dirige à percepção espacial enquanto ligada a intersubjetividade, aprofundando-se nas questões da relação do ser-no-mundo-com-os-outros.

A última parte, o item 1.3, traz a contribuição da sociologia fenomenológica de Alfred Schutz. Este teórico faz ponte entre fenomenologia e sociologia, possibilitando o encontro entre os conceitos de intersubjetividade e de sociedade, destacando as nuances específicas de cada um, sendo o primeiro intimamente ligado ao processo de constituição do segundo. Este autor, de suma importância, contribui ao complementar a fenomenologia com elementos de construção social da realidade enriquecendo, portanto, as discussões aqui pretendidas.

Em princípio, para clarearmos o entendimento das relações existentes entre a percepção e sua ligação com o processo da construção intersubjetiva da realidade em Maurice Merleau-Ponty é válido destacar como a necessidade de repensarmos o conhecimento e a ciência está presente nas suas obras. Além das críticas específicas ao modelo clássico de ciência, o autor também as faz à Psicologia, por ele chamada de antiga psicologia, em uma de suas primeiras obras em 1934: “*A natureza da percepção*”⁷. Uma das primeiras críticas levantadas pelo autor é a de que:

A antiga psicologia postulava como dados primeiros da consciência as sensações, que se supunha corresponderem termo a termo às excitações locais dos aparelhos sensoriais, de tal modo que uma determinada excitação produzisse sempre a mesma sensação (MERLEAU-PONTY, 1990, p. 24).

Esta abordagem da psicologia parte do pressuposto de que as sensações estão ligadas unicamente ao aparelho sensorial fisiológico, são sempre um objeto à vista e que não possuem sentido ambíguo. Da mesma forma que a ciência clássica, a psicologia antiga segue o mesmo curso nas considerações sobre sensação e percepção de mundo. Esta consideração acabou sendo utilizada como instrumento entre os profissionais da psicologia para justificar uma concepção de modelo mental, que na prática, ignorou o sujeito como sujeito pensante e da percepção, o deixando muito mais jogado aos instintos (MERLEAU-PONTY, 1990, p. 24). Diante da realidade vivida, Merleau-Ponty, como profissional atuante na época, elabora suas críticas a partir desta limitação atribuída aos sentidos e sua

⁷ Esta obra está contida na seguinte referência bibliográfica: MERLEAU-PONTY, Maurice. O primado da percepção e suas consequências filosóficas. Campinas: Papirus, 1990. p. 15-32.

1 – AS RELAÇÕES NO MUNDO-PERCEBIDO

“A percepção do espaço não é uma classe particular de “estados da consciência” ou de atos, e suas modalidades exprimem sempre a vida total do sujeito, a energia com a qual ele tende para um futuro através de seu corpo e de seu mundo” (Maurice Merleau-Ponty).

O mundo diante dos nossos sentidos a cada dia se torna mais complexo, com relações que estão se intensificando e se diversificando. Estas relações vão tecendo a realidade e, dentro delas, os sujeitos vão se posicionando, se interagindo, explodindo em perguntas que demandam respostas. Estamos imersos nesta complexidade e, através da percepção e de outros contatos com o mundo vamos tomando parte dele, compondo-o ao mesmo tempo em que ele vai tornando-se parte de nós.

A partir desta dinâmica, o entendimento da construção da intersubjetividade vai demandando respostas, pois os fenômenos assumem diversas características e as mudanças se realizam sem demarcação de tempo. Neste movimento, reflexões teóricas acerca destas questões se apresentam diante dos paradigmas solicitando releituras, de modo a ampliarem os olhares sobre este mundo que se mostra. Desta forma, torna-se necessário o diálogo entre autores para que, a partir daí, elementos que contribuem para uma elucidação de questões específicas e a construções de pontes e relações se efetivem. É preciso identificar as questões para se elaborarem reflexões a fim de se entender as idéias e as associarem as de outros autores. Neste exercício busca-se textualizar uma nova construção de entendimentos e valorização de idéias com intuito de contribuir e avançar nas discussões a propósito do que é posto pra diferentes campos disciplinares. Além disso, é preciso situar o contexto geral de onde parte aquele autor, para se compreender ou se remeter às conjunturas histórica e acadêmica que o influenciaram a desenvolver tais idéias e propor concepções.

Com o objetivo de contribuir epistemologicamente ao debate da construção do conceito de intersubjetividade, este capítulo traz reflexões sobre a fenomenologia-existencialista de Merleau-Ponty e a respeito da sociologia-fenomenológica de Alfred Schutz. Num primeiro momento, no item 1.1, discute-se o papel da percepção subjetiva na construção do mundo-percebido, enfatizando sempre os elementos que apontem para a construção da intersubjetividade nas idéias de Merleau-Ponty.

Feitas tais relações entre os autores, o texto propiciou um diálogo com as leituras sobre o “lugar”, em suas diversas concepções, tentando uma nova abordagem relacional. Para isso foram frisados os processos intersubjetivos de constituição dos lugares, abordando inclusive vários exemplos de estudos de outros pesquisadores, com o intuito de aduzir a novas temáticas e explicitar limites neste caminhar teórico.

A utilização deste percurso metodológico, cujo enfoque de análise já se instituiu previamente, não procurou, porém, restringir ou rotular novas situações de leituras do “lugar” ou da realidade. A abordagem relacional feita nos primeiros capítulos culmina numa apreensão relacional ampla, onde as leituras do “lugar” são inseridas, demonstrando e proporcionando a liberdade de seu uso enquanto subsídio ou contribuição fundamental a se pensar novas formas de decifrar o espaço.

Os exemplos empregados no capítulo 4 foram selecionados levando-se em consideração, primeiramente, o embasamento epistemológico privilegiado pelos autores nas suas leituras da realidade. A partir deste filtro, vários trabalhos de cunho fenomenológico-existencialista e de representações sociais foram destacados. Diante do número elevado, ainda decorrente desta primeira seleção e da impossibilidade de inserção de todos no diálogo com a teoria relacional construída, foi estabelecida uma nova análise. Neste procedimento, segunda seleção reuniu trabalhos baseados no critério da máxima variedade de enfoques e leituras da realidade sócio-espacial possíveis, de modo a ampliar o alcance da relação teoria/prática almejadas nos resultados deste trabalho.

e trabalhos. Com esta obra, Helmut R. Wagner apresenta um panorama importante de vários temas analisados por Schutz que incluem questões entre a intersubjetividade e as relações sociais no mundo da vida.

A Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici, referenciada no segundo capítulo, tem como obra principal uma coletânea de textos que abarcam o pensamento conceitual referente às Representações Sociais. Essa obra, intitulada “Representações Sociais – Investigações em Psicologia Social”, é uma compilação do psicólogo Pedrinho Guareschi que trabalha com esta teoria e contribui aqui, com leituras feitas sobre Serge Moscovici.

Além dessas obras de referência, outros autores que apresentam conceitos complementares e alguns que já trabalharam com essas temáticas também foram apreciados. Para Serge Moscovici, foram verificados, por exemplo, os trabalhos de Pedrinho Guareschi (1996, 1998), Denise Jodelet (1998), Sandra Jovchelovitch (1995; 1998a; 1998b; 2000) e Celso Pereira de Sá (1993).

Enfocando as categorias espaciais anteriormente mencionadas, autores como Anne Buttimer (1995), Edward Relph (1979), Doreen Massey (2000), Milton Santos (2002a; 2002b), Rogério Hasbaert (2004), Ana Fani Alessandri Carlos (1996), Paul Claval (2004) entre outros, foram averiguados e postos em diálogo a fim de serem identificadas como as relações tecidas ao longo dos seus estudos podem contribuir no avanço destes conceitos, trazendo a reflexão para as questões concernentes ao mundo contemporâneo e seus movimentos.

A metodologia utilizada nesta pesquisa pautou-se nas leituras e reflexões acerca dos autores relacionados. Tais leituras foram efetivadas a partir de um enfoque pré-determinado, como forma de organização do percurso teórico a ser feito. Por se tratar de um trabalho relacional, fez-se necessário o estabelecimento de limites para as leituras como estratégia de conciliação de tempo disponível do pesquisador com as possibilidades de uma construção teórica significativa à epistemologia geográfica.

O enfoque dado às leituras em Merleau-Ponty, Alfred Schutz e Serge Moscovici tentou entender mais e melhor como tais autores abordam a constituição intersubjetiva da realidade enfocando neste exercício os elementos e processos de sua formação. Para isso, fez-se necessário selecionar nos autores todos os constituintes apontados como aqueles responsáveis pela abertura individual ao encontro dos processos intersubjetivos e sociais, de modo a proporcionar a posteriori uma leitura relacional.

elementos internos da percepção, indo gradualmente ao fazer intersubjetivo em Merleau-Ponty e mais adiante em Alfred Schutz.

O segundo capítulo analisa a Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici. Nesta análise, primeiramente, foi elaborado um histórico da teoria enquanto paradigma da Psicologia Social, fazendo um caminho entre as “Representações Coletivas” de Durkheim para se entender sua reelaboração enquanto “Representações Sociais”, para Moscovici. Adiante, abordamos as categorias imprescindíveis ao entendimento das “Representações Sociais”, bem como suas possibilidades de entendimento da realidade intersubjetiva para leituras sócio-espaciais.

O terceiro capítulo reúne às concepções existentes e possíveis para o entendimento do papel do “lugar-mundo-vivido” e “lugar-território” na contemporaneidade, buscando desde a gênese do conceito na epistemologia moderna da Geografia seus elementos. Neste capítulo foram apresentadas diversas concepções do “lugar” e como elas podem ser tomadas de forma inter-relacionada.

O quarto capítulo identifica às relações teóricas e metodológicas entre a Fenomenologia e a Teoria das Representações Sociais destacando suas convergências e divergências para leituras do “Lugar”.

Após a análise das três formas de se trabalhar com o processo de construção do social a partir da intersubjetividade a atenção foi dirigida às principais obras que embasaram as reflexões deste trabalho. Além destas obras de referências, outros autores que apresentam conceitos complementares e alguns que já trabalharam com estes estudiosos também foram considerados, para que a reflexão não se tornasse limitada e corresse o risco de se perder em seu próprio caminho.

Para os estudos da fenomenologia-existencialista em Merleau-Ponty e dos processos de encontro da percepção subjetiva com a consideração do *outro*, neste mundo percebido, as principais obras deste autor analisadas foram: “A Fenomenologia da Percepção” (1999) [(1945)], “O primado da percepção e suas conseqüências filosóficas” (1990), “Conversas-1948” (2004) [1948] e “O homem e a comunicação: a prosa do mundo” (1974).

As contribuições da sociologia fenomenológica de Alfred Schutz foram apreciadas também no primeiro capítulo a partir da obra “Fenomenologia e Relações Sociais” (1979). Esta publicação não se constitui em uma obra única e específica do autor, mas um conjunto de vários de seus textos compilados por Helmut R. Wagner. Este organizador justifica a importância desta edição, pelo fato da obra de Schutz estar distribuída em vários periódicos

entendermos o processo de elaboração da percepção para o sujeito, bem como os elementos que o autor apresenta, ao se referir ao *outro* na relação da construção da percepção espacial. Neste processo, buscou-se entender o que nos possibilita conceituar como elementos-chave para a construção espacial via intersubjetividade.

A segunda questão norteadora, abordada ainda no primeiro capítulo, tratou de uma vertente ainda da Fenomenologia, representada por Alfred Schutz através de sua Sociologia fenomenológica. Com este autor buscou-se entender como esta Sociologia fenomenológica considera a construção social a partir da intersubjetividade, procurando elementos intervenientes nas relações sociais discernidos pelo autor a respeito da intersubjetividade e como ele os relaciona com as outras abordagens.

A terceira questão foi analisada no segundo capítulo intitulado “**A Teoria das Representações Sociais de Moscovici e a Intersubjetividade**”. Nesta abordagem, a reflexão parte da forma com a qual a Teoria das Representações Sociais, ramo da Psicologia Social, estabelece a ponte entre a subjetividade e a intersubjetividade. Torna-se imprescindível entender o processo através do qual o autor tece sua teoria, partindo da psicologia clássica e os estudos da subjetividade para assim levantar suas críticas e inserir elementos que justifiquem a importância da intersubjetividade na vida do homem e sua relação com seu mundo vivido.

A quarta questão norteadora parte das conexões entre as três questões precedentes e da literatura geográfica sobre a categoria “Lugar” enquanto “lugar-mundo-vivido” e “lugar-território”: quais as contribuições que essas relações oferecem para releituras da categoria “Lugar”? Neste momento da pesquisa, na qual as reflexões precedentes confluem através das pontes teóricas, voltadas às leituras do espaço na Geografia há um enriquecimento dos conceitos apresentados. Tais reflexões indicam caminhos mais livres para se pensar o trabalho dos autores privilegiados, de modo a construir uma forma de se pensar numa perspectiva mais móvel, complexa e real.

Formas de abordagem e metodologia

Conforme a estrutura do texto apresentada, esta dissertação se divide em quatro capítulos, sendo o primeiro dedicado às duas abordagens, vertentes da Fenomenologia: a existencialista em Maurice-Merleau Ponty e a sociológica em Alfred Schutz. Neste capítulo foi feito um caminho entre as considerações mais individuais relacionadas aos

elementos do fazer social como a comunicação, tipificação, interação em sua teoria e aborda numa escala referente a comunidades o fazer social.

- A terceira abordagem procedente da Psicologia Social reporta-se à Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici. Este autor, partindo das críticas à Psicologia Clássica, altamente “subjetivista” e cognitivista, elabora uma contribuição importante sobre a construção das Representações Sociais via Intersubjetividade. Este conceito é altamente trabalhado, e o autor acaba apresentando novos conceitos que auxiliam no melhor entendimento dos processos referentes à subjetividade e a intersubjetividade. Os conceitos que emergem são, por exemplo, os de alteridade, ancoragem e objetivação, aqui também considerados e relacionados a outros significativos como ideologia e identidade.
- A partir destas reflexões, enfocando o processo de construção intersubjetiva da realidade, outras relações entre as abordagens descritas foram feitas voltadas à contribuição de novas leituras da categoria “Lugar” enquanto “lugar-mundo-vivido” e “lugar-território”. Quando se refere a “leituras do espaço” pensa-se a teoria como subsídio às pesquisas científicas, pois o olhar sobre o espaço e a escrita que envolve o conceber o mundo de formas diferenciadas, através do método, permitindo a apreensão da realidade em sua complexidade e em toda esta rede. Este trabalho traz reflexões que caminham nesta direção, na construção de um olhar para a complexidade e para o espaço sempre numa perspectiva vivida e tal como ela se apresenta.

Questões Pesquisadas

Esta dissertação trabalha com questões reunidas em quatro eixos norteadores. Os três primeiros referem-se a teorias e epistemologias distintas. Já o quarto eixo traz em seu corpo a necessidade de relacionar os primeiros de modo a construir respostas, buscando concomitantemente convergências entre estas:

O primeiro eixo norteador foi abordado no primeiro capítulo: **“As relações no mundo-percebido”**. Neste capítulo, a questão principal referiu-se à compreensão de como a intersubjetividade é construída na Fenomenologia-existencialista de Maurice Merleau-Ponty, ressaltando o papel da percepção nesta construção. Neste exercício foi importante

conter no seu conceito relações intersubjetivas importantes consideradas neste trabalho reflexivo.

A partir da prioridade dada ao processo de construção intersubjetiva da realidade, algumas pontes teóricas se tornaram conspícuas para se avançar na construção teórica do conceito de “Lugar”. Sendo assim, três abordagens da realidade se apresentaram como mais importantes para se pensar questões, que relacionadas entre si constituíram o objetivo maior desta pesquisa:

- A primeira abordagem se refere à corrente filosófica da Fenomenologia-existencialista de Maurice Merleau-Ponty (2004, 1999, 1990 e 1974). Este autor parte da consideração de mundo como “mundo-percebido”, na qual a construção da relação entre sujeito e mundo se dá a partir dos sentidos, do juízo, da atenção, e dos processos constitutivos da percepção subjetiva, que toma o mundo como um campo fenomenal constante. Neste autor, o conceito de intersubjetividade não aparece definido, mas os processos de relação deste ser perceptivo no mundo, que inclui o *outro*⁶, foram elementos fundamentais à reflexão de como ele aborda este encontro do subjetivo com o intersubjetivo de modo a se chegar ao social.
- A segunda abordagem diz respeito à Sociologia Fenomenológica de Alfred Schutz (1979) que, na tentativa de inserir a temática social a partir de uma concepção fenomenológica, contribuiu para pensar o processo da passagem da intersubjetividade na construção social da realidade espacial. O autor valoriza a questão do homem e sua comunidade e parte de uma concepção de homem como sujeito de participação através de sua concepção de mundo e das relações em complexas redes de interação que o cotidiano o coloca. A partir deste ponto de partida, Alfred Schutz apresenta considerações importantes para se pensar o conceito de intersubjetividade. Diferentemente de Merleau-Ponty, Alfred Schutz apresenta o conceito de intersubjetividade, naquilo em que é propiciado pela inserção da visão sociológica da realidade na perspectiva fenomenológica, se tornando obra fundamental para reflexão neste trabalho. Schutz considera

⁶ O “outro” deve ser entendido no sentido amplo da palavra: instituições, organizações, coletivos e também sujeitos na sua singularidade.

a Filosofia, para que o objeto de estudo fosse um “objeto”, mas um “sujeito-objeto-sujeito” como a realidade sempre teimou em nos mostrar.

Objetivos

Quando se parte da realidade, ou de reflexões a partir do mundo vivido, a construção do conhecimento se posiciona conforme as indicações de Edgar Morin, sobre o mundo contemporâneo tal como ele se apresenta. A complexidade é posta e a necessidade de busca de conhecimento, explicações e interpretações da realidade extrapolam as fronteiras de uma só ciência. Com isso, o pensamento filosófico se torna cada vez mais emergente neste tipo de olhar para o mundo e a relação entre as áreas do conhecimento vão se intensificando e enriquecendo aquilo que é objetivo maior, ou seja, trabalhar a realidade tal como ela se apresenta no seu cotidiano, considerando-a como um conjunto de conhecimentos vivos. Faz-se necessário salientar que, embora emergente, esta postura ainda não pode ser definida como majoritária, esbarrando-se nas “resistências” do movimento do fazer científico.

Tendo em conta esses pressupostos e a fim de contribuir para o desenvolvimento do corpo teórico e epistemológico da Geografia, foram objetivos desta pesquisa:

- Refletir sobre a categoria “Espaço”, mais explicitamente, a sub-categoria “Lugar”, que ganha proeminência no mundo contemporâneo, pelo seu viés subjetivo e cotidiano. O “Lugar” foi focalizado a partir de duas abordagens: em sua relação “lugar-mundo-vivido” e “lugar-território”, destacando questões concernentes à experiência cotidiana, às identidades, à des-re-territorialização, à ideologia e às relações de poder nos processos de sua construção via intersubjetividade. Além disso, objetivou-se destacar elementos da intersubjetividade presente nos conceitos da sub-categoria “Lugar”, de modo a entender como elas se configuram.

O termo sub-categoria não o coloca como uma categoria de menor importância do que o “Espaço”. O termo “Sub-categoria” remete ao “Lugar” a posição de categoria espacial, derivada do conceito-chave da Geografia “Espaço” e implicada nele. A sub-categoria “Lugar” é destacada pela sua essência, em

Complexidade”. Para justificar a necessidade de abertura a novas abordagens do mundo, este autor parte de uma crítica a postura científica clássica:

O paradoxal é que essa ciência moderna, que tanto contribuiu para elucidar o cosmos, as estrelas, a bactéria e, enfim, tantas coisas, é completamente cega com respeito a si mesma e a seus poderes; já não sabemos para onde ela nos conduz (MORIN, 1996, p. 276).

Edgar Morin é enfático a propósito da fragmentação do mundo para estudo e do distanciamento entre sujeito e objeto como fuga ao confronto com a complexidade do mundo. Para ele, a ciência tem buscado a fuga ao mundo pela pretensa neutralidade. Este esquivo tem sido um desafio para os teóricos que partem da concepção de mundo como um complexo de relações, uma vez que almejam refletir além dos conhecimentos específicos e procuram se abrir ao mundo como se apresenta. A ciência não pode estar construindo o seu mundo pela fragmentação do conhecimento uma vez que é o mundo em si que coloca sua complexidade aos nossos sentidos e nos desafia a criar redes de articulações teóricas, que só se constroem através de uma abertura ao novo e de uma atividade reflexiva.

Face esta realidade contemporânea de complexidade, a necessidade de novos conhecimentos, para avançar na produção teórica da Geografia se faz presente, de modo a contribuir para se pensar as questões referentes a essa mudança de postura diante do mundo e do conhecimento geográfico. As inquietudes no presente estudo decorrem de reflexões precedentes vinculadas à necessidade de se compreender melhor os processos de construção social a partir de uma presença reflexiva do cotidiano, pelas relações intersubjetivas e a partir de um viver-com-os-outros no dia-a-dia prático, que se abre a perguntas o tempo todo.

O tema que impulsionou este trabalho se coloca diante deste mundo complexo. A construção da realidade e a construção do espaço se dão a partir da relação entre os sujeitos e entre estes com os objetos. Estas relações, porém, não são consideradas como somas de sujeitos, de impressões, de objetos ou de ações, pois não se dão como algo simples e sem conflitos. O que se pretendeu aqui foi entender os processos presentes na construção intersubjetiva da realidade, da qual diversas relações transversais imbricadas foram pontuadas. Para possibilitar estas reflexões e construir uma contribuição que partisse das relações que ocorrem no mundo e da concepção de espaço como construção intersubjetiva, do ser-no-mundo-com-os-outros foram verificadas em termos de possibilidades de construção de pontes teóricas entre a Geografia e a Psicologia Social e entre a Geografia e

alguns influenciados pela visão até mesmo idealista e outros pela visão mais existencialista e fenomenológica, como Eduard Relph⁴ e Yi-Fu Tuan⁵.

O relativo atraso no desenvolvimento da ciência geográfica e sua sistematização, em relação às demais ciências fizeram com que se agravassem as discussões internas sobre qual seria a escala de análise ideal para a Geografia: região, paisagem, espaço isomórfico, território ou lugar. Além das discussões referentes à evidência de fragmentação entre Geografia física e Geografia humana compôs-se também o debate, a dicotomia Geografia regional e Geografia geral. Deste modo, a Geografia “se prendeu” mais a uma prática vinculada constantemente à defesa de ideologias e de idéias, do que mesmo à realidade e suas questões. A realidade sócio-espacial, como objeto de reflexão, ficou à margem das discussões teóricas na Geografia e o fazer empírico acabou, ou refém de um modelo paradigmático, ou órfão de subsídios para leituras que partissem da base teórica epistemológica, que transforma o “fazer” em qualquer área do conhecimento (CORRÊA, 1995, p. 15-47; SANTOS, 2002a, p. 99-108).

Diante dessas colocações, considerar o mundo como dinâmico e partir de críticas às posturas que criam segregações entre sujeito e objeto, que transforma o mundo num cenário congelado foram balizamentos das reflexões teóricas deste trabalho. Já está explícita a necessidade da busca do conhecimento sobre a ciência, ou seja, na epistemologia, pois é este saber que nos proporciona melhores reflexões sobre a construção do conhecimento e concepção de mundo, abrindo-os aos questionamentos que a realidade aponta. Esse não é um saber que apresenta receitas a se seguir num projeto científico de leitura da realidade, mas um conjunto de idéias, direções que proporcionam um ir e vir na realidade abordando as relações entre sujeitos e objetos no mundo.

Conforme apresentados, os métodos clássicos de leituras da realidade criam um universo de questões sem respostas, que validam as críticas diversas afloradas entre aqueles que pensam o conhecimento científico. Dentre estas críticas é importante salientar a contribuição de Edgar Morin sobre o que ele chama de “Epistemologia da

⁴ Edward Relph, geógrafo canadense e um dos principais representantes da chamada Geografia Humanista, que nasce na década de 70, paralelamente com a chamada Geografia Crítica. Relph parte da fenomenologia e no estudo da percepção para embasar sua obra. “*Segundo o autor, o método fenomenológico era apropriado para descrever o mundo cotidiano a experiência imediata do homem*” (HOLTZER, 1993, p. 122). A partir daí ele passa a trabalhar com esta visão holística do homem e da natureza, criticando o cientificismo e o positivismo, presentes na Geografia.

⁵ “*Geógrafo sino-americano, que explorou um número impressionante de temas humanísticos (topofilia, espaço e lugar, paisagens valorizadas, literaturas e lugares, experiência estética, espaços simbólicos, etc) e que talvez, seja aquele que mais contribuiu para a criação de toda uma nova terminologia par a Geografia Humanista*” (AMORIM FILHO, 1999, p. 80)

homem em seu texto é aquele que modifica o espaço e torna cada fragmento deste único, mas a ação do homem em si não é objeto de seu estudo, e sim o resultado a ser descrito em obras monográficas (VIDAL DE LA BLACHE, 1995).

Além destas duas perspectivas, há uma fase posterior ao “possibilismo” denominada Geografia Quantitativa, ou Teorética, de base neopositivista, que traz como principais pensadores W. Bunge e J. W. Watson. Esta corrente geográfica surge em contraponto à Escola francesa de Vidal de La Blache, atribuindo uma maior importância ao conceito de espaço, sem privilegiar nenhum recorte espacial, tratando-o como algo abstrato, associado à noção de *planície isotrópica* e submetido à ação de mecanismos econômicos. Assim, o espaço aqui, se apresenta em princípio, como algo homogêneo no que diz respeito a suas características físicas e humanas para, posteriormente, ser diferenciado por aspectos ligados à economia: uso da terra, relações centro-periferia, etc., que têm como balizadores principais a distância, a orientação e a conexão. O espaço é tratado como uma matriz estática e homogênea em todos os aspectos, sendo as interconexões, ligações e diferenciações definidas unicamente por modelos econômicos também estáticos (CORRÊA, 1995, p. 15-47).

Assim como a Geografia Quantitativa criticou a “subjetividade” presente na elaboração de trabalhos de cunho historicista ou possibilista, surge na década de 1970 uma contra-corrente de influência marxista, denominada Geografia Crítica ou Radical. Neste movimento epistemológico destaca-se no Brasil o geógrafo Milton Santos (1926 – 2001), um dos principais Geógrafos a criticar o paradigma da Geografia Quantitativa. Para ele, o espaço e a sociedade estão intimamente ligados e fazem parte de um mesmo conceito, pois o primeiro passa a ser entendido como produto do modo de produção praticado pela segunda, ou seja, um passa a ser visto como fator da outra. A contribuição deste autor e de outros geógrafos críticos foi retomar o caráter historicista e introduzir a crítica e o dinamismo nas análises espaciais, evitando a deturpação do conhecimento da realidade em função dos objetivos de uma classe dominante (SANTOS, 2002a; 2002b).

Contemporânea a Geografia Crítica e corroborando do ideal crítico à postura quantitativa na Geografia, emerge também outra grande contra corrente denominada Geografia Humanista, que acabou se desvinculando deste rótulo para uma posição mais dialógica com outras abordagens. Nesta linha, alguns podem ser chamados de humanistas;

manipulável, interessando mais a técnica do que a teoria. Hilton Japiassu, ao apontar críticas a estas posturas comenta:

O que se encontra em jogo não é a sofisticação técnica dos instrumentos metodológicos, mas seu requinte irrefletido destinado a preencher o vazio criado pela ausência de visão teórica. Porque não podemos dissociar a construção do objeto dos instrumentos de sua construção e de sua crítica (JAPIASSU, 1994, p. 10).

Estes direcionamentos do saber científico das Ciências Humanas, incluindo a Geografia, “suportaram” e ainda “suportam” tais práticas enquanto sujeitas às relações de poder que se instauram, tanto concernente a um protecionismo acadêmico ou enquanto subsidiário de práticas político-administrativas em busca do conhecimento técnico aplicável. As emergências, porém, da necessidade de uma evolução teórica do conhecimento, que enfoque o *real* “humano” nestas ciências, advêm justamente do “clamor” do próprio objeto de pesquisas destas. Essa demanda apresenta-se de forma irreversível chocando-se com os interesses tecno-burocráticos, confirmando a afirmação de JAPIASSU de que “*talvez a desgraça das Ciências Humanas esteja no fato de lidarem com um objeto que fala*” (JAPIASSU, 1994, p. 9).

Na Geografia é possível percebermos também em sua cronologia epistemológica, a evolução de seu pensamento aliado ao desenvolvimento da história da ciência em geral, embora um pouco atrasada em relação às outras ciências humanas. Assim, num primeiro momento de consolidação da Geografia, enquanto ciência, encontramos a base positivista da Geografia desenvolvida por dois importantes pensadores: o alemão Friedrich Ratzel com suas idéias “deterministas” e o francês Paul Vidal de La Blache com o “possibilismo” ou “historicismo”.

Friedrich Ratzel (1844-1904) baseado nas idéias evolucionistas de Darwin trouxe à Geografia as idéias deterministas, enfocando a necessidade de expansão territorial como expressão da superioridade de um povo. Ele traz como foco de análise, o “território” enquanto espaço vital. Suas idéias foram utilizadas durante todo o processo de formação e expansão do Estado alemão e serviram como teoria de sustentação para justificar a superioridade de uma “raça” por características naturais determinantes (LENCIONI, 1999, p. 82-84).

Já Paul Vidal de La Blache (1845 – 1918), apesar de considerar as marcas impressas pelo homem no meio, no espaço, é comumente classificado como positivista, pois deixa claro em seu texto que “*a geografia estuda os lugares, não o homem*”. O

INTRODUÇÃO

A ciência e o progresso fizeram o homem perder a natureza humana. Ele se desfez e não se constituiu.
(Edgar Morin)

O desenvolvimento do pensamento filosófico e suas contribuições no universo científico, desde seu nascimento clássico com René Descartes¹ e seu pensamento cartesiano, bem como com o positivismo de Auguste Comte² e seus discípulos, embora tenha buscado respostas às perguntas constantemente levantadas, se apresenta no mundo contemporâneo como insuficientes à compreensão de questões relacionadas ao conhecimento da sociedade e suas contradições. A complexidade do mundo e a concepção deste, como um conjunto de inter-relações de fenômenos se tornam cada vez mais afastadas desta tentativa de união de objetos como soma da realidade, emanando questionamentos que vêm demandando novas formas de leituras (MORIN, 1996, p. 275-279).

As ciências humanas, neste contexto, se destacam como àquelas que mais sofrem com a padronização da análise criada pela ciência clássica, pois este modelo ainda persiste tomando grande parte do corpo acadêmico. O modelo de separação entre o sujeito e o objeto e sua tentativa inversa de separação drástica³ não conseguiram abarcar a realidade na perspectiva de seu movimento, de seu fazer via relações sujeito-objeto, sujeito-sujeito, sujeito-objeto-sujeito, entre outras que podem se constituir na dinâmica que o mundo nos oferece. Tal tentativa se fez comum enquanto prática acadêmica ora como “saber mercadoria” a serviço de uma administração política, ora como um conhecimento

¹ Para René Descartes (1596 – 1650), principalmente em sua obra: “Discurso do Método”, fica clara a noção de homem como ser racional e aquele que domina os objetos do conhecimento. Ele busca, através da redução, uma forma universal de abordar o conhecimento, procurando modelos explicativos. (PELIZZOLI, 2002, p. 18).

² Para Auguste Comte (1789 – 1857) O positivismo Comtiano representa uma reação contra o apriorismo, o formalismo, o idealismo, exigindo maior respeito para a experiência e os dados positivos. Comte via a observação dos fatos como único fundamento do conhecimento, não se preocupando com a origem e finalidade do conhecimento e buscando leis gerais através da ausência da “contaminação” do objeto pelas faculdades humanas do sentir e do imaginar (LENCIONI, 1999, p. 80-81)

³ As tentativas de ruptura com o modelo sujeito x objeto, presentes no pensamento positivista, e que ainda persiste nos trabalhos que se auto-denominam analíticos, aparecem também de forma “clássica” nas propostas de cunho Marxista e o materialismo histórico, onde a objetividade se tornou um definidor de todas as relações sócio-espaciais. A proposta de Hegel, por sua vez, desloca o eixo de concepção de mundo para a questão radicalmente subjetiva, através de seu idealismo que permite apenas a concepção de mundo via sujeito, sem inter-relação e apenas como aquele que concebe o mundo tal como ele o quer. (LARA, 1986, p. 55-74; SANTOS, 2002a, p. 51-56).